



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 011 TERÇA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2014



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Reôgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (97,112) Cyro Miranda (31,95) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (97,112)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Reôgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos
---	---

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 11ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.....	6
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – EXPEDIENTE.....	6
1.2.1 – Pareceres	
Nº 50/2014, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116/2013....	6
Nº 51/2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2003	8
Nº 52/2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007 (tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 11 e 78/2007; e 25/2008)	20
1.2.2 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 116/2013, cujo parecer foi lido anteriormente.	23
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3/2007, cujo parecer foi lido anteriormente, 11 e 78/2007; e 25/2008, a fim de serem declaradas prejudicadas.	23
1.2.3 – Comunicações	
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 634/2013 (Ofício nº 112/2014). Designação do Deputado Otávio Leite, como suplente, para compor a referida Comissão.....	23
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Ofício nº 9/2014). Designação do Senador Eduardo Amorim, como titular, para compor a referida Comissão.	24
1.2.4 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 36/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor a notificar previamente o consumidor sobre a cessão do crédito, dando preferência a ele para pagamento da dívida.	24
1.2.5 – Discursos do Expediente	
SENADOR FERNANDO COLLOR, como Líder – Apelo em favor da extensão dos benefícios para a repactuação das dívidas dos produtores rurais do semiárido nordestino a todos os setores da região nordeste.	25
SENADOR PAULO PAIM – Reflexões sobre a importância do voto aberto parlamentar; e outros assuntos.....	26
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa da rejeição do veto apostado ao projeto de lei de autoria de S. Exª que estabelece regras para a criação de municípios.	32
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA, como Líder – Registro de requerimento de autoria de S. Exª solicitando auditoria do TCU na Petrobrás; e outros assuntos.....	35
1.2.6 – Leitura de requerimento	
Nº 82/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União junto à Petrobras.	36
1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com os efeitos, sobre o Mercosul, dos atentados violentos contra as instituições democráticas na Venezuela, ocorridos recentemente; e outro assunto.	37
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Encaminhamento de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Wilheim.	40
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG, como Líder – Críticas ao Governo do Distrito Federal pela falta de incentivos à cultura.	40
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à situação política vivida pela Venezuela e às políticas externas do governo do PT com relação àquele país; e outro assunto.....	44
SENADOR JOSÉ AGRIPIINO, como Líder – Preocupação com a situação energética do Brasil; e outro assunto.	47

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Críticas à oposição destacando a superação da crise internacional pelo Brasil; e outro assunto.....	49
1.2.8 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 7/2014 (nº 16/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ BARROSO FILHO para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.	56
1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Críticas ao PT e ao governo da Presidente Dilma Rousseff.	79
SENADOR WELLINGTON DIAS – Defesa da política energética do governo federal; e outros assuntos.....	81
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Considerações sobre proposta de iniciativa popular acerca da descriminalização da maconha.....	85
SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Defesa da construção de linhão de Belo Monte para o Nordeste; e outro assunto.	87
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Comentários sobre os 50 anos da Campanha da Fraternidade.....	88
1.2.10 – Leitura de requerimentos	
Nº 83/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	90
Nº 84/2014, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116/2013.	90
Nº 85/2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376/2012-Complementar dos Projetos de Lei do Senado nºs 150/2005; 90, 180, 298, 414 e 540/2007; 66, 72, 265 e 482/2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507/2009; 21, 75, 538 e 719/2011; e 113, 135 e 382/2012, todos Complementares.	91
Nº 86/2014, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Wilheim.	91
1.2.11 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada	92
1.3 – ENCERRAMENTO.....	93
2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
2.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
2.1.1 – Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	94
Bancadas dos Partidos	95
Por ordem alfabética	96
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	
5 – LIDERANÇAS	
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	113
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	122
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	126
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	133
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	139
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	148
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	156
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	165
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	172
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	178
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	182
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	186
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	187
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	188
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	189
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	190

Ovidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	190
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	191
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	193
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	195
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	197
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	199
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	201
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	203

CONGRESSO NACIONAL**10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	205
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	212
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	216
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	217
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	218
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	218
Comissões Mistas Especiais.....	219

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	223
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	224
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	228

Ata da 11ª Sessão, Não Deliberativa, em 17 de fevereiro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER N° 50, DE 2014

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013 (nº 6.520/2009, na Casa de origem, do Deputado Otavio Leite), que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor sobre a formação dos professores de educação física na educação básica”.

RELATOR: Senador LINDBERGH FARIAS

I – Relatório

Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013 (Projeto de Lei nº 6.520, de 2009, na origem), do Deputado Otavio Leite, que determina que os conteúdos curriculares da disciplina Educação Física em todas as etapas da educação básica devam ser ministrados exclusivamente por professores licenciados em educação física.

Para tanto, o projeto altera a redação do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), bem como insere o § 8º no art. 62 da mesma lei.

A proposição autoriza os estados e os municípios a implantar o disposto na lei, no prazo de cinco anos.

O projeto determina que a vigência da lei sugerida se inicie na data de sua publicação.

Na justificação, o autor lembra a prescrição da LDB a respeito da formação de professores e discorre sobre a importância da educação física na formação das crianças, desde a mais tenra idade, e a necessidade de que os docentes da área tenham a adequada qualificação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLC nº 116, de 2013, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

A LDB determina, em seu art. 26, § 3º, que a educação física é componente curricular obrigatório para toda a educação básica, com prática facultativa nos casos especificados.

Ao mesmo tempo, a LDB estabelece, em seu art. 62, que a formação de docentes para atuar na educação básica deve ser feita em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Contudo, admite, para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a formação mínima oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Devido a essa abertura, é comum que professores sem qualificação específica assumam a responsabilidade pela prática do componente curricular nessa fase da educação básica, colocando em risco a saúde física e cognitiva dos discentes.

Dadas a relevância da formação motora nos primeiros anos da infância e a necessidade de que esse processo seja conduzido, no âmbito escolar, por profissionais com qualificação específica, conforme defende de forma categórica o autor da iniciativa, a conveniência da aprovação da matéria se impõe.

Ainda que se possa questionar a necessidade das duas alterações feitas na LDB, uma vez que seu conteúdo inserido na lei é o mesmo, optou-se por não fazer esse reparo de técnica legislativa, para contribuir com a celeridade da tramitação.

Não posso deixar de assinalar que apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2012, com o mesmo teor. O que importa, no entanto, é que a mudança legislativa possa ocorrer o quanto antes, em defesa da saúde e da boa formação das crianças brasileiras.

Registre-se, por fim, que não há objeções a fazer sobre a constitucionalidade e a juridicidade do projeto em exame.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013.
Sala da Comissão, 11 de fevereiro de 2014.

[Handwritten signature], Presidente
[Handwritten signature], Relator

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 1ª REUNIÃO, DE 11/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE: *[Handwritten signature]*
RELATOR: *[Handwritten signature]*

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT) <i>[Signature]</i>	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT) <i>[Signature]</i>	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>[Signature]</i>
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT) <i>[Signature]</i>	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB)
João Capiberibe (PSB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferrão (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) <i>[Signature]</i>	4. Luiz Henrique (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB) <i>[Signature]</i>	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP) <i>[Signature]</i>	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PMDB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) <i>[Signature]</i>	1. Cícero Lucena (PSDB) <i>[Signature]</i>
Alvaro Dias (PSDB) <i>[Signature]</i>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <i>[Signature]</i>
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB) <i>[Signature]</i>	1. Eduardo Amorim (PSC)
Gim (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II - maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III - que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793 de 1º.12.2003)

IV - amparado pelo Decreto-Lei na 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V- (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI - que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído na Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação - CNE. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

PARECER N° 51, DE 2014

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Constituição Federal e ao caput do art. 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

RELATOR: Senador VITAL DO RÉGO

I – Relatório

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 2, de 2003, que altera o art. 3º da Constituição Federal para incluir entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a redução das desigualdades raciais. Também altera o art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para permitir a utilização do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em ações suplementares de superação das desigualdades raciais.

De acordo com seus autores, cujo primeiro signatário é o Senador Paulo Paim, não obstante uma significativa divulgação de estudos realizados por institutos e entidades idôneas, indicando a dimensão das desigualdades de natureza racial que vitimam os brasileiros afrodescendentes, não foi incluída na Constituição Federal, nem no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a obrigatoriedade da implementação de políticas de superação dessas desigualdades. Assim, *deve-se buscar para os brasileiros, incluindo os afrodescendentes, condições dignas de vida, mais do que apenas de "subsistência"*. Os autores lembram, ainda, que a dimensão das desigualdades raciais existentes no País e as especificidades do fenômeno “linha de cor” da pobreza reclamam ações específicas.

A proposta foi distribuída à CCJ, primeiramente com tramitação autônoma, tendo sido, em 2008, apensada à PEC nº 2, de 2006. Em 2010, foi arquivada, mas logo desarquivada por força da aprovação do Requerimento nº 167, de 2011. Após aprovação do Requerimento nº 592, de 2012, voltou a tramitar em conjunto, o que foi revertido neste ano, após aprovação do Requerimento nº 162, de 2013. A presente matéria volta, assim, a ter tramitação autônoma.

Logo após sua apresentação nesta Casa, em 2003, a proposição recebeu uma emenda de autoria do Senador Alvaro Dias, que busca acrescentar à PEC nº 2, de 2003, uma modificação ao art. 91 do ADCT, com o objetivo de amparar os servidores concursados cedidos aos Tribunais Regionais Eleitorais há mais de cinco anos consecutivos.

II — Análise

Compete à CCJ emitir parecer acerca da admissibilidade e do mérito das propostas de emenda à Constituição, conforme estabelece o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Está, portanto, regimentalmente correta a análise da proposição por este colegiado.

No que respeita à Lei Maior, nos termos do que dispõe o art. 60 da Carta Magna, não se identifica qualquer impeditivo à apreciação da proposta nesta Casa. Segundo esse dispositivo, a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (inciso I, do *caput*) e não pretende abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; ou os direitos e garantias individuais (§ 4º e seus incisos).

No mérito, importa observar que a PEC nº 2, de 2003, vai ao encontro da Convenção Internacional Sobre Todas as Formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas (ONU), cujas recomendações se baseiam em princípios de dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos.

As alterações propostas em nossa Carta Magna, inclusive, são um passo a mais nas conquistas recentes da população negra do País, brindada com a edição do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 – um efetivo instrumento de afirmação de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais da população negra brasileira. O Estatuto, diga-se, criou as condições para a promoção da igualdade, que são, agora, complementadas pela possibilidade de utilização do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza para ações direcionadas à superação das desigualdades raciais.

Devemos observar, contudo, que no tocante à observância da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, é imperioso efetuar alguns reparos na PEC nº 2, de 2003: (i) incluir, na ementa, o objetivo da Emenda à Constituição; (ii) incluir os pontilhados após o texto do inciso III modificado; (iii) alterar a redação do *caput* do art. 179 para imprimir-lhe maior clareza; e (iv) apor o termo “NR” – exigido para indicar alterações na redação original do dispositivo –, ao final dos dispositivos alterados.

No que respeita à emenda apresentada pelo Senador Alvaro Dias, cujo tema é a proteção aos servidores concursados e requisitados nos Tribunais Regionais Eleitorais, entendemos que não guarda pertinência com o tema tratado na proposta de emenda à Constituição que ora analisamos e, por essa razão, não deve prosperar.

III – Voto

Em face exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, com a rejeição da emenda a ela apresentada, e com a inclusão das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, a seguinte redação:

“Dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Constituição Federal e ao *caput* do art. 79 das Disposições Constitucionais Transitórias para neles incluir a menção às desigualdades raciais.”

EMENDA N° 2 — CCJ

Dê-se ao inciso III do art. 3º da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, a seguinte redação:

"Art. 3º

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, raciais e regionais;
.....(NR)

EMENDA N° 3 — CCJ

Dê-se ao art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos do art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, a seguinte redação:

"Art. 79. É instituído, por prazo indeterminado, no âmbito do Poder Executivo Federal, com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de vida, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar, superação das desigualdades raciais e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida.

.....
(NR)

Sala da Comissão, 12 de fevereiro de 2014.


Senador Aníbal Diniz, Vice-Presidente
no exercício da Presidência

, Relator

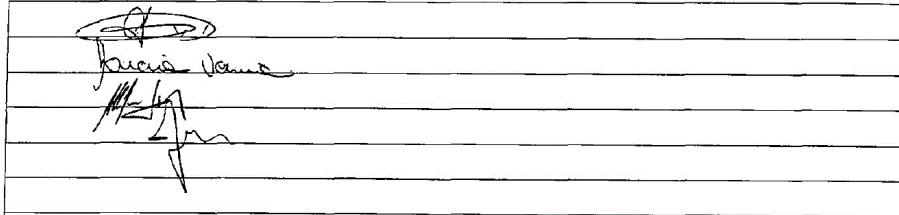
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 2, de 2003

ASSINAM O PARECER, NA 2ª REUNIÃO, DE 12/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE em exercício: Senador Aníbal Diniz, Vice - Presidente da CCJ.
RELATOR: Senador Vital do Rêgo

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Aníbal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
VAGO	4. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Blairo Maggi (PR)
Antônio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2003

ASSINAM O PARECER, NA 2ª REUNIÃO, DE 12/02/2014, COMPLETANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS)



ASSINAM O PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2003 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/02/2014, COMPLEMENTANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1- Senador Casildo Maldaner**
- 2- Senadora Lúcia Vânia**
- 3- Senador Cyro Miranda**
- 4- Eduardo Lopes**

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado,

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

**TÍTULO X
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000) (Vide Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Vide Emenda Constitucional nº 67, de 2010)

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o

exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, a. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador EDUARDO SUPLICY

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 2, de 2003. De autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, a proposição *dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Constituição Federal e ao caput do art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*.

O art. 1º da proposta oferece nova redação ao inciso III do art. 3º da Carta Magna, de forma a incluir a redução das desigualdades raciais entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Seu art. 2º postula a alteração do texto do *caput* do art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com a finalidade de substituir a expressão “níveis dignos de subsistência” por “níveis dignos de vida” e inserir a superação das desigualdades raciais entre os itens em que podem ser aplicados os recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Seu art. 3º, por fim, institui a vigência da proposta a partir da data de sua publicação.

Em sua justificação, os autores da proposta defendem a implantação de políticas especificamente direcionadas para a superação das desigualdades raciais, a serem executadas em conjunto com as iniciativas de caráter universal, uma vez que “a ‘linha de cor’ da pobreza é um fenômeno específico que reclama ações igualmente específicas”.

Pretendem, ademais, a permuta da expressão “níveis dignos de subsistência” por “níveis dignos de vida” com o argumento de que se devem buscar garantir para os brasileiros, incluídos os afro-descendentes, condições dignas de vida e não apenas de subsistência.

II – Análise

Diferentemente dos países em que o racismo foi abertamente declarado mediante norma jurídica, no Brasil a discriminação contra os negros é feita principalmente por de meio práticas culturais discriminadoras que não se aceitam como discriminação. Conquanto não sejam escassos os episódios de discriminação direta dos afro-descendentes, predominam as formas veladas de racismo, sob a capa de práticas aparentemente neutras.

Os dados estatísticos, contudo, não deixam dúvidas sobre a existência de racismo no País. De acordo com eles, sabe-se que, em todas as regiões brasileiras, a remuneração do trabalhador negro é em média cerca de metade da auferida pelo trabalhador branco.

Indicadores de renda pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2001 mostraram que, entre negros e brancos ocupados que possuem idêntico número de anos de estudos, os primeiros recebem rendimentos sempre inferiores aos dos segundos. A comparação dos rendimentos-hora mostra que a diferença é favorável ao trabalhador branco desde o grupo que possui no máximo quatro anos de estudos até o de mais de doze anos de estudos e que o diferencial torna-se maior à proporção que aumenta a escolaridade (Mário Theodoro e Luciana Jaccoud. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. Em: Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005, pp. 109 e 110).

No âmbito da educação, os números são igualmente inaceitáveis. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2002, no universo da população com sete ou mais anos, encontravam-se, no con-

tingente de pessoas com quinze ou mais anos, 17,3% de negros analfabetos e 7,5% de não-negros. Além disso, entre os negros e os não-negros, respectivamente, 3,8% contra 2,3% estavam fora da escola, no contingente de pessoas com idades entre sete e catorze anos; entre os de quinze ou mais anos, 33,8% contra 51,6% possuíam o primeiro grau completo; ainda entre os de quinze ou mais anos, 17,4% contra 33,0% tinham o segundo grau completo; no mesmo grupo de idade, 4,1% contra 14,5% freqüentavam o curso superior (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: 2005, p. 108).

Diferença significativa existe, também, no indicador de distorção idade-série do ensino fundamental, que em 2001 apontava o índice de 25% para os estudantes brancos e 45% para os negros (Theodoro e Jacoud, p.107). Esses autores referem-se à série histórica elaborada pelo Ipea para grande parte do século XX que identificou a constante defasagem de dois anos na média de estudos de brancos e negros, apesar do aumento generalizado da média de anos de estudos ocorrido no decurso daquele século. Ou seja, no decorrer do século XX, todos lograram aumentar a média de anos de estudos, mantida sempre a vantagem de dois anos em favor dos brancos.

Os diferenciais dos indicadores para negros e brancos repetem-se em outros setores da vida social, como saúde, mortalidade, habitação, pobreza e indigência. Contudo, a especial relevância das diferenças entre os indicadores de tais contingentes da sociedade brasileira na educação reside no fato de que, em decorrência da relação entre escolaridade e renda, a situação de desvantagem a que são submetidos os afro-descendentes na esfera educacional contribui significativamente para a perpetuação da desigualdade entre brancos e negros.

Em boa hora, pois, a proposta em exame pretende incluir a redução das desigualdades raciais entre os objetivos fundamentais da República brasileira, bem como inserir a superação de tais desigualdades no rol dos itens em que os recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza podem ser aplicados. Parece-nos oportuno, igualmente, determinar que esse fundo possui o objetivo de propiciar “níveis dignos de vida” e não “níveis dignos de subsistência”, tal como ora registra o art. 79 do ADCT.

Certamente, muito se deverá fazer para superar a situação de inferioridade em que o negro tem sido colocado no País, sobretudo no plano simbólico, em virtude da forma dissimulada como o preconceito e a discriminação contra os afro-descendentes enraizaram-se na cultura brasileira. Não há dúvida, contudo, de que as determinações contidas na proposta em análise contribuirão de forma significativa para a adoção de medidas que concorram para a superação das desigualdades raciais e da discriminação contra os negros brasileiros.

À proposição em análise foi apresentada a Emenda nº 1 – CCJ. De autoria do Senador Álvaro Dias, a emenda propõe seja acrescentado ao art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias um parágrafo único, a fim de determinar que o disposto naquele dispositivo se aplica aos servidores concursados e requisitados de seus órgãos de origem que se encontrem há mais de cinco anos consecutivos em exercício nos tribunais regionais eleitorais.

O art. 91 do ADCT não trata de servidores, mas de tributos e, demais, já possui quatro parágrafos. Creemos, então, que a emenda não se refere ao dispositivo correto.

Em qualquer hipótese, a emenda deve ser apreciada em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme estabelece o parágrafo único do art. 59 da Carta Magna. A referida norma jurídica prevê no inciso I do art. 7º que, excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto. Assim, em razão de a matéria da emenda ser estranha ao objeto de que cuida a PEC em exame, somos de opinião que a emenda deve ser rejeitada.

Além disso, a aludida lei complementar, em seu art. 5º, manda a ementa explicitar de modo conciso o objeto da lei. Por isso, julgamos que a ementa da proposição em análise deve registrar resumidamente o conteúdo das alterações dos dispositivos da Constituição a que a proposição se refere. A modificação da ementa é sugerida por nós mediante emenda oferecida ao fim do presente parecer.

III – Voto

A proposta em exame é jurídica e não aborda matéria incluída entre as cláusulas pétreas da Carta Magna. Ademais, está redigida de acordo com a adequada técnica legislativa, exceto no que se refere a sua ementa. No mérito, apresenta relevante contribuição para a superação das desigualdades raciais existentes no País. Por isso, opinamos pela APROVAÇÃO da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, com a emenda a seguir.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, a seguinte redação:

"Dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Constituição Federal e ao *caput* do art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para introduzir a redução das desigualdades raciais entre os objetivos da República e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza".

Sala das Sessões,

; Presidente



Eduardo Suplicy, Relator

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora PATRÍCIA SABOYA

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 2, de 2003, pretende inserir a redução das desigualdades raciais entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, listados no art. 3º da Lei Maior. Ela também procura dar nova dicção ao art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), afirmando ser objetivo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza viabilizar a todos o acesso a níveis dignos de vida, e não apenas de subsistência, como hoje se prevê. Ademais, busca permitir a aplicação dos recursos do mencionado Fundo nas ações voltadas a superar as desigualdades raciais.

Os autores da proposta, que tem como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, pleiteiam a busca de condições dignas de vida para todos os brasileiros, reportando-se particularmente ao caso dos afro-descendentes. Lembram a dimensão das desigualdades raciais existentes no País e alegam que a especificidade do fenômeno "linha de cor" da pobreza reclama ações igualmente específicas.

Por meio de Emenda nº 1-CCJ à PEC em exame, o Senador Álvaro Dias propõe modificar o art. 91 do ADCT, para amparar os servidores concursados que estejam cedidos aos tribunais regionais eleitorais há mais de cinco anos consecutivos.

Inicialmente designado para relatar a matéria, o Senador Eduardo Suplicy opinou pela rejeição dessa emenda, por não ter conexão com a proposta original, e concluiu pela aprovação da PEC, reparando a respectiva ementa a fim de explicitar o objeto da norma em construção. Todavia, antes do exame de seu relatório, de grande valia para a elaboração do presente voto, ressalte-se, a proposição foi devolvida à Secretaria-Geral da Mesa, para atender requerimento de tramitação em conjunto.

A PEC nº 2, de 2006, apensada, visa a criar o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, disciplinando o assunto no art. 227-A, a ser acrescido ao texto da Carta Magna. De acordo com a proposta, que dá nova redação aos arts. 159 e 239 da Constituição, o Fundo será financiado com 2% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e 3% da arrecadação relativa às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS). Prevê-se, ainda, a imediata instalação de comissão especial mista no Congresso Nacional para elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria e à alteração do ordenamento jurídico federal com vistas a ampliar o acesso à educação profissional.

Na justificação da proposta, alegam os autores – também liderados pelo Senador Paulo Paim – que a criação desse Fundo colocará nas mãos do Poder Executivo o aporte financeiro necessário para a promoção de políticas afirmativas voltadas à população negra no País.

II – Análise

À luz do disposto no art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer acerca da admissibilidade e do mérito das propostas de emenda à Constituição em exame, ambas de idêntica numeração, embora de datas diferentes.

Observamos, de início, não haver impeditivo constitucional para a apreciação das duas PECs, por sua consonância com o disposto no art. 60 da Lei Maior: elas estão subscritas por mais de um terço dos membros do Senado Federal, não afrontam cláusulas pétreas, nem contêm matéria já apreciada na legislatura em curso. Resta configurada, portanto, sua admissibilidade.

Quanto ao mérito, notamos que as propostas são complementares: a PEC de 2003, de cunho marcadamente político, aponta a necessidade de combater as desigualdades raciais e prevê a alocação de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza para as iniciativas com tal fim; a de 2006, de conteúdo mais operacional, cria um fundo específico de promoção da igualdade racial e dispõe sobre o seu financiamento.

Trata-se de medidas que se insurgem contra as profundas desigualdades raciais existentes no País há séculos, visto que a escravidão dos negros e o extermínio dos índios do passado hoje se atualizam sob a forma do preconceito e da discriminação. Daí advém a iniquidade materializada pela escassa presença desses grupos nos postos de comando, cargos eletivos, empregos de destaque e cursos superiores e pela sobre-representação, mormente dos negros, nas penitenciárias e nas colocações de pouco ou nenhum prestígio, baixos salários e alta rotatividade.

Ora, sob o prisma jurídico-constitucional, inexiste vício na adoção das medidas propostas, que visam a reduzir as desigualdades raciais, promovendo efetiva igualdade entre as raças. Longe de constituírem discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais ou afronta ao princípio da isonomia, que impede favoritismos ou perseguições, as propostas dão mais concretude à Lei Maior, que repudia o racismo. Concorrem, por conseguinte, para a construção de uma sociedade mais livre, justa e fraterna e para a promoção do bem de todos.

Ressaltamos, por oportuno, que as propostas encontram respaldo na Convenção Internacional Sobre Todas as Formas de Discriminação Racial, documento que o Brasil ratificou, comprometendo-se a adotar uma política de eliminação da discriminação racial e de promoção do entendimento, da tolerância e da amizade entre nações e

grupos raciais e étnicos. Nos termos da Convenção, não serão consideradas discriminatórias as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem de proteção para o igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais.

Por esse motivo, parece aconselhável ampliar a abrangência da PEC nº 2, de 2006, que se reporta exclusivamente aos afro-brasileiros, esquecendo-se dos indígenas, grupo também formador da nossa cultura e igualmente discriminado e vulnerável do ponto de vista social.

Ademais, deve-se ajustar a escrita do texto que se pretende introduzir na Carta Política brasileira às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis. Primeiro, conforme manda seu art. 12, III, d, faz-se necessário sinalizar as modificações efetuadas pela PEC nº 2, de 2003, acrescentando-lhes a sigla "NR", indicadora de nova redação.

Em seguida, como determina seu art. 5º, importa fazer com que a ementa da proposta explice o conteúdo nela veiculado de forma resumida. Depois, em observância à ordem lógica prescrita pelo art. 11, deve-se promover localização mais apropriada para a norma criadora do Fundo de Igualdade Racial, que a PEC nº 2, de 2006, faz inserir no capítulo dedicado à família, à criança, ao adolescente e ao idoso, ao designá-la art. 227-A.

Seguindo também a ordem lógica e em consonância com o art. 3º, III, da citada lei complementar, impõe-se deslocar – para o ADCT – o teor do art. 3º da PEC nº 2, de 2006, que determina a instalação imediata de comissão especial mista, por se reportar a medida de caráter transitório.

Parece-nos conveniente, ainda, fundir as duas propostas sob exame, motivo por que apresentamos um substitutivo ao final deste relatório. O texto ora sugerido incorpora todos os aprimoramentos já assinalados, tenta imprimir o máximo de clareza ao corpo normativo da futura emenda constitucional e procura ajustar a proposta de repartição de receitas tributárias feita pela PEC nº 2, de 2006, ao cenário construído após a aprovação das Emendas Constitucionais nos 55 e 56, de 2007. Desse

modo, o substitutivo não inviabiliza que se transfira ao Fundo de Participação dos Municípios o percentual que deve ser entregue até o dia 10 de dezembro de cada ano.

Além disso, por razões regimentais, exibe o número da proposta mais antiga (a PEC nº 2, de 2003), aprovando-a, e rejeita formalmente a de 2006, embora tenha assimilado todo o seu conteúdo. Não acolhe, entretanto, o teor da Emenda nº 1-CCJ, que visa proteger os servidores requisitados, matéria estranha ao objeto de que tratam as propostas sob análise.

III – Voto

Em face dos argumentos já expendidos, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do substitutivo a seguir, e opinamos pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ e da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2006.

EMENDA N° - CCJ (SUBSTITUTIVO)**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 2, DE 2003**

Altera os arts. 3º, 159 e 239 da Constituição Federal e o art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e acrescenta o art. 215-A à Constituição Federal e o art. 26-A ao ADCT, para dispor sobre a redução das desigualdades raciais e criar o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 3º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

.....
III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, raciais e regionais;

"(NR)

Art. 2º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159.....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e nove por cento na seguinte forma:

.....
e) um por cento para o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

"(NR)

Art. 3º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 215-A:

"Art. 215-A. É instituído o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social de afro-brasileiros e indígenas, por meio de políticas públicas nas diversas áreas, com ênfase para a habitação, educação e formação profissional.

§ 1º O Fundo a que alude o *caput* será composto com os recursos referidos na alínea e do inciso I do art. 159, no inciso II do

§ 1º do art. 239, além daqueles oriundos de outras fontes previstas em lei.

§ 2º O Fundo previsto neste artigo contará com conselho consultivo e de acompanhamento formado por representantes do poder público e da sociedade civil.

§ 3º A lei regulará a organização do Fundo, a distribuição de seus recursos, bem como disporá sobre sua fiscalização, seu controle e sobre a organização do conselho mencionado no § 2º."

Art. 4º O art. 239 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 239.

§ 1º Dos recursos mencionados no *caput*, serão destinados, pelo menos:

I – quarenta por cento para financiar programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor;

II – três por cento para o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

"(NR)

Art. 5º O art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de vida, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar, superação das desigualdades raciais e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. O Fundo de que trata o *caput* será regulado por lei complementar e terá conselho consultivo e de acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei." (NR)

Art. 6º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 26-A:

"Art. 26-A. Será instalada comissão mista no Congresso Nacional para elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação do art. 215-A e à alteração na legislação federal visando ampliar o acesso à educação profissional.

Parágrafo único. A comissão referida no *caput* terá o prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Emenda Constitucional, para realizar sua missão institucional."

Art. 7º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, ficando adiada até o dia 1º de janeiro do ano subsequente a eficácia do disposto nos arts. 2º, 3º, 4º e 6º.

Sala da Comissão,

 , Presidente
Patriota Saibaga , Relatora

RELATÓRIO

RELATOR: Senador VITAL DO RÊGO

I – Relatório

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nº 2, de 2003, e nº 2, de 2006, apensadas por força da aprovação do Requerimento nº 592, de 2012.

A primeira proposição trata de alterar o art. 3º da Constituição Federal para incluir entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a redução das desigualdades raciais (inciso III). Também altera o art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para permitir a utilização do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em ações suplementares de superação das desigualdades raciais.

Os autores da proposta, cujo primeiro signatário é o Senador Paulo Paim, lembram, em sua justificação, que, não obstante a ampla divulgação de estudos realizados por institutos e entidades idôneas, indicando a dimensão das desigualdades de natureza racial que vitimam os brasileiros afrodescendentes, a obrigatoriedade da implementação de políticas de superação dessas desigualdades não foi prevista na Constituição Federal nem no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Assim, deve-se buscar para os brasileiros, incluindo os afrodescendentes, condições dignas de vida, mais do que apenas de "subsistência".

Os autores lembram, ainda, que a dimensão das desigualdades raciais existentes no País e as especificidades do fenômeno "linha de cor" da pobreza reclamam ações específicas.

A segunda proposição – PEC nº 2, de 2006 – cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial por meio do acréscimo do art. 227-A ao Capítulo VII (Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso). O Fundo tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros, principalmente em políticas voltadas à habitação, educação e formação profissional dos mesmos, sem prejuízo de investimentos em outras áreas.

O Fundo de Promoção da Igualdade Racial, de acordo com a proposta, será formado pelos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, além de outras fontes previstas em lei. Ademais, o Fundo terá conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes do poder público e da sociedade civil.

Conforme o art. 3º da proposição, o Congresso Nacional instalará comissão especial mista, destinada a elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria e promover alteração na legislação federal para tornar mais amplo o acesso à educação profissional.

Para viabilizar o Fundo, a referida PEC altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal e acrescenta o art. 227-A a seu texto. Com a alteração do art. 159, busca modificar o inciso I para aumentar o percentual do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e provenientes de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, o qual passaria, dos atuais quarenta e oito por cento, para quarenta e nove por cento. Paralelamente, acrescenta alínea ao referido inciso para destinar dois por cento dos recursos para o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

No tocante à alteração do art. 239, modifica seu § 1º para subdividi-lo em incisos e destinar ao Fundo de Promoção da Igualdade Racial três por cento da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Os autores da PEC nº 2, de 2006, cujo primeiro signatário é igualmente o Senador Paulo Paim, lembram que a relação entre raças na sociedade brasileira tem representado um desafio histórico. E complementa: “na prática, o que se busca como questão essencial é propiciar que todo o cidadão, independente de sua raça ou cor, possa ter igualdade de condições na empreitada de crescimento individual”.

Assim, argumenta que a criação de um Fundo de Promoção da Igualdade Racial poderá contribuir definitivamente com a criação de políticas afirmativas de inserção do negro na sociedade concedendo-lhe igualdade de condições em relação a qualquer outra raça.

As propostas foram distribuídas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, primeiramente com tramitação autônoma, tendo sido depois apensadas em 2008. Ao final da 53ª Legislatura, em 2010, as propostas foram arquivadas, mas logo desarquivadas por força da aprovação do Requerimento nº 167, de 2011. Finalmente, após aprovação do Requerimento nº 592, de 2012, as propostas voltaram a tramitar em conjunto.

Importa observar que, no prazo regimental, ainda em 2003, o Senador Alvaro Dias ofereceu a Emenda nº 1 – CCJ para incluir na PEC nº 2, de 2003, uma modificação no art. 91 do ADCT, destinada a amparar os servidores concursados cedidos aos Tribunais Regionais Eleitorais há mais de cinco anos consecutivos.

II – Análise

Primeiramente, lembramos que compete a este colegiado emitir parecer acerca da admissibilidade e do mérito das propostas de emenda à Constituição, conforme estabelece o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Também, é importante registrar que não foi identificado impeditivo constitucional para a apreciação das duas Propostas de Emenda à Constituição. As proposições estão de acordo com o disposto no art. 60 da Carta Magna, segundo o qual a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (inciso I do *caput*), e não pretendem abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; ou os direitos e garantias individuais (§ 4º e seus incisos).

As propostas analisadas tratam da mesma matéria e são, na verdade, complementares: uma traz para a Constituição o cuidado com o combate às desigualdades raciais – ao incluir a possibilidade de utilização dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – e a outra cria efetivamente o Fundo da Igualdade Racial. Ambas têm, assim, foco na promoção da igualdade racial.

As PECs sob análise vão ao encontro da Convenção Internacional Sobre Todas as Formas de Discriminação Racial – Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) que se baseia em princípios de dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos. Nela, todos os Estados-membros se comprometem a tomar medidas separadas e conjuntas, para a consecução de um dos propósitos da ONU, qual seja o de promover e encorajar o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem discriminação de raça, sexo, idioma ou religião.

As alterações propostas são, inclusive, um passo a mais nas conquistas recentes da população negra do País, brindada com a edição do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 – um efetivo instrumento de afirmação de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais da população negra brasileira. O Estatuto, diga-se, introduziu no meio jurídico brasileiro as possibilidades para a promoção da igualdade racial no mundo do trabalho, no mundo do empreendimento, no mundo das comunicações. Criou as condições para a promoção da igualdade, ora complementadas pela proposta de criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial em nossa Carta Magna, possibilitando a utilização de recursos específicos no processo de superação das desigualdades raciais.

Assim, entendemos que as duas propostas são válidas, constitucionais, jurídicas e regimentais e devem ser fundidas em uma só. Por essa razão, concluímos esse relatório com a apresentação de substitutivo que, ademais de incorporar as alterações propostas nas duas PECs, busca aprimorar a técnica legislativa, obedecendo aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Com relação à Emenda nº 1 – CCJ, anteriormente oferecida à PEC nº 2, de 2003, não é possível acolhê-la, pois contém matéria estranha ao objeto de que tratam as propostas sob análise.

Por razões regimentais, optamos pela proposta mais antiga – a PEC nº 2, de 2003 –, embora o substitutivo apresentado incorpore o texto da mais recente – a PEC nº 2, de 2006.

Finamente, para uniformizar os termos da proposta com a nomenclatura utilizada no Estatuto da Igualdade Racial, substituímos a expressão “afro-brasileiro” por “população negra”.

III – Voto

Em face exposto, somos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2006, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, rejeitada a Emenda nº 1 – CCJ a ela apresentada, nos termos da seguinte:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2003

Altera o art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e os arts. 3º, 159 e 239 da Constituição Federal, acrescentando os arts. 227-A e 26-A ao ADCT, para dispor sobre a redução das desigualdades raciais e criar o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 3º, 159 e 239 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, raciais e regionais;

.....
”(NR)

“Art. 159.....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e nove por cento na seguinte forma:

.....
e) um por cento para o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

.....
”(NR)

“Art. 239.

§ 1º Dos recursos mencionados no *caput*, serão destinados, pelo menos:

I – quarenta por cento para financiar programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor;

II – três por cento para o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

.....
”(NR)

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 227-A:

“Art. 227-A. É instituído o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra brasileira, por meio de políticas públicas nas diversas áreas, com ênfase em habitação, educação e formação profissional.

§ 1º O Fundo Promoção da Igualdade Racial será composto com os recursos referidos na alínea e do inciso I do art. 159 e no inciso II do § 1º do art. 239, além daqueles oriundos de outras fontes previstas em lei.

§ 2º O Fundo contará com conselho consultivo e de acompanhamento formado por representantes do poder público e da sociedade civil.

§ 3º A lei regulará a organização do Fundo e a distribuição de seus recursos, bem como disporá sobre sua fiscalização, seu controle e sobre a organização do conselho mencionado no § 2º.”

Art. 3º O art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79. É instituído, por prazo indeterminado, no âmbito do Poder Executivo Federal, com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de vida, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar, superação das desigualdades raciais e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. O Fundo de que trata o *caput* será regulado por lei complementar e terá conselho consultivo e de acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei.”(NR)

Art. 4º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 26-A:

"Art. 26-A. Será instalada comissão mista no Congresso Nacional para elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação do art. 227-A e à alteração na legislação federal visando ampliar o acesso à educação profissional.

Parágrafo único. A comissão referida no *caput* terá o prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Emenda Constitucional, para realizar sua missão institucional."

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, ficando adiada até o dia 1º de janeiro do ano subsequente a eficácia do disposto no art. 1º.

Sala da Comissão.

, Presidente

, Relator

PARECER N° 52, DE 2014

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador César Borges, que acrescenta inciso V ao § 1º do art. 62 da Constituição Federal, para vedar a edição da medida provisória sobre matéria objeto de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nos 11, 78, de 2007, e 25, de 2008).

RELATOR: Senador ANIBAL DINIZ

I-Relatório

Vêm à análise desta Comissão as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2007, primeiro signatário o Senador César Borges, que acrescenta inciso V ao § 1º do art. 62 da Constituição Federal, para vedar a edição da medida provisória sobre matéria objeto de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional; 11, de 2007, primeiro signatário o Senador Expedito Júnior, que altera o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, para estabelecer que as medidas provisórias serão despachadas, pela Mesa de cada uma das Casas, à comissão permanente com a qual tenham maior pertinência temática; 78, de 2007, primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias; e 25, de 2008, primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera a redação do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, para evitar o sobrerestamento de deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando a medida provisória, que tramitam em conjunto.

As proposições também tramitavam em conjunto com as de nºs 69 e 71, de 2003; 14, 31, 32, 35, 45 e 56, de 2004, que foram arquivadas ao final da Legislatura passada.

A PEC nº 3, de 2007, busca vedar a edição da medida provisória sobre matéria objeto de tratamento, ainda que parcial, em projeto de lei em tramitação em qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Segundo seus autores, a proposição tem o objetivo de obviar a inaceitável frequência de edição de medidas provisórias pelo Presidente da República e a usurpação de tarefas que seriam da competência legítima do Congresso Nacional.

A PEC nº 11, de 2007, determina que a medida provisória será despachada pela Mesa de cada uma das Casas à Comissão permanente com a qual tenha maior pertinência temática, para emissão de parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelos respectivos plenários, extinguindo a comissão mista.

Desta forma, acreditam os autores da proposta, poderá ser superado o congestionamento hoje verificado, com uma tramitação mais ágil, até mesmo porque os parlamentares que tratarão do assunto serão os que com ele terão mais afinidade temática.

A PEC nº 78, de 2007, busca vedar a edição de medida provisória que vise à instituição ou majoração de impostos e contribuições.

Segundo os autores da PEC, utilização de MPV para fins de instituição ou majoração de impostos e contribuições, a edição de normas ao apagar das luzes de cada ano civil, ludibriando o princípio da anterioridade,

ou mesmo sua aplicação imediata, nas hipóteses constitucionalmente previstas, inviabiliza o planejamento tributário das empresas e acaba por elevar a insegurança jurídica tão relacionada ao chamado “Custo Brasil”.

Finalmente, a PEC nº 25, de 2008, extingue o instituto do sobrestamento de deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando a medida provisória.

A celeridade dos trabalhos do legislativo, afirmam os autores da PEC, – abrigada pelos princípios cristalinhamente explicitados no art. 37 da Constituição Federal, em especial os da legalidade, eficiência e moralidade – fica prejudicada, em nome do sobrestamento previsto no dispositivo do art. 62.

As proposições não receberam emendas no âmbito desta Comissão.

II — Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e régimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

Conforme se observa, todas as propostas tratam do tema das medidas provisórias, em seus diversos aspectos, mostrando a louvável preocupação de seus autores com a correção e a celeridade do processo legislativo no tocante a essa espécie normativa.

Ocorre, entretanto, que o tema foi, posteriormente à apresentação das proposições, objeto de minuciosos tratamento por esta Casa, no exame da PEC nº 11, de 2011, cujo primeiro signatário é Senador JOSÉ SARNEY, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

A matéria foi distribuída ao Senador AÉCIO NEVES, que apresentou o seu relatório na reunião desta Comissão do dia 13 de abril de 2011.

No dia 17 de agosto de 2011 a proposição foi aprovada, por unanimidade, no Plenário da Casa e enviada para a Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, a proposta recebeu o nº 70, de 2011. No dia 5 de setembro de 2012, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa aprovou parecer do Deputado RICARDO BERZOINI, pela admissibilidade da matéria.

No dia 20 de agosto de 2013, o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados constituiu a respectiva comissão especial, onde a matéria se encontra, no aguardo do parecer de seu relator, o Deputado ODAIR CUNHA.

Trata-se, então, de proposição que não apenas modifica totalmente o regime de tramitação das medidas provisórias, como foi aprovada dentro de um grande processo de negociação do âmbito desta Casa e que se encontra em fase adiantada de apreciação pela Câmara dos Deputados.

Ora, tudo isso conduz a que, em nome da economia e da celeridade processual, se declare, na forma do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a prejudicialidade das propostas de emenda à Constituição aqui sob análise, por terem perdido a oportunidade.

III – Voto

Diante de todo o exposto, votamos pelo encaminhamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, 11 e 78, de 2007; e 25, de 2008, que tramitam em conjunto, ao Senhor Presidente do Senado Federal, para que seja declarada a sua prejudicialidade, na forma do art. 334 do RISF.

Sala da Comissão, 12 de fevereiro de 2014.

Senador Vital do Rêgo, Presidente

, Relator

Anhur Diniz

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, de 2007, QUE TRAMITA EM CONJUNTO
COM: PEC 11/2007, PEC 78/2007 e PEC 25/2008

ASSINAM O PARECER, NA 2ª REUNIÃO, DE 12/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
 PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo
 RELATOR: Senador Aníbal Diniz

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Aníbal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
VAGO	4. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Blairo Maggi (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 50, de 2014**, da Comissão de Educação Cultura e Esporte, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 52, de 2014**, da Comissão de Constituição e Justiça, que conclui pela prejudicialidade das **Propostas de Emenda à Constituição nº 3, 11 e 78, de 2007; e 25, de 2008**, que tramitam em conjunto.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente, a fim de serem declaradas prejudicadas, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência designa, como membro suplente, o Deputado Otavio Leite, em substituição ao Deputado João Campos, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 634, de 2013**, conforme o **Ofício nº 112 de 2014**, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 112/2014/PSDB

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

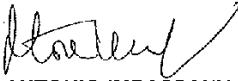
Assunto: Indicação de Membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelênciia o Deputado OTAVIO LEITE, em substituição ao Deputado JOÃO CAMPOS, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 634/13,

que prorroga o prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos, altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.

Respeitosamente,



Deputado ANTONIO IMBASSAHY
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência designa o Senador Eduardo Amorim para integrar, como titular, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nos termos do expediente encaminhado pela liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

OF. N° 009/2014-BLUFOR

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

Senhor Presidente Renan Calheiros,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelênciia para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Eduardo Amorim para integrar, como membro Titular a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo — CDR — do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelênciia protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,



Senador CIM
Líder do Bloco Parlamentar União e Força
PTB · PR · PSC · PRB

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 36, DE 2014

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor a notificar previamente o consumidor sobre a cessão do crédito, dando preferência a ele para pagamento da dívida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescida do art. 42-B, com a seguinte redação:

"Art. 42-B. O fornecedor é obrigado a notificar previamente o consumidor sobre a cessão do crédito.
 § 1º A notificação deverá informar o nome, o endereço, o número de inscrição no CPF ou no CNPJ do cessionário e o valor do crédito a ser cedido.
 § 2º O consumidor poderá efetuar o pagamento da dívida pelo valor do crédito a ser cedido, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação.
 § 3º Caso o consumidor não efetue o pagamento no prazo assinalado no § 2º, o crédito não poderá ser cedido por valor inferior ao informado ao consumidor."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei tem por objetivo regular a cessão de créditos não liquidados e decorrentes da relação de consumo a terceiros. De acordo com o projeto, a cessão do crédito deve ser antecipadamente informada ao consumidor, de modo a possibilitar a ele efetuar o pagamento pelo valor oferecido a terceiro. Caso o consumidor não venha a quitar o valor da dívida, não será permitida a cessão por valor inferior. A lógica é possibilitar ao consumidor um direito de preferência em relação ao cessionário.

Alguns bancos têm optado por ceder créditos vencidos e a receber com baixa possibilidade de liquidação. Esses créditos são originários de dívidas de consumidores, provenientes de empréstimos, cartões de crédito e cheque especial. Há um mercado no País a respeito desses créditos de bilhões de reais.

O problema é que não é dada a oportunidade aos consumidores que desejam pagar suas obrigações de quitá-las pelo mesmo valor oferecido a terceiros, que correspondem, em muitos casos, a 10 % (dez por cento) ou até mesmo, quando em globo, a 1% (um por cento) do valor original devido.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 42-A. Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente. (Incluído pela Lei nº 12.039, de 2009)

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Por permuta com o Senador Paim, orador regularmente inscrito, concedo a palavra ao Senador Fernando Collor, pela Liderança do PTB.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Exmo Sr. Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sras e Srs. Senadores, as Leis nºs 12.844 e 12.872, ambas de 2013, instituíram benefícios para repactuação das dívidas dos produtores rurais da região do Semi-árido nordestino, com descontos de até 85% para liquidação ou renegociação de empréstimos contraídos até 2006. Sem dúvida alguma, são excelentes as condições previstas na legislação.

Contudo, apesar das facilidades do benefício, essas normas vêm sendo consideradas excludentes pelas lideranças do setor, por não contemplar todos os produtores rurais do Nordeste. Isso porque a regra geral das leis é favorecer tão somente agricultores dos Municípios do Semiárido que possuam perímetros irrigados, ou aqueles que tenham decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência, entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2013.

O fato é, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que essas definições ou restrições criaram algumas injustiças. Basta dizer que todos os Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo abrangidos pela Sudene foram contemplados pela lei, enquanto, por exemplo, no Estado de Alagoas, no meu Estado, nada menos do que 42 cidades, dos 102 Municípios, foram preteridas. O mesmo aconteceu com a Bahia, onde 112 cidades também ficaram à margem dos benefícios.

Outro desequilíbrio na aplicação da legislação pode ser constatado em algumas regiões, como no caso de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia, onde agricultores de áreas irrigadas foram beneficiados com a renegociação das dívidas.

Enquanto isso, produtores rurais que trabalham em regime de sequeiro e que perderam praticamente toda sua safra em virtude da pior seca dos últimos 70 anos, especialmente em Alagoas, não estão podendo usufruir dos benefícios do direito previsto na Lei nº 12.844.

Somente no meu Estado, Alagoas, cerca de dez mil agricultores não puderam renegociar suas dívidas, sendo que, desses dez mil, a maioria é de pequenos proprietários rurais do setor canavieiro, especialmente da Zona da Mata e do sul do Estado. São produtores que não têm dinheiro para pagar suas dívidas, pois, além da falta de recursos, ficaram sem a produção devido à intensa e longa estiagem do ano passado. A situação chegou a tal ponto que as terras, casas, veículos e demais bens dos pequenos produtores estão sendo executados para pagar as dívidas bancárias. Traçando um paralelo com o número de famílias, são mais de 32 mil pessoas desesperançosas, sem nenhuma certeza ou perspectiva de um futuro ao menos promissor. E pior, sem a proteção e o efetivo apoio do Governo estadual. Pelo contrário, a omissão do Governo do Estado, no caso específico de Alagoas, como de resto a omissão deste Governo em todos os setores, é o que tem prevalecido.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nos últimos anos, diversas indústrias de cana-de-açúcar encerraram suas atividades em Alagoas. Para o Presidente da Cooperativa de Crédito dos Produtores de Cana, Sr. Fernando Rossiter, o atual cenário desfavorece completamente o pequeno agricultor. De acordo com ele, devido à crise no setor sucroalcooleiro, muitos bancos têm negado empréstimos e financiamentos aos produtores rurais, o que impossibilita a reestruturação do meio de vida desses trabalhadores. Com as usinas desativadas, os produtores não têm como pagar suas dívidas. Como se não bastasse essas dificuldades, o preço da cana-de-açúcar está congelado. Além disso, a safra no Estado vem caindo anualmente, tanto é que Alagoas já foi apontado como o segundo maior produtor de cana no País, perdendo apenas para São Paulo. Hoje, lamentam os produtores, o Estado flutua entre a 5ª e a 6ª posição.

De acordo com o Presidente da Federação dos Agricultores de Alagoas, Sr. Álvaro Almeida, no momento, a mobilização do setor se concentra na tentativa de correção das injustiças da legislação vigente. E isso se dará somente com a inclusão, nos benefícios da Lei nº 12.844, de todos os produtores rurais, independentemente do estado de calamidade ou emergência decretado pelos Municípios, como ocorreu em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Ou seja, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, trata-se de uma premente e justa reivindicação amparada não só nos princípios da isonomia, da proporcionalidade e da razoabilidade, mas, principalmente, no pacto federativo, em que não pode haver desequilíbrios quanto ao tratamento dado aos entes estaduais, e menos ainda a discriminação de alguns deles em relação a outros. Se a lei impõe restrições, que sejam cumpridas em sua totalidade. Contudo, se a lei permite exceções ou interpretações diversas, que sejam elas também aplicadas a todos os Estados envolvidos, sem privilégios ou preferências estabelecidas por critérios e interferências meramente políticas.

E aqui vale destacar, Sr. Presidente, que o Senado Federal até tentou corrigir essas distorções, ainda no ano passado, quando da tramitação da Medida Provisória nº 623 e seu Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2013.

A tentativa foi exatamente a modificação do inciso IV do art. 8º da Lei nº 8.844, de modo a retirar do texto as restrições impostas originalmente pela lei, mas que já vinham sendo excetuadas na aplicação da norma, ou seja, já na fase de renegociação das dívidas dos agricultores com os bancos oficiais. Contudo, a medida provisória perdeu seu prazo de validade antes de sua deliberação final na Câmara dos Deputados, e essa possibilidade se extinguiu.

Assim, cabe a nós, representantes da população e dos Estados da Federação, trabalharmos juntos, aqui, no Congresso Nacional, para viabilizar as devidas e necessárias modificações na lei. Além disso, tenho certeza de poder contar também, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o apoio da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, presidida por S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

De minha parte, mantengo-me aberto ao diálogo permanente e disposto a lutar pela solução definitiva das agruras vividas pelos pequenos produtores rurais, com os quais me solidarizo com a promessa de fazer o que for necessário para que vislumbrem um futuro melhor para si e para suas famílias.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, agradecendo a S.Exª o Senador Paim, pela gentileza de me ter concedido a possibilidade de utilizar o seu tempo, inscrito ele que estava em primeiro lugar nos pronunciamentos de hoje dos Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sras e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mozarildo Cavalcanti.

Obrigado pelas considerações, ex-Presidente Senador Fernando Collor de Mello.

Sr. Presidente, eu venho à tribuna para falar sobre três temas.

Primeiro, eu gostaria de ler, daqui da tribuna, artigo desse fim de semana do jornalista Elio Gaspari, que fez justiça, Sr. Presidente.

Senador Presidente Collor, como eu sou autor de um requerimento que diz que a lei de terrorismo deveria ser discutida também pela Comissão de Direitos Humanos, alguns jornalistas – e V. Ex^a, mais do que ninguém, já sofreu por causa disso – entenderam que eu sou o autor da lei. Eu não sou o autor da lei. Pelo contrário. Nenhum Senador é autor. Essa lei surgiu de uma comissão que foi montada. Escreveram um projeto, o Senador Romero Jucá é o relator, estão debatendo a matéria. Mas, de forma pejorativa, tentaram dizer, por eu ser o autor do requerimento, já que fala em terrorismo, que a Comissão de Direitos Humanos também debata o tema. Aí, foi Carta Capital, foi Pedro, foi João, foi Roberto, foi Joãozinho. Deu uma enorme confusão, porque, ali na Ordem do Dia, diz que está em discussão no Plenário, pendente de parecer, devido ao requerimento do Senador Paulo Paim. Com isso, a leitura que fizeram é de que eu seria o autor da lei. Não sou o autor da lei.

E o jornalista Elio Gaspari, que havia também entrado nesse balão, foi muito tranquilo, ele me ligou e disse que foi um erro da assessoria. Conversou longamente comigo e escreveu um artigo sobre o tema neste fim de semana, que eu posso a ler – e agradeço a ele pela correção, o que outros não fizeram, mas ele fez.

Registro aqui a coluna do jornalista Elio Gaspari, publicada no domingo, ontem, em vários jornais do País, já que a coluna dele é publicada inclusive no Sul.

Diz ele:

Paim nada teve a ver com o surto histérico

Estava errada a informação segundo a qual o senador Paulo Paim (PT-RS) é o autor do projeto que tipifica os crimes de terrorismo com uma definição ambígua e penas mínimas superiores àquelas impostas pela Lei de Segurança Nacional da ditadura. Há dois projetos em andamento no Senado. Um é do senador Pedro Taques (PDT) e outro de Romero Jucá (PMDB). Paim nada tem a ver com eles. Pelo contrário, uma iniciativa sua retarda a votação dos projetos [devido ao requerimento]. O senador Jorge Viana (PT-AC) propôs que eles fossem discutidos logo e pediu “um entendimento de líderes” para pôr “em apreciação já, no plenário, essa matéria”.

Felizmente ainda não aconteceu, e o Presidente do PT, Rui Falcão, dissociou o Partido da iniciativa, contrariando a doutrina dos autores da lei de segurança da ditadura.

Enquanto o Senado teve um surto de histeria, veio do Secretário de Segurança do Rio uma proposta que racionaliza o debate. Em vez de criar fantasma [segundo ele], é um texto básico que trata de coisas elementares, proíbe mascarados, muda algum dispositivo do Código Penal e repete lei já existente.

Fica faltando, na proposta de Beltrame, algo que responsabilize sua polícia por agressões a manifestantes. Por exemplo [aí ele diz]: jogar gás de pimenta nos outros como se os seus PMS fossem propagandistas de perfume. Nunca será demais lembrar que o Governador Sérgio Cabral não mexeu nas tarifas dos transportes sob sua jurisdição.

Eu faço apenas uma leitura do artigo do Elio Gaspari, onde ele deixa claro que nós não temos nada a ver com essa história. Até porque eu sou daqueles que entendem que, da forma como está redigida, será mais um instrumento de criminalização contra os movimentos sociais, contra o que sou radicalmente contra.

Feito esse registro, quero dizer que parte da imprensa ainda não tem clareza desse debate. Volto a repetir, é preciso que a verdade prevaleça.

Repto: apresentamos requerimento para que o projeto, em vez de ser votado em plenário, seja discutido lá na CDH.

Então, antes de voltar ao plenário o mérito desse projeto dessa comissão, de que nós não fizemos parte, primeiro tem-se que apreciar o requerimento, para ver qual é a vontade das comissões de direitos humanos de caráter internacional e nacional, que me pediram que eu encaminhasse o debate para a comissão.

Somos favoráveis, como já disse, a que haja um amplo debate. A CDH, em meu entendimento, cumpre esse papel. É preciso separar muito bem a busca de soluções sobre a banalização da violência, como fiz aqui na última sexta, e o debate sobre a adoção de uma lei antiterrorismo. Somos contrários a qualquer projeto que venha a criminalizar os movimentos sociais.

Então, está aqui a minha posição. Se alguém tiver dúvida, que leia, está aqui escrita, assinada, já é a quarta vez que eu falo sobre isso na tribuna.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar este momento para falar de um tema que já debatemos, discutimos e sobre o qual já tivemos audiências públicas aqui em Brasília e fora de Brasília: a importância da questão do voto aberto no Congresso.

Sr. Presidente, quase todos os dias, no mínimo todos os meses, ao longo desses meus vinte e poucos anos, quase vinte e oito anos de trabalho aqui no Parlamento, tenho usado a tribuna em contagem regressiva para o cumprimento do acordo firmado entre os Senadores e Deputados e o Governo. Vou falar primeiro, então, sobre este tema, o PLC nº 99, de 2013, que trata das dívidas dos Estados e Municípios com a União.

Hoje é segunda, dia 17, e, como eu dizia na sexta, hoje faltam 16 dias para o fim do prazo, conforme o acordado da votação aqui neste plenário. Sempre digo que acordo firmado é para ser cumprido. Como esta Casa é de respeito, eu estou confiante na votação no prazo estipulado, que, aliás, é de extrema importância para os nossos entes federados, Estados e Municípios. Com a medida, ocorrerá uma possibilidade de maiores investimentos na área social: educação, saúde, segurança, transporte.

Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, nesta semana, há uma série de atividades aqui no Senado, como, por exemplo, audiências públicas – hoje pela manhã, realizamos uma na CDH –, votações de requerimentos e projetos nas comissões temáticas, pauta de plenário e apreciação, inclusive, de vetos.

Senador Mozarildo, V. Ex^a tem um importante, e quero dizer que vou acompanhar V. Ex^a. A apreciação de vetos será feita pelo voto aberto, aprovado no ano passado, com enorme debate entre nós.

É sobre isto, o voto aberto, que quero, mais uma vez, fazer algumas reflexões.

Sr. Presidente, todos devem estar acompanhando a importância do que esta Casa já decidiu, que foi o voto aberto não só para cassação de mandato, mas também para apreciação de vetos. Enfim, é importante que mandem mensagens no sentido de que, cada vez mais, prevaleça a vontade popular na apreciação de vetos.

A nossa luta pelo fim do voto secreto no Congresso iniciou lá atrás, no início dos anos 80, quando nós, àquela época, no movimento sindical, cobrávamos dos Parlamentares o fim do voto secreto. Fomos eleitos para a Constituinte, mantivemos, com o mesmo fervor, o nosso discurso.

Uma vez eu disse que o voto secreto no Congresso era uma aberração, algo de outro mundo. Fui criticado, mas isso faz parte do jogo. E o tempo se encarregou de mostrar que estávamos certos. Prevaleceu o tempo. Como se diz, somente o tempo é o senhor da verdade, é o senhor da razão.

É isso é bom, prova, mais uma vez, que estávamos no caminho certo, sintonizados com a voz das ruas ou até com a frase antiga do nosso inesquecível técnico da seleção Zagallo: "Quando alguns dizem que estamos errados, o tempo faz com que eles venham a nos engolir." Essa frase é do Zagallo, não é minha.

Meu primeiro discurso como constituinte ocorreu no dia 22 de fevereiro de 1987. O que falei? Venho à tribuna para pedir o fim das votações secretas em todas as instâncias. O que falei na época? Voto secreto lembra o golpe militar. Voto secreto lembra as torturas nos porões, os assassinatos, a falta de diálogo, a falta de transparência, a corrupção. Voto secreto lembra a imprensa amordaçada.

Fizemos um bom combate nessas décadas, nesses quase 30 anos. Algumas batalhas perdidas, mas muitas vencidas. Perdemos a conta de quantas vezes subimos à tribuna para defender e exigir o fim do voto secreto, não somente eu, mas também muitos Senadores e Deputados.

Apresentamos, como Deputado, algumas propostas. No Senado, a PEC nº 50, de 2006, e a PEC nº 20, de 2013.

No ano passado, enfim, esta Casa aprovou o tão esperado fim do voto secreto. É claro que ainda falta o segundo passo, agora mais largo: o voto aberto em todas as situações. Mas Senado e Câmara, com essa decisão, já votarão abertamente em vetos e perdas de mandatos. Isso amadurece a democracia, e todos ganham. Eu considero o fim do voto secreto uma revolução, a revolução mais importante do Parlamento.

Na semana passada, a Câmara realizou uma sessão histórica com a cassação, pela primeira vez, de um Deputado pelo voto aberto. Tenho dito que o voto aberto é a grande revolução no Parlamento brasileiro. E esse mesmo Parlamentar, com o voto secreto, alguns meses atrás, havia sido absolvido; e, com o voto aberto, somente um Deputado votou pela sua inocência. Todos os outros, quase unanimemente, votaram pelo afastamento.

Amanhã, o Congresso se reúne para examinar quatro vetos. A votação será aberta, às claras. Isso é bom, é fantástico, é revolucionário. Nós temos que mostrar a cara do nosso voto. Temos um compromisso com os eleitores. Somos seus representantes. Não dá para votar de um jeito e falar de forma diferente.

Alguns grandes veículos de comunicação abriram espaço com destaque para a votação ocorrida na Câmara dos Deputados na semana passada. Foi, como disse, quase unanimidade: evolução foi a palavra-chave.

O coordenador do curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, jurista Oscar Vilhena, disse: "A votação na Câmara foi altamente positiva para o Brasil. As pessoas têm de justificar publicamente por que tomaram suas decisões."

Na República, todas as coisas devem ser abertas. O voto aberto foi uma conquista da democracia e da sociedade. A cassação mostrou-se um exemplo claro da mudança de comportamento do Congresso ao ter de prestar contas aos eleitores de forma transparente.

Em texto de nossa autoria, "Congresso, mostra a tua cara", abordamos essa questão do voto aberto. Das ruas ecoaram gritos exigindo tal medida: urgente, necessária, legítima e democrática. Nós sempre dissemos que só com muita pressão as coisas aconteceriam.

Com total certeza, estamos decretando o fim da prática do avestruz, que enfa a cabeça no buraco para ver a tempestade passar ou não vê-la, achando que a tempestade não vai tocá-lo.

Acabou a malandragem daqueles que dizem uma coisa perante a opinião pública, perante a imprensa e seus eleitores e, depois, fazem outra, valendo-se, na época, porque agora não temos mais, do voto secreto. Repito: o voto secreto é uma verdadeira revolução. Eu disse que o tempo mostraria isso e já está mostrando.

Ives Gandra Martins, jurista, disse que: "Em situações de voto aberto, passa a valer mais a voz do povo, porque os Parlamentares estarão submetidos ao julgamento do eleitor."

Mas ele faz uma ressalva: "É claro que houve uma evolução, mas não é nada cinematográfico. Faz parte do processo depuratório da democracia e vai funcionar em casos em que os eleitores tenham uma posição clara em momentos de sim ou de não."

Sr. Presidente, permita-me ir um pouco além.

O povo, os leitores, os movimentos sociais, os eleitores, o movimento sindical devem sempre estar em alerta nas ruas, exigindo seus direitos e um País mais justo e igualitário.

O nosso entendimento é de que, daqui a alguns anos, quando a nossa democracia estiver mais fortalecida ainda, haverá um capítulo nos livros de História brasileira, em que o assunto será: "A batalha que foi o fim do voto secreto no Congresso."

Neste momento – assim eu creio –, alguns não estão se dando conta do que está acontecendo. Uns acham que estamos evoluindo bem; outros nem tanto; outros dizem que é fogo de palha. O importante é que a opinião pública está acompanhando, está vendo e agora vai ficar sabendo como cada um vota aqui na Casa.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados é claro que evoluíram e têm de melhorar cada vez mais. E a transparência é a palavra-chave. O foco é alcançar a respeitabilidade da população, da sociedade. Isso requer também um grau elevado de independência dos Poderes. O Legislativo tem de caminhar com suas próprias pernas.

Nas discussões que antecederam a aprovação do voto aberto, cheguei a dizer que o Congresso Nacional estava caminhando a passos largos, para se tornar uma espécie de Duma, o Parlamento Russo, dominado moralmente pelos Césares. Uns não concordaram; outros concordaram. O certo é que falei com sinceridade, e avançamos. O voto secreto caiu naquilo que é mais importante no meu entendimento.

A função do Legislativo é discutir os problemas do País, os anseios da população para, a partir dos cenários que forem surgindo e seus devidos encaminhamentos, sugestões, criar leis ou melhorar as já existentes a fim de que essas deem respaldo jurídico necessário para o bem do nosso povo.

Esse é o papel do Legislativo. Transparência é a palavra.

E aí está a nossa crença de que o voto aberto é, de novo, repito, uma verdadeira revolução no Congresso Nacional. O voto aberto reafirma a cumplicidade entre eleitos e eleitores; reafirma o compromisso de legislar pelo País e não em benefício próprio. Ou o Parlamentar é fiel ao que disse no palanque para seus eleitores ou ele tem que voltar para casa.

O voto aberto revoluciona, dá transparência, acaba com as máscaras, emerge a questão da independência, da liberdade e da transparência.

O voto aberto no Congresso é uma causa de todos nós Senadores e Deputados que temos como visão algo maior na linha da transparência e do tempo: melhorar a vida de todos, manter a independência e lapidar a nossa democracia.

Assim eu creio.

Sr. Presidente, por fim, faço nestes três minutos um pequeno registro.

Em setembro do ano passado, estive no Festival Nacional do Vinho colonial na cidade de Bento Gonçalves, lá na Serra Gaúcha.

Esse encontro é uma realização de famílias – Famílias Vale dos Vinhedos – e conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves e outras entidades ligadas à agricultura familiar.

Além dos vinhos coloniais, o festival apresenta uma amostra de variados pratos da culinária lá da Serra. Eu sou de lá, de Caxias do Sul, onde passei minha adolescência – Caxias, Bento, Flores da Cunha, Veranópolis, Galópolis, Antônio Prado. Enfim, ali há uma culinária rica: uva, salame, copa, queijo, pão colonial, polenta brustolada, coxa e asa de frango, frango a passarinho, geleias de uva, de figo e tantas outras, grôstoli, vitelo, carne de porco, tortéi e muitas outras iguarias tradicionais da região. Não percam! Quem for lá verá. Estão todos convidados.

O vinho é um produto milenar e, como tal, sua elaboração está intimamente ligada à evolução da nossa gente e do nosso povo.

A cultura do vinho esteve ou está presente em grande parte das comunidades da etnia italiana principalmente, sobretudo nos Estados das Regiões Sul e Sudeste, e agora já avança também no Nordeste.

Esta presença explica o porquê de a evolução da vitivinicultura brasileira em escala comercial estar fortemente associada às regiões onde a vitivinicultura encontra-se arraigada à cultura local.

O fortalecimento de vinícolas de diferentes escalas de produção comercial, entretanto, não exclui em muitas propriedades a agricultura familiar. Um saber fazer local que resulte em vinhos coloniais ou artesanais da melhor qualidade. Eu tive a satisfação, não só nessa Festa de que participei, mas em outros momentos, de degustar o quanto é bom, prazeroso, gostoso, o vinho colonial.

Essa constatação pode ser exemplificada ao visitarem-se regiões como a da Serra Gaúcha, Vale do Rio do Peixe, a Metropolitana mesmo de Curitiba ou Jundiaí, onde não somente se mantiveram as produções já existentes como também nota-se um resgate de tradições anteriormente perdidas e que, gradativamente, voltam a ser valorizadas.

O crescimento do interesse e do consumo pelo vinho, e pela cultura a ele associada, tem ampliado o mercado pela via do enoturismo. Eu diria, principalmente, nesse caso, aqui o destaque é para o vinho artesanal ou colonial.

Rotas turísticas são criadas e aprimoradas, com foco na produção industrial e artesanal do vinho e o cultivo da uva. Na ocasião em que participamos do Festival foi solicitado apoio de todos os Senadores a dois projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados com a finalidade de dar suporte legal ao vinho colonial.

Foram propostos os PL 3.183/2012, de autoria do Deputado Federal Onyx Lorenzoni, do Democratas, e PL 2.693/2011, de autoria do Deputado Federal Pepe Vargas, que abordam a temática da produção e comercialização de vinhos coloniais ou artesanais.

Os projetos foram decisivos para dar publicidade ao tema e induzir a discussão objetiva que certamente trará impactos positivos para os produtores e consumidores. Está na Câmara dos Deputados o PL 3.183/2012, apensado ao PL 2.693/2011.

O Projeto tramitou na Câmara até o início de setembro de 2013, passando pelas Comissões de Agricultura e Constituição, Justiça e Cidadania. Enfim, seguiu para o Senado Federal.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um minutinho.

Aqui no Senado tramitou na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como PLC 110/2013, com relatoria da Senadora Ana Amélia, e está pronto para ser incluído na pauta de votação do Plenário.

É decisiva a aprovação dessa matéria, para que o público-alvo do projeto seja beneficiado.

E, quando estive lá, Senadora Ana Amélia, naquela grande festa, disse: "Eu não faço parte da Comissão Agricultura, mas vocês não tenham dúvida de que a Senadora Ana Amélia vai ser a relatora." E acertei mais uma vez! V. Exª fez o relatório, já conseguiu, está pronto agora, para que seja votado aqui, no plenário.

Enfim, antes de passar para a Senadora Vanessa, pelo Censo Agropecuário 2006, do IBGE, estima-se que serão beneficiados – com esse projeto, que, aprovado na Câmara e aqui, no Senado, com o apoio dos Senadores e a relatoria da Senadora Ana Amélia – mais de 4 mil famílias de agricultores familiares, especialmente no Sul e no Sudeste do Brasil. Por esse motivo, faço um apelo para que o PLC nº 110, de 2013, seja votado com rapidez aqui, no plenário do Senado...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... aproveitando as festas da tradicional Festa da Uva, que ocorre, entre 20 de fevereiro e 9 de março de 2014, em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha. Estaremos lá na abertura da Festa da Uva – sei que a Presidenta Dilma também estará, como estarão os Presidentes, pelas informações que recebemos, do Senado, da Câmara; e foi encaminhado também o convite ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Os Senadores estão todos convidados e os Deputados Federais também, e todos os que estão nos ouvindo e assistindo, neste momento, desloquem-se para o Rio Grande, não podem perder essa grande festa entre 20 de fevereiro e 9 de março!

A delegação esteve aqui visitando a Presidenta da República, visitando os Presidentes dos três Poderes e, pelo menos, até o momento, pela informação que recebi, todos estarão lá. Será um encontro nacional, em cima de uma causa belíssima e justa. Viva a Festa da Uva! Viva o vinho artesanal! Viva a produção familiar! Vivam todas as etnias de todas as raças e de todas as procedências que formatam e formam o povo gaúcho e o povo brasileiro!

Senadora Vanessa, sempre é uma alegria receber um aparte de V. Exª.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Alegria maior, Senador Paim, é ouvir V. Exª falar de uma das mais belas festas do Brasil, que é a Festa da Uva, em Caxias do Sul. Eu tive a grata satisfação de estar na sala do Presidente desta Casa, Presidente Renan Calheiros, quando ele recebeu não só o Prefeito de Caxias do Sul, mas vários empresários, representantes do Município e as rainhas e princesas, que vieram trazer o convite para que o Presidente Renan e as Srs. Senadoras e os Srs. Senadores pudesse comparecer à festa. Naquele ato, foi feito uma pequeníssima amostra do que será a festa. O mais importante é que a festa é

a representação de tudo isso que V. Ex^a fala da tribuna, de uma cultura de brasileiros que se misturou à cultura e às tradições dos migrantes italianos. Eu sou lá do Estado do Amazonas, vivi quase toda a minha vida lá, mas nasci no sul do País e meus avós no Rio Grande do Sul. Tenho uma alegria grande de ver como aquela região tem sido importante para o nosso País. Falamos que vivemos numa nação que é megadiversa de todos os pontos de vista, não apenas do clima diferenciado, da vegetação diferenciada, porque são vários biomas, mas das tradições diferenciadas também. O Brasil hoje entre todos os seus orgulhos pode se orgulhar disso que V. Ex^a fala. Nós somos também um grande produtor de uva e do Rio Grande do Sul já estamos chegando à produção em Santa Catarina. Isso é muito importante. Nós lá da Amazônia não estamos apenas guardando, mas trabalhando muito para transformar a riqueza natural em riqueza viva para a população. Então, se eu pudesse, iria a Caxias na Festa da Uva. Neste ano, não tenho condições, mas também quero me somar a V. Ex^a: é uma das mais belas festas deste Brasil. E Caxias do Sul não é só orgulho dos gaúchos, não, Senador Paim. Caxias do Sul é orgulho de todos nós brasileiras e brasileiros. Assim como tenho certeza de que é orgulho também, da mesma forma, a nossa belíssima festa dos Bois-Bumbás Caprichoso e Garantido. Então, parabéns a V. Ex^a, à Senadora Ana Amélia, da Bancada do Rio Grande do Sul, que está aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Simon, que é de Caxias também.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ao Senador Pedro Simon, que, como V. Ex^a e como a Senadora, não se cansa de falar desse belo Estado do Rio Grande do Sul. Que tenham todos uma bela festa! Tudo indica que a Presidenta deverá ir até lá. Tudo indica. Ouvi falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ela já confirmou a presença.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Já confirmou. É isto: prestigiar uma das mais belas do nosso País. Parabéns, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu aproveito este momento... Já num outro momento quando as rainhas, as princesas, o prefeito, o Presidente da festa, que é o Nespolo, estiveram aqui, relatei, falei da importância, citei o nome de todas as autoridades daquela belíssima comitiva, ajustamos as agendas junto aos poderes constituídos, porque eu sou filho de Caxias. Eu saí de Caxias com 29 anos.

Então, toda minha formação se deu lá naquele berço. Tenho uma... Minhas lembranças são as mais agradáveis, mais queridas... De passar as férias nas colônias, embaixo dos parreirais, convidado por meus amigos de sala de aula, tomando banho nos rios, pegando lambari e o comendo com polenta. Enfim, é uma lembrança muito gostosa daquele período de minha cidade natal onde passei minha adolescência. Lá brinquei, namorei e escrevi grande parte de minha vida.

Caxias, apesar de ter ido para Canoas, marcou muito toda minha caminhada. Lá que eu fui presidente de grêmios: Santa Catarina, Ginásio Noturno para Trabalhadores. Foi lá que eu fiz as grandes caminhadas ainda na época da ditadura, Senador Aloysio, V. Ex^a que foi perseguido e torturado...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... sendo nesta Casa o Relator da Comissão da Verdade, quando quis apenas que prevalecesse a verdade.

Então, tenho uma... Embora more em Canoas hoje, tenho um carinho muito grande por Caxias. Um dos temas, o tema principal da festa é a diversidade. Em um momento como esse em que Tinga é discriminado no Peru, no momento em que uma australiana teve a ousadia de discriminá-lo, em um salão de beleza, uma negra que a atenderia. Essa mesma australiana não aceitou ser atendida, conforme a delegada disse, por policiais negros. Como é bom que minha cidade natal fale exatamente da diversidade, tanto que uma das princesas que lá conhecia é negra. Todas são lindas, sejam brancas ou negras. Todas muito lindas, gentis e educadas, não se metendo a ser o que não são... Há pessoas que viram princesas ou rainha, ou mesmo senador ou governador e se diz melhor que os outros. Não é coisa nenhuma!

Então, meus parabéns a toda comitiva, a todas as rainhas, princesas, a todas que disputaram, ao Presidente da festa (Nespolo), como também ao Prefeito da Cidade, a todos aqueles que se somaram a esse grande evento que levará a Presidente da República à abertura para participar das festividades nesse dia 20, quando os três Senadores serão convidados. Cada um agendará a possibilidade de estar também na minha querida cidade Caxias do Sul.

Há uma canção que diz...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Fora do microfone.) – Cante!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não! Não entrarei em detalhe. Se quiser ver pessoas, as mais queridas do mundo, chegue em Caxias do Sul no cantar do galo.

A Senadora Ana Amélia dirá que eu mudei toda música...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... que é uma outra letra; mas mudei, propositadamente, para adaptá-la a Caxias do Sul.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Paim, como sou o próximo orador, eu gostaria de convidar V. Ex^a para presidir, para eu ter a oportunidade de falar. (Pausa.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, como orador inscrito, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que, gentilmente, também, adaptou aqui para que o ex-Presidente Fernando Collor de Mello falasse em primeiro lugar. Foi por isso que eu falei no lugar dele e, agora, ele vai usar a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sras Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu vou, hoje, abordar novamente, já que o fiz na quinta e na sexta, um assunto que, inclusive, é manchete do *Jornal do Senado* – aliás, é a primeira manchete –, que diz que o Congresso examina veto à nova regra para criação de Municípios.

Como disse V. Ex^a no seu pronunciamento, Senador Paim, vai ser a primeira votação de veto de maneira aberta, quer dizer, o eleitor vai poder saber se o Parlamentar que votou a favor desse projeto, de maneira aberta e clara, votará de maneira diferente na apreciação do voto.

Aqui mesmo, o *Jornal do Senado* diz que o argumento da Presidência da República para vetar o projeto foi o aumento de despesas, e eu, mesmo sendo um aliado da Presidente Dilma – sempre acho que o bom aliado não é só aquele que segue cegamente o que pensa o outro, nem também aquele que só aplaude qualquer coisa que ele faz –, entendo que esse projeto não foi devidamente analisado, ou o foi sob outro viés, porque esse projeto passou 10 anos, 12 anos, aliás, entre Senado, onde foi aprovado pela primeira vez, e Câmara, onde passou muito tempo.

A Câmara fez um substitutivo, inclusive pegando sugestões do próprio Poder Executivo e, aqui no Senado, quando voltou para reapreciação, já que a Câmara o mudou, nós também fizemos várias adaptações, de comum acordo com o Governo. No fim, foi vetado sob o argumento de aumento de despesa, o que não é verídico.

Eu disse aqui várias vezes e quero repetir nessa véspera de votação que, de fato, esse projeto não cria despesa. Vou dizer, sinteticamente, quais são essas regras, que são rígidas.

Primeiro, vai haver uma média regional para a criação de Municípios, um mínimo de habitantes para cada região. Esse cálculo é feito tirando os menores Municípios – como é o caso de Borá, em São Paulo, que não tem nem mil habitantes –, os maiores Municípios e fazendo a média, portanto, sem esses dois extremos.

Com essa média, Senador Paim, para a Amazônia, na Região Norte, serão exigidos mais ou menos 5 ou 6 mil habitantes, para começar o trabalho de estudo para a criação de um Município; no Nordeste, mais ou menos 8 mil, 8,5 mil; no Centro-Oeste, um pouco mais, 12 mil talvez; e no Sul e Sudeste, um pouco mais, evidentemente. Por quê? Porque nós temos Estados, como São Paulo, que são muito bem divididos, têm mais de 700 Municípios. Minas Gerais tem mais de 800; Rio de Janeiro, também, apesar de pequeno territorialmente, é muito bem dividido; e Santa Catarina. Acho que fizeram bem em fazer a redivisão interna dos Estados, para propiciar que realmente o Estado se desenvolva, ou se desenvolvesse, como foi o caso deles, de maneira mais simétrica, mais harmônica.

E não é possível nós convivermos com uma afronta a um dispositivo constitucional que diz que é dever da República eliminar as desigualdades regionais. Pois bem, esse projeto, como eu disse, foi examinado lá na Câmara e aqui no Senado. Incluiu-se um estudo de viabilidade econômica, para ver se o Município a ser criado bem como o Município do qual foi desmembrado se tornam economicamente viáveis. Aliás, se fosse feito esse estudo, muitos Municípios dos grandes Estados não teriam sido criados. Eu dei o exemplo de Borá, mas o segundo menor está em Minas Gerais, na faixa de mil habitantes. Abaixo de 5 mil habitantes há centenas e centenas de Municípios.

Então, esse projeto cria, como está dito aqui, novas regras para a criação de Municípios; não autoriza a criação, como muitos artigos da imprensa colocam que esse projeto vai abrir as porteiras para a criação de Municípios. Abertas as porteiras estavam, porque, se não estivessem abertas, de 2002 para cá, não teriam sido criados os Municípios que foram criados. Como mais para trás também. Não havia regra alguma; a regra era política. O interesse político do grupo A, B ou C de determinado Município ou de determinado Estado, digamos assim, era o norte para a criação de um Município.

Mas não podemos pensar, em regiões como o Norte do Brasil... Basta citar um exemplo: Altamira, no Pará, é maior do que Portugal, do que Espanha. No Amazonas e em Roraima, também, temos Municípios enormes em que a sede fica, vamos dizer, ao norte, e às vezes o distrito mais desenvolvido está ao sul. Então, é difícil para o prefeito, mesmo que ele seja reeleito e, portanto, fique 8 anos, atender, com os recursos de que dispõe. E aí, sim, é uma desproporção, porque o que a União manda para os Municípios? Manda o Fundo de Participação dos Municípios, que é fruto, é um percentual tirado de dois impostos apenas: o IPI e o Imposto de Renda, que se cobra nos Municípios. E, fora isso, de vez em quando, o próprio Governo, para estimular a economia, baixa o IPI. Portanto, baixa o Fundo de Participação dos Municípios.

O que estamos, portanto, propondo é a divisão do bolo do Fundo dos Municípios. E esse projeto não só fala da criação de Municípios. Infelizmente, até aqui na manchete do *Jornal do Senado*, está: "Congresso examina veto a nova regra para criação de Municípios". Mas é lógico que, na matéria, ele esclarece melhor. E, na verdade, não é só para criação. É para fusão, como, por exemplo: esse Município de Borá, em São Paulo, que não tem mil habitantes, poderia ser fundido com outro Município vizinho para a população, realmente, poder ter melhor assistência. Também o desmembramento e a incorporação de áreas.

Então, na verdade, é um projeto municipalista, é um projeto voltado para o cidadão e para a cidadã que vive nesses Estados gigantescos e com Municípios gigantescos também. O meu Estado, por exemplo, deve ter três Municípios ou quatro, no máximo, que têm condições de criar novos Municípios a partir deles.

Portanto, não estou advogando uma questão só para o meu Estado ou só para a minha região; estou advogando uma política de governo, com regras bem fortes para que se discipline, se crie um marco regulatório para a criação, a fusão, o desmembramento e a incorporação de Municípios. Repito: nunca antes, neste País, houve uma lei que colocasse a rigidez que esse projeto propõe.

Amanhã será examinado o veto da Presidente. Felizmente, o veto será votado abertamente, porque tivemos 312 Deputados, Senadora Vanessa, que votaram a favor, portanto bem mais do que a metade da Câmara, e tivemos 53 Senadores presentes à sessão que votaram também a favor. Então, não acredito que nem os Deputados Federais nem os Senadores tenham mudado de ideia em tão curto tempo, já que esse ponto foi exaustivamente debatido, essa criação de gastos ou não; foram debatidas as questões dos coeficientes de população para cada região, de forma que não posso compreender que esse veto venha a ser mantido amanhã.

Quero fazer mesmo um apelo a todos os Deputados que votaram a favor, e até mesmo aos que não estavam presentes na sessão, que examinem esse projeto e amanhã decidam pela derrubada do veto.

Ao pedir a derrubada do veto, estou defendendo o mesmo direito que teve a Presidente, constitucionalmente falando, de vetar o projeto. E nós, constitucionalmente falando, temos o direito de derrubar o veto. Não entendo que se trate aqui de situação ou oposição, trata-se aqui de uma análise do nosso País, das nossas regiões e, portanto, da redivisão interna dos nossos Estados. Países como os Estados Unidos têm 54 Municípios; os Estados Unidos, tirando o Alasca, é mais ou menos do tamanho do Brasil, além de ter 50 Estados.

Então, não é possível que fiquemos com essa visão pequena de que criar Município é só criar despesa, criar cargos. Ao criar um Município, vai para aquela população a assistência médica, a educação, o transporte, a segurança, o incentivo à produção.

Quero realmente dizer que a sessão de amanhã será histórica, porque sempre defendi aqui o voto aberto em matérias éticas e morais, como é o caso da cassação de Deputados e Senadores, e em matérias legislativas. Não há por que o Parlamentar se esconder atrás de um voto secreto para depois examinar um mesmo projeto e o veto permanecer, o veto não cair, como foi no caso dos projetos que regulamentavam o Ato Médico. E, diga-se de passagem, Senador Paim, como V. Ex^a muito bem sabe, esses projetos, quando tramitam no Senado e na Câmara, são acompanhados pelas assessorias dos Ministérios, são acompanhados pela Liderança do Governo, tanto na Câmara quanto no Senado, discutidos e votados.

Então, não é possível que, depois de 12 anos, esse projeto tenha feito essa peregrinação Senado, Câmara, Senado, de novo, e, ainda assim, nós, Parlamentares, vamos dizer que não estávamos votando sério naquela hora em que aprovamos esse projeto.

Portanto, quero fazer esse apelo, mas antes quero conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que me pede um aparte.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Antes de mais nada, agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mozarildo, que tem todas as razões para ocupar a tribuna neste momento não só por ser o autor do projeto de lei que, depois de tanto tempo de tramitação, foi aprovado nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Um projeto de lei que – V. Ex^a mesmo fala – não cria novos Municípios. Ele endurece com as regras para que sejam não só criados, mas que se possibilite a fusão dos novos Municípios. O que nós tínhamos antes é que era a falta de regra completa! E, na realidade, se formos analisar, temos no Brasil pelo menos duas – po-

deríamos até classificar em número maior, mas, de forma muito resumida – realidades bem distintas: Estados como o Estado de São Paulo, como o Estado de Minas Gerais, que têm centenas e centenas de Municípios...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Mais de oitocentos.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... e Estados como os nossos. No Estado de V. Ex^a, no meu Estado do Amazonas, que é o maior da Federação brasileira, 1,5 milhão de quilômetros quadrados, e que tem 62 Municípios somente, nós já temos mais de 30 Municípios prestes e em condições de serem criados. Sobre as regras de que V. Ex^a falava, são corretíssimas. Tem de haver um estudo de impacto. A população tem de ser ouvida. O que não podemos tirar é essa possibilidade de se criarem novos Municípios num Estado em que realmente haja a necessidade. Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. Infelizmente, logo que o projeto foi aprovado, e V. Ex^a se lembra, as grandes manchetes da imprensa diziam que aprovamos lei para criar 180, 300 novos Municípios. Não foi isso que nós aprovamos. É exatamente o inverso. Pelo lado da Presidente da República, que vetou, a justificativa é de que nós precisamos tratar com mais rigor as finanças públicas e que novas despesas seriam criadas a partir da aprovação desse projeto de criação de novos Municípios – não despesas diretamente da União, mas despesas de Municípios, porque, se é fato que a receita será repartida entre Municípios existentes e os novos criados, por outro lado, os Municípios terão que criar infraestrutura nos novos Municípios. Então, recursos que irão para a Câmara de Vereadores, o que eu considero extremamente salutar. Senador Mozarildo, eu não sei se já chegou a esta Casa, ou se está chegando hoje, ou se chegará. Eu acho que nós até poderíamos nos informar. Não sei se V. Ex^a tem a informação de que o próprio Poder Executivo mandaria para a Casa um outro projeto de lei, uma proposta de projeto de lei mais restritiva, permitindo que esses novos Municípios fossem criados, efetivamente, em regiões que necessitam, como é o caso da Região Norte. Essa foi a informação que nós recebemos. E vamos ficar no aguardo para analisar esse novo projeto. Ou seja, o próprio Poder Executivo já leva em consideração a opinião dos Srs. Parlamentares, porque vetar por vetar é um grande equívoco. Seria um grande equívoco vetar por vetar. Nós precisamos de algo no lugar, porque do jeito como está não pode ficar. Então, vamos aguardar e ver se chega até amanhã, às 19 horas, na sessão do voto. Quero dizer que eu votei a favor do projeto com uma consciência clara, inclusive de cuidado com a saúde financeira do País, dos Estados e dos Municípios. Mas há, sim, algumas regiões, como as nossas, em particular, que necessitam muito de novos Municípios, mas todos eles criados dentro de um ambiente de grande, de altíssimo nível de responsabilidade, que é exatamente tudo o que o projeto vê. No meu Estado, não há nenhum Município com mil habitantes – nenhum. O que menos tem deve ter vinte, trinta mil habitantes. Não há nenhum Município com mil habitantes, como há em tantos outros Estados brasileiros ligados por terra um ao outro. Nós temos Municípios em que o prefeito, para chegar a uma comunidade, leva, viajando de barco, três ou quatro dias, Senador. Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a pela luta e pela forma habilidosa, politicamente, com que conduziu os debates. V. Ex^a foi um dos grandes responsáveis pela aprovação da matéria, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Senadora Vanessa, eu agradeço a V. Ex^a como uma amazônica, como uma pessoa da Região Norte, como disse V. Ex^a, do maior Estado da Federação, do Estado que, sozinho, é maior que os sete Estados do Sul e do Sudeste. Realmente, nós vivemos uma temporada enorme de não criar Municípios simplesmente por não criar.

Com relação a esse projeto, que passou doze anos aqui, no Congresso Nacional, o Governo teve tempo, primeiro, de fazer as modificações – e foram feitas – e teve tempo de mandar um outro projeto que substituísse esse – e não mandou. Agora, às vésperas da votação do voto, há essa notícia de que vai chegar um projeto que estabelece novas regras.

Então, eu acho que isso é uma desconsideração com o Poder Legislativo. É uma diminuição nossa perante o equilíbrio que deve existir entre os Poderes da República. Nós temos o direito de legislar e fiscalizar. O Executivo já tem um direito de legislar por medida provisória, submetendo ao Congresso.

Agora, além disso, esse poder do voto – repito –, que é constitucional, mas não pode implicar fazer com que aqueles que tiveram tempo para examinar, tanto do Legislativo como do Executivo, agora, após a aprovação, se submeterem a um novo projeto, como se o Executivo tivesse uma brilhante cabeça ou brilhantes cabeças que pensassem melhor que todas as cabeças aqui da Câmara e do Senado que votaram esse projeto. Repito: 312 Deputados na Câmara e 53 Senadores aqui no Senado.

Eu espero confiante que essa segunda votação que vai haver de voto aberto – porque a primeira, como disse V. Ex^a, foi a de cassação do Deputado que havia sido absolvido pelo voto secreto –, que também agora, na votação desse voto, a gente possa ter a liberdade e a consciência de derrubar esse voto, não só por derrubar.

Como disse a Senadora, vetar por vetar, e também não é derrubar por derrubar. É derrubar, respeitando o nosso próprio trabalho. E tenho certeza de que a Presidente da República não vai sentir que os Parlamenta-

res que votaram contra o veto dela são contra ela. Não pode ser tratado nesse patamar. É apenas o direito que nós temos de defender os nossos Estados, as nossas regiões e os nossos Municípios.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Moarildo Cavalcanti, defendendo o fim do voto secreto e, portanto, a votação que teríamos nesta semana em relação aos Municípios.

Fernando Collor já falou, como Líder. Agora, é um Líder.

Kátia Abreu, como Líder. Não está no momento.

Rodrigo Rollemberg, como Líder. Em seguida, como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia.

Senador Rodrigo Rollemberg; Senadora Ana Amélia e, depois, como Líder, Rodrigo Rollemberg. Depois, V. Ex^a. Ele se inscreveu como Líder. Se quiserem trocar...

Então, por permuta, fala agora o Senador Aloysio Nunes, como Líder.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero comunicar à Casa, Sr. Presidente, que estou protocolando hoje requerimento para que o Plenário se dirija ao Tribunal de Contas da União pedindo a realização de auditoria junto à Petrobras para apurar grave denúncia do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense.

Refiro-me a noticiário divulgado neste fim de semana que reforça uma constatação acabrunhante. A Petrobras, empresa que nos enche de orgulho, uma extraordinária conquista do povo brasileiro, testemunho do esforço dos brasileiros na busca da nossa independência energética, esta grande empresa vem sendo malbaratada pelo atual Governo e pelo governo petista.

São notórios os dados que demonstram a má gestão dessa empresa: o endividamento crescente; o atraso no pagamento dos fornecedores; a perda do valor patrimonial da empresa, não obstante o barril de petróleo, que está sendo negociado a mais de US\$100,00.

A Petrobras vai de mal a pior, em razão do mau governo, da má gestão. E a Presidente Dilma Rousseff é diretamente responsável por essa má gestão, diretamente responsável, inclusive, por uma política de preços de derivados de petróleo que está levando à descapitalização da empresa e que inviabilizou a expansão do refino e da prospecção do petróleo. A tão anunciada autossuficiência proclamada pelo Presidente Lula está cada vez mais distante.

Mas o que a imprensa noticiou e que foi objeto de uma denúncia do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, Sr. Presidente, foi uma farsa – uma farsa da qual a Presidente da República participou pessoalmente –, que foi o lançamento de uma plataforma de exploração de petróleo do Estado de Pernambuco, a P-62, lançada ao mar, com grande festa, com fanfarras, foguetório, com discurso, como sempre, ufanista e autoelogioso, da Presidente da República.

Mas tudo não passou de uma farsa, como diz, inclusive, o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje, porque aquela plataforma não poderia estar sendo lançada ao mar, porque ela estava incompleta e inacabada. Faltavam elementos essenciais para a operação dessa plataforma com segurança; faltava sistema de amarração do lado esquerdo, a bombordo da plataforma; faltava o sistema elétrico, que não estava completo.

E a plataforma foi lançada ao mar assim mesmo, porque a Presidente não podia perder a ocasião de mais um evento de pré-campanha eleitoral ou de campanha eleitoral declarada. Pouco lhe importava a segurança daqueles que deviam operar este equipamento. O risco da segurança era evidente, tanto é que ocorreu um incêndio a bordo desta embarcação, exatamente devido à precariedade da instalação do sistema elétrico.

A unidade saiu desta forma, incompleta, inacabada, gerando, com isso, custos adicionais para a empresa, além dos problemas de segurança, pois, para realizar aquelas operações, completar a construção da plataforma em alto mar, era preciso mobilizar mão de obra a mais – pessoas, trabalhadores que operariam num ambiente inseguro –, com um custo maior, mas isso pouco importava à Presidente. Importava a propaganda; importava a festa; importava a demagogia.

Mas, além disso, havia mais um objetivo nesse expediente, que era realizar uma operação de exportação fictícia. Essa plataforma foi vendida, entre aspas, “no papel”, a uma subsidiária da Petrobras localizada na Europa e, com isso, o valor dessa plataforma seria contabilizado como exportação brasileira.

Evidentemente, a plataforma não saiu do Brasil, não saiu das águas territoriais do Brasil. Essa exportação para a subsidiária foi ficta, fictícia. Depois, foi importada pela Petrobras, sem, evidentemente, sair do lugar – mera operação de maquiagem das contas externas.

Não fosse esse tipo de operação realizado já em outras oportunidades, com outras plataformas, por ocasião do lançamento de outras plataformas, nós teríamos amargado um déficit maior na nossa balança comercial. Essas exportações no papel contribuíram por cerca de US\$8 bilhões de acréscimo ao resultado das exportações brasileiras – exportações que não ocorreram.

Então, Sr. Presidente, estou pedindo que o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria, para averiguar a procedência dessas denúncias e avaliar também o montante do prejuízo que elas causaram à empresa.

Por outro lado, Sr. Presidente, estou também protocolando, na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, um convite para que os dirigentes do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, o Sr. José Maria Rangel e o Sr. Norton de Almeida, que, inclusive, foram pessoalmente visitar essa plataforma e puderam constatar *in loco* os frutos e os resultados da irresponsabilidade governamental, venham prestar esclarecimentos perante a nossa Comissão.

Estou também, Sr. Presidente, oficiando ao Secretário de Segurança do Distrito Federal. Já me referi a última manifestação do MST em Brasília, todos nós assistimos a cenas alarmantes, acabrunhantes – voltando ao termo –, ocorridas durante essa manifestação, durante a qual houve a tentativa de invasão do Palácio do Planalto, o que ocasionou a interrupção dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal.

Ficaram feridos 30 policiais militares, dos quais oito em estado grave. A Presidente Dilma apertou a mão daqueles que apedrejaram os policiais militares, pois, no dia seguinte, recebeu a direção desse movimento no gabinete presidencial.

Peço ao Secretário de Segurança do Distrito Federal que nos informe quais providências tomou no âmbito policial para a identificação dos autores dessas agressões para que eles possam ser punidos, depois, pela justiça. São as providências que começo anunciando esta semana, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Aloysio Nunes, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – S. Ex^a está em comunicação inadiável.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E eu já dei dez minutinhos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Estou como Líder. Lamento não poder conceder o aparte, porque o Regimento não me permite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 82, DE 2014

Solicita ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria junto à Petrobras para averiguar denúncia do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO-NF.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria junto à Petrobras para averiguar denúncia do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – NF.

Justificação

A Petrobras já foi considerada um dos maiores orgulhos nacionais, símbolo da iniciativa e do esforço do povo brasileiro em buscar sua independência energética.

Contudo, o atual governo tem transformado este outrora símbolo em um exemplo de má administração e incompetência gerencial, vindo até mesmo a comprometer este patrimônio nacional. Tal gerência desastrosa tem se refletido até mesmo na perda de valor em bolsa das ações da empresa.

A mais recente demonstração desta incompetência - que beira a irresponsabilidade - trata-se da denúncia feita pelo Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) de que a empresa estaria tirando dos estaleiros plataformas inacabadas!

A informação foi dada na última sexta-feira pelo presidente do Sindipetro-NF, José Maria Rangel, ao explicar que o sindicato está levantando uma série de dados relativos à plataforma P-62, para serem encaminhados aos órgãos fiscalizadores na próxima semana.

O Sindipetro-NF afirma que a plataforma saiu com uma série de equipamentos sem funcionar, como o sistema principal de geração de energia. A plataforma estava com geração secundária com um gerador auxiliar, o que teria facilitado um incêndio ocorrido no início de janeiro último.

Esta Casa não pode omitir-se frente a mais esta denúncia gravíssima. Portanto, a solicitada auditoria se faz necessária e urgente.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Passamos a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, começo este pronunciamento, Senador Paulo Paim, falando do PLC nº 110, de 2013, que trata da tipificação do vinho colonial, já que V. Ex^a, no seu pronunciamento, nesta mesma tribuna, tratou dessa matéria.

Tive a honra de ser Relatora dessa relevante iniciativa do Deputado Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário, lembrando também que esse projeto é uma construção de outras iniciativas parlamentares, inclusive do Deputado Onyx Lorenzoni – referi-me a isso por questão de justiça, já que a iniciativa remontava há mais tempo. O Deputado Pepe Vargas, claro, trabalhou também junto às demais comissões. Isso resultou em que a Câmara tivesse aprovado essa tipificação. Teve o apoio e a consultoria técnica da Embrapa, que, aliás, tem uma excelente unidade em Bento Gonçalves, a Embrapa Uva e Vinho, com relevante trabalho feito.

O projeto teve a minha relatoria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, na Câmara, teve a do Deputado Alceu Moreira, do PMDB. Agora, o trabalho é apenas votar em plenário. Assim que tivermos Ordem do Dia e deliberação, farei pedido. A Bancada gaúcha, certamente, com o Senador Pedro Simon, que é de Caxias do Sul, e V. Ex^a, com o meu apoio, pediremos a inclusão na Ordem do Dia para apreciarmos e votarmos. Só falta essa deliberação.

Talvez isso pudesse ser anunciado na Festa da Uva, em Caxias do Sul, como uma espécie de recompensa ao trabalho desses pequenos agricultores que produzem esse vinho de excelente qualidade – o vinho colonial –, que, aliás, por ter essa característica, é aquele vinho que tomamos, e não temos dor de cabeça no dia seguinte. Então, em homenagem a eles, nós vamos trabalhar intensamente para que o Plenário assim delibre.

Mas eu venho aqui falar hoje sobre uma tensão.

Lamentavelmente, temos dado pouca relevância ao que está acontecendo, na Venezuela, entre opositores do governo, o que tem significado um crescente aumento da violência contra parcela expressiva da população venezuelana, intensificada, lamentavelmente, nos últimos dias, e que não pode e não deve, em hipótese alguma, persistir nem ameaçar os rumos políticos e econômicos da democracia no âmbito do Mercosul, uma vez que a Venezuela foi a ele integrada.

Essa estratégica união aduaneira sul-americana, que é o Mercosul, integrada pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, não aceita ações criminosas de grupos radicais com violência nem a disseminação do ódio ou da intolerância.

Milhares de estudantes opositores ao governo atual voltaram às ruas de Caracas, capital venezuelana, para denunciar a violência praticada por grupos de encapuzados após as manifestações nos últimos dias.

As mobilizações pacíficas são saudáveis sempre nos regimes democráticos. Fazem parte do sistema democrático das liberdades. Até o momento, porém, foram três mortos e há a hipótese de que grupos estariam infiltrados nos protestos violentos, isso de parte a parte.

Mais de três mil pessoas, na maioria jovens, repudiaram a violência registrada na capital e em outras cidades da Venezuela e são contra batalhas entre forças de segurança e encapuzados, os famosos, no caso brasileiro, Black Blocs.

Essa também foi a posição responsável do líder oposicionista, Henrique Capriles, que pensa que disputa o poder no voto, como requer o regime democrático, e não com a violência.

Assim como não concordamos, aqui no Brasil, com a destruição de patrimônios públicos ou privados nem com protestos violentos que causam mortes ou danos a vidas humanas, como aconteceu com o jornalista Santiago Andrade, é inaceitável também que na Venezuela ocorram atentados declarados e explícitos contra a democracia ou as instituições democráticas.

O que os protestos pacíficos pedem na Venezuela é tão somente liberdade de expressão e de negociação. E essa deve também ser a essência política do Mercosul.

Em nota recente divulgada por integrantes do Mercosul, “os Estados-membros do bloco reiteram o firme compromisso com a plena vigência das instituições democráticas e rejeitam toda e qualquer ação de grupos criminosos e violentos”.

A violência, aliás, e a destruição do patrimônio público ou privado são inadmissíveis! Quem “suja as mãos de sangue” e provoca a destruição, em momentos que deveriam ser dedicados às mobilizações pacíficas ou às greves, comete crime grave, infringe a lei e avança sobre uma área proibida e indesejada no regime democrático.

Confundir “liberdade de expressão” com atentados ou violação à vida é um erro grave e deve ser punido, responsabilizado. A correria, o tumulto e o confronto de ideias fazem parte de qualquer manifestação ou ato de descontentamento, aqui no Brasil, na Venezuela ou em qualquer país sul-americano. O respeito à vida, contudo, deve estar acima de todas as coisas, acima de todos os confrontos e conflitos. Isso será saudável para que tenhamos um Mercosul mais próspero, mais desenvolvido e também mais sólido democraticamente.

A nota oficial emitida pelo Mercosul expressa os seguintes termos:

Os Estados-membros do Mercosul, diante dos recentes atos violentos na irmã República Bolivariana da Venezuela e das tentativas de desestabilizar a ordem democrática, repudiam todo o tipo de violência e intolerância que busquem atentar contra a democracia e suas instituições, qualquer que seja sua origem. Reiteram seu compromisso com a plena vigência das instituições democráticas e, neste contexto, rejeitam as ações criminosas de grupos [...] que querem espalhar a intolerância e o ódio na República Bolivariana da Venezuela como uma ferramenta política.

Expressam o mais forte rechaço às ameaças de ruptura da ordem democrática legitimamente constituída pelo voto popular e reiteram a sua posição firme na defesa e preservação das instituições democráticas, de acordo com o Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no Mercosul [firmado pelos presidentes das nações em 1998].

Sugerem [aliás] que as partes continuem a aprofundar o diálogo sobre as questões nacionais, dentro do quadro das instituições democráticas e do Estado de direito [...].

Finalmente, expressam suas sinceras condolências às famílias das vítimas fatais, resultado dos graves distúrbios causados e confiam na manutenção da paz e nas garantias para todos os cidadãos.

É importante relembrar que, na cúpula de junho de 2012, três integrantes do Mercosul (Brasil, Argentina e Uruguai) decidiram unilateralmente suspender o Paraguai, o quarto sócio do grupo, Senador Alvaro Dias, devido ao *impeachment* do ex-Presidente Fernando Lugo.

Enquanto o Senado paraguaio não aprovou o ingresso da Venezuela, uma das condições previstas nos estatuto do Mercosul, o ingresso do país venezuelano no bloco ficou impedido, bloqueado.

É válido relembrar também que, para aprovar o ingresso da Venezuela no bloco, a Câmara dos Deputados do Paraguai aprovou, de forma definitiva, o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, retirando também uma declaração de *persona non grata* que mantinha desde 2012 contra o atual presidente venezuelano, Nicolás Maduro.

Cabe relembrar que o Protocolo de Ushuaia II, firmado no dia 20 de dezembro de 2011, na Cúpula de Montevidéu, no Uruguai, trata da aplicação de sanções no “caso de ruptura ou ameaça da ordem democrática” entre os integrantes do Mercosul. Esse protocolo não foi aceito pelo Paraguai.

Tais sanções podem suspender o direito de participar de distintos órgãos do Mercosul no processo de integração, como o fechamento das fronteiras, limitação do tráfego aéreo e marítimo, suspensão das comunicações e fornecimento de energia, e sanções políticas e diplomáticas.

O Paraguai firmou o tratado Ushuaia I, a chamada Cláusula Democrática do Mercosul, que determina a exclusão do bloco do país que viole a ordem democrática. Como se viu no caso do *impeachment*, embora discordem, mas o país obedeceu às regras internas que estão em vigor naquele país a respeito de análise de afastamento de presidente, no caso que aconteceu com apenas um voto favorável ao ex-presidente.

Portanto, a sustentabilidade econômica e política do Mercosul dependerá, prioritariamente, do respeito à democracia e às políticas comuns focadas na ordem e na legitimamente constituída por voto popular. A pluralidade de ideias e a liberdade de se manifestar devem continuar sendo respeitadas, sobretudo no atual momento do Mercosul. É relevante ressaltar que a União Europeia se prepara para trocar propostas para o estabelecimento de um acordo bilateral de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul. Esse acordo bilateral criaria um mercado livre de 750 milhões de pessoas, ou de consumidores, e um comércio anual estimado em cerca de US\$130 bilhões, ou seja, R\$315 bilhões.

Mesmo após a recente decisão da União Europeia de apresentar uma queixa contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) – comandada, agora, pelo brasileiro Roberto Azevêdo –, não se pode fechar as portas às opções comerciais que sejam vantajosas ao Brasil ou aos países do Mercosul. A União Europeia tem várias disputas comerciais com os Estados Unidos na OMC, mas isso não impede que as partes tratem de negociações para um acordo futuro de livre comércio entre Estados Unidos e União Europeia.

É sabido que o impasse vivido pelo Mercosul tem razões estruturais. São problemas que têm relação com a dinâmica econômica dos países-membros, que são muito semelhantes entre si, em vez de complementares na pauta de exportações, por exemplo. A situação da Venezuela, por isso, dificulta ainda mais os avanços econômicos e comerciais no âmbito do Mercosul.

A Venezuela está dividida politicamente e enfrenta, hoje, uma inflação superior a 50% ao ano, com produção estagnada. Em 2013, o país fechou o ano com 24.763 mortes violentas (79 mortos para cada 100 mil habitantes). Além disso, ainda no final do ano passado, o país teve de enfrentar também uma crise de abastecimento de produtos básicos e de uma série de medidas de proteção à economia, incluindo o controle de preços e o controle de lucros das empresas e comerciantes, assim como o maior controle do câmbio e também da imprensa, com barreiras, até à importação de papel.

É uma realidade inegável que a Venezuela é, de fato, um país dividido. Em abril passado, poucas semanas após a morte de Hugo Chávez, o atual Presidente chegou ao Governo com apenas 235 mil votos (1,59%) de vantagem apenas sobre o seu opositor da Mesa de Unidade Democrática (MUD), Henrique Capriles. Em dezembro, com as eleições municipais, Maduro conseguiu ganhar mais força, ao ver o Partido Socialista Unificado da Venezuela conquistar 49,24% dos votos contra 42,72% da oposição. A situação política, social e econômica da Venezuela, portanto, preocupa e deve manter a atenção de todos nós.

Por isso, será necessário ao Brasil exercer uma liderança na América do Sul e somar esforços para buscar novas oportunidades no mundo, principalmente em relação à oferta de alimentos no setor agropecuário. Só será possível neutralizar um clima de competição que atrapalha as parcerias comerciais saudáveis se o Brasil agir de modo conjunto, em benefício a todos, manter o foco em acordos comerciais construídos em bases democráticas e não aceitar imposições de parceiros, mesmo dentro do Mercosul, que venham a afetar os interesses legítimos e internos na geração de emprego e renda de nosso País.

Eu lembro, a propósito, Senador Paulo Paim, nós que estivemos juntos em demandas, os problemas no comércio Brasil-Argentina, que são o retrato perfeito e acabado dos dilemas que enfraquecem a união aduaneira chamada Mercosul.

A economia do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, sofre com as barreiras comerciais impostas pela Argentina na importação dos nossos calçados. Setecentos e cinquenta mil pares de calçados ainda não chegaram lá. Olha que fizemos um esforço no MDIC, no Ministério das Relações Exteriores, na Casa Civil da Presidência da República, e nada aconteceu.

Além dos calçados, nosso Estado é um grande produtor de móveis e máquinas agrícolas. A região de Bento Gonçalves, a região de Caxias do Sul, a região de Flores da Cunha e todo o Estado, praticamente, têm uma grande produção de móveis e também foram proibidos de entrar na Argentina.

De máquinas agrícolas nem se fala. O Rio Grande do Sul produz 60% das máquinas agrícolas, grande parte exportada para a Argentina, que levantou uma barreira e não podemos mais vender. A Argentina diz o seguinte: "Quer vender máquina para a Argentina, venha botar fábrica aqui".

O que vai acontecer com Horizontina? O que vai acontecer com Montenegro? O que vai acontecer com Canoas? O que vai acontecer com Caxias do Sul, Senador Paulo Paim? Essa é a grande questão. E aí há a questão da solidariedade regional.

Mais do que isso, o senhor há pouco falou e eu voltei a falar dos vinhos coloniais. No caso dos vinhos, o nosso Estado é a maior vítima. Há contrabando em volumes vultosos de milhões de garrafas que entram por contrabando, que lesa não só o produtor de vinho do nosso Estado, mas o de outros Estados brasileiros que hoje também estão produzindo vinhos de grande qualidade, como Santa Catarina, como Pernambuco, lá no Nordeste, e é também uma situação que lesa a questão do Fisco e da arrecadação de impostos. Mais do que isso, a importação de vinhos também concorre conosco, porque o custo de produção na Argentina, no Chile ou no Uruguai, os nossos vizinhos do Mercosul, em relação ao Brasil, em relação a impostos e também à logística, é muito menor.

Veja só, é muito complicado. Hoje, uma máquina agrícola produzida no Rio Grande do Sul custa, para o agricultor que a comprará no Rio Grande do Sul, 40% a 50% mais caro do que paga um produtor argentino que compra essa mesma máquina. O mesmo vale para o arame que vai do Rio Grande do Sul para o Uruguai. Então, não é possível, porque essa assimetria está também comprometendo nosso Mercosul.

Assim, essas questões relacionadas à integração precisam ser vistas de forma mais solidária e adequada dentro do regime. Precisamos de uma atenção redobrada ao que está acontecendo na Venezuela, para que essa instabilidade política não venha a criar problemas em relação ao fortalecimento das instituições e da própria democracia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, como orador inscrito, ...

Agora seria Alvaro Dias. V. Ex^a trocou com ele?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Eu estou como Líder, Sr. Presidente. A Senadora Ana Amélia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como Líder. V. Ex^a falará como Líder.

Só me permita V. Ex^a, Senador Rollemburg. Pediram-me que eu deixasse claro aqui que a Festa da Uva tem como título “Na Alegria da Diversidade” e ocorrerá em Caxias do Sul, de 20 de março a 9 de fevereiro. Pediram-me que eu desse os nomes, que eu não citei na tribuna, e vou fazê-lo com todo carinho: o Prefeito é Alceu Barbosa Velho, do PDT do Senador Cristovam; o presidente da Festa é Edson Nespolo; a rainha é Giovana Crosa; as princesas são Gabrielli Debastiani e Karina Furlin.

Então, está dado o aviso, conforme me foi solicitado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, apenas uma questão de ordem, para apresentar requerimento de voto de pesar e apresentação de condolências à família do grande e importante arquiteto e urbanista Jorge Wilheim.

Jorge Wilheim, amigo de muitos e que foi um dos nomes mais expressivos que a gente teve no urbanismo no Brasil, faleceu na sexta-feira. Em meu nome e em nome do Senador Aloisio Nunes, eu gostaria de apresentar este meu requerimento. Falarei apenas duas ou três, um pouquinho de palavras sobre ele.

Eu lembro que Wilheim nasceu em Trieste, na Itália, em 1928. Mudou-se com a família para o Brasil em 1940. Formou-se pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e, ainda nos anos 50, foi incumbido de projetar uma nova cidade em Mato Grosso.

Ao longo da carreira, desenvolveu planos urbanísticos para diversas cidades, entre as quais São Paulo, Curitiba, Natal e Campinas, além do primeiro plano da macrometrópole paulista. Idealizou a figura do plano diretor de cidades, sendo também um dos mais importantes defensores no Brasil do conceito de “planejamento estratégico”. Essa ideia dele tomou conta do Brasil. Partiu dele tanto os planos diretores de cidade como o planejamento estratégico no Brasil.

A influência de Wilheim em diversas capitais brasileiras pode ser medida pelo exemplo de Curitiba, Senador. O arquiteto foi um dos idealizadores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, que é uma grande instituição daquele Estado. Depois venceu um concurso, em 1984, para elaborar o plano preliminar de urbanismo da cidade.

Entre seus inúmeros projetos estão marcos da capital paulistana, como a reurbanização do Vale do Anhangabaú e do Pátio do Colégio, e obras marcantes, como os prédios do Jockey Clube de São Paulo e do Serviço Social das Indústrias de Vila Leopoldina, a sede da Fapesp e o Centro de Diagnóstico do Hospital Albert Einstein.

Como homem público, teve um grande papel: foi Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1975-1979) e duas vezes Secretário de Planejamento da capital paulistana, nas gestões de Mário Covas e Marta Suplicy.

Ao longo de sua carreira, publicou diversos livros em três idiomas, entre os principais, destaco: *Cidade: o Substantivo e o Adjetivo*; *O Caminho de Istambul – Memórias de uma Conferência da ONU*; e, finalmente, *São Paulo, uma Interpretação*.

Wilheim morreu na manhã desta sexta-feira, aos 85 anos, no Hospital Israelita Albert Einstein. Deixa esposa, dois filhos e netos. Ele estava internado desde que sofreu um acidente de carro, ainda no ano passado.

Eu quero, finalmente, dizer uma frase do Wilheim, que me parece muito importante, tirada de uma das suas diversas entrevistas. Ele disse: “Sou otimista. Vivo fantasiando futuros bons. Sou das utopias. Não estou preparado para ir-me para sempre. Acho essa ameaça de finalização da vida muito injusta. É muito cedo. Viver é bom demais.”

Esse foi um dos muitos depoimentos que ele fez e que mostra a sua personalidade e a falta que nos vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cristovam, será dado o encaminhamento pedido por V. Ex^a e, naturalmente, será encaminhado também aos familiares.

Permita-me ainda, Senador Rollemburg, um minuto.

Quando eu pronuncio o nome do Presidente da Festa da Uva, eu acabo dizendo Nespolo, e é Néspolo. Estão aqui dizendo: é Néspolo, e diga que, na praça central, o chafariz vai estar jorrando, não água, vinho. Todo mundo que for lá vai ver o chafariz da praça jorrando vinho.

Senador Rollemburg, com a palavra, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, Sr. Presidente, quero falar do grave quadro de abandono da cultura no Distrito Federal, área estratégica sempre deixada à margem das prioridades do Governo e que precisa, definitivamente, retomar o seu lugar no desenvolvimento do Distrito Federal.

Hoje, artistas, produtores, agentes e espaços culturais da cidade lutam para não serem varridos da história da cidade. Animam-se pela força dos seus trabalhos, mantidos sob decisão heróica, e sofrem, sobretudo, com a falta de políticas públicas articuladas e abertas a um diálogo livre com criadores e grupos.

Temos uma Secretaria de Cultura sucateada e deficiente na democratização dos investimentos em ações estruturantes; uma Secretaria refém da cilada dos eventos gigantescos, muitas vezes superfaturados, megapromocionais, que se esgotam em poucos dias e só deixam como rastro o privilégio dos poucos que participaram da festa e as suspeitas de superfaturamento; uma Secretaria que clama pela qualificação do seu quadro de profissionais, composto por excelentes servidores que necessitam de uma estratégia nítida para cumprirem suas funções em sintonia com a sociedade, em diálogo aberto e eficientes serviços.

Os espaços culturais do Distrito Federal estão abandonados. Em plena véspera de um grande evento internacional, o Museu de Arte de Brasília, que se arrasta na herança maldita de governos anteriores, foi, definitivamente, abolido da vida da cidade. Nem as exposições itinerantes do seu valiosíssimo acervo, que deram circulação e possibilidade educativa, existem mais.

O espaço da 508 Sul, Senador Cristovam, chamado Renato Russo, que se tornou pontão de cultura para articular outros pontos de cultura da cidade e que levantou Brasília nos anos 70 e 90, agora está à míngua. O Polo de Cinema, às traças. O Teatro Cláudio Santoro, à deriva, cumprindo mais uma etapa de longas e intermináveis obras.

Já a Biblioteca Nacional, inaugurada há sete anos, ainda continua uma obra inacabada, até hoje sem um acervo disponível ao público. Funciona estritamente como espaço para sala de estudo.

Até mesmo o que funcionava bem, que eram as apresentações de músicos nos bares, restaurantes da cidade, agora está sob censura. Desde 2008, quando foi aprovada a Lei nº 4.092/2008, artistas da cidade vêm perdendo o seu sustento e locais de apresentação, que fecham depois de receber altíssimas multas. A chamada Lei do Silêncio foi aprovada com limites bastante restritivos e acabou por proibir a realização de atividades que são parte de uma importante tradição musical de Brasília.

Estive ontem com o movimento Quem desligou o som?, buscando construir um ambiente de diálogo para chegar a uma solução equilibrada, que permita que os músicos da cidade possam levar alegria à população, ao mesmo tempo, respeitando a população que mora próximo.

Dentro dessa UTI da cultura, o FAC, Fundo de Apoio à Cultura, é a conquista mais concreta dos artistas de Brasília. Mas até isso corre riscos. São constantes as tentativas do Governo para retirar recursos do FAC, para uso próprio e não para manter seu fim primordial, destinado inteiramente a financiar a cultura feita pela sociedade.

Recentemente, as normas do Fundo de Apoio à Cultura foram editadas e aprovadas sem uma discussão com sociedade, o que é muito grave, mas a ameaça maior está na Lei Complementar nº 872, de 2012, aprovada ao apagar das luzes, no final do ano passado, que dá poderes ao Executivo para remanejar e utilizar recursos do FAC em outras áreas do Governo.

Isso é um absurdo, um retrocesso. Além do contexto autoritário, trata-se de uma lei inconstitucional. Foi com muita dificuldade e com muita mobilização que o movimento cultural do DF conseguiu aprovar, em 2008, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do DF, que vinculou 0,3% da Receita Corrente Líquida do Distrito Federal para o Fundo de Apoio à Cultura. E agora querem acabar com essa conquista e abocanhar o pouco que o movimento cultural tem.

Nos últimos anos, o FAC tem passado por intervenções constantes, como a utilização de seus recursos para atividades da própria Secretaria de Cultura. O GDF até tentou usar recursos do Fundo para o financiamento das festas de Natal e Ano Novo de Brasília. Na ocasião, eu e o Senador Cristovam Buarque viemos a esta tribuna para denunciar o fato.

Mas chegar a este ponto de apropriação dos recursos do FAC é um absurdo, é inadmissível, é um retrocesso, é jogar por terra a maior conquista institucional da cultura no DF.

Brasília é uma cidade que nasceu para ser vanguarda e está cada vez mais na retaguarda. A cidade nasceu para ser um grande polo cultural e intelectual do País. Uma cidade que abrigou e acolheu grandes nomes do País como Cássia Eller, Zélia Duncan, Renato Russo e a Legião Urbana, Santiago Naud, Oswaldo Montenegro, Wladimir Carvalho, Renato Barbieri, Renato Vasconcelos, Paulo Bertrand, Françoise Fourton, Rubem Valentim, Athos Bulcão, Hugo Rodas, só para citar alguns exemplos.

Brasília soube, Senadora Vanessa, abrigar os diferentes Brasis, criar sua personalidade própria, sua produção autêntica, antenada a tempos modernos; soube projetar-se, no País e no mundo, com a sua arte e o seu pensamento. Essa força viva ainda está na cidade, ainda pulsa nas pessoas, na vida da capital.

É preciso que essa vida pulsante, esse espírito de Brasília volte a ter o seu espaço, o seu lugar. Essa febre mobilizadora precisa voltar em sua essência. Estamos em outro tempo, e a cidade terá outra linguagem, outra forma, outros atores, outras frentes de revitalização, mas, na base, estará sempre a decisão de não permitir que o sonho original seja citado apenas como vaga lembrança de uma utopia abortada.

O Distrito Federal só será, de fato, este polo cultural se souber valorizar seus artistas, se ofertar condições de acesso, equipamentos, estrutura, circuitos, formação e recursos para a cultura orientados por uma política pública inclusiva, democrática e permanente, concebida sob a ótica de Estado, e não pela instável conjuntura de governos. Uma política pública que ofereça iguais condições e oportunidades a todos os que buscarem o apoio do Estado.

É urgente corrigir a cruel distorção histórica da concentração dos espaços culturais e equipamentos – como teatro, cinema, salas de espetáculo – no Plano Piloto. Cada cidade do Distrito Federal deveria ter ao menos um espaço cultural equipado, seguro, de fácil acesso, com programação permanente, manutenção e pessoal, preços acessíveis e cursos com regularidade e continuidade, para fundamentar, na prática, a grande relação entre Cultura e Educação.

A cidade exige respeito ao seu patrimônio imaterial, presente na imensa diversidade de expressões da cultura popular, manifestada por estéticas regionais de todo País que aqui habitam.

A cidade exige respeito ao seu patrimônio tombado, que corre riscos de sofrer a humilhação internacional caso se confirme a possibilidade de Brasília perder o título de Patrimônio Mundial da Humanidade. As agressões do PPCUB (Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília) à identidade cultural da cidade desonram um mandato e um governo e demonstram a dimensão de uma absoluta falta de compromisso com a cidade.

Um tempo novo para a cultura é considerar a inovação tecnológica e a educação como fatores indissociáveis para o desenvolvimento da cidade. De um lado, a imensa rede de educação ainda não foi suficientemente explorada quanto ao seu potencial de produção e difusão de valores e práticas culturais. De outro, Governo e sociedade ainda não assumiram, de forma efetiva, seu compromisso com a formação cultural e, também, com a cultura na formação dos brasilienses – em seus hábitos, gostos, opiniões e visões de mundo.

A cultura pode se expandir expressivamente para além da arte, colocando o seu manancial simbólico e estético a favor do desenvolvimento educacional da população, assim como a educação pode se revelar muito mais profunda e eficaz, se for além do ensino, assimilando o prazer, a criatividade, a imaginação e a estética...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – ... no processo de aprendizagem. Realizar um mapeamento e uma cartografia das atividades culturais dos brasilienses ajudaria muito no planejar as ações de fortalecimento da economia criativa.

Já o avanço da tecnologia digital criou novas formas de produzir, distribuir e consumir cultura. Surgem novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados, nos quais a capacidade criativa ganha peso em relação ao aporte do capital. Nesse sentido, Brasília precisa de mecanismos diversificados de fomento e estratégias integradas para enfrentar os principais gargalos e aproveitar as oportunidades de se desenvolver e se projetar nos tempos de convergência digital.

É preciso fortalecer as cadeias produtivas da cultura e priorizá-las na agenda do desenvolvimento do DF. Brasília ainda não desenvolveu sua indústria cultural. Já fomos o terceiro maior produtor de filmes no Brasil e, hoje, somos o sétimo no ranking nacional. Temos cineastas altamente qualificados na cidade, conectados com outras regiões e países e que, muitas vezes, têm de ir embora da capital por não encontrar apoio nem estrutura para desenvolverem seu trabalho com condições de competitividade no mercado nacional e internacional.

O Distrito Federal precisa de uma política distrital de audiovisual arrojada, calcada não só na produção, exibição e distribuição, mas também na preservação e na formação com a produção permanente e sistemática a partir de suas próprias infraestruturas produtivas e pessoal técnico e artístico. Uma política que seja capaz de desenvolver o setor com estabilidade, afirmando-se como indústria criativa de expressão nacional e internacional.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Chegou a hora de Brasília oferecer estrutura e serviços e não apenas recursos para movimentar a economia do DF pela cultura, não só com o cinema, mas com a música, o teatro, as artes visuais, a literatura, a cultura digital, a dança, o patrimônio. A cultura é um dos mercados mais promissores da economia.

Segundo pesquisa da OIT, nos últimos anos, o crescimento médio dos setores criativos (6,13%) no Brasil foi superior ao aumento médio do PIB nacional (cerca de 4,3%).

Segundo o IBGE, o mercado cultural representa 5,7% das empresas do País, gera 8,5% dos empregos, além de ser o setor que melhor remunera, com média salarial 47% superior à média nacional. Os produtos culturais são, hoje, o principal item da pauta de exportações dos Estados Unidos. A cultura deve ser protagonista na refundação da cidade, na retomada dos princípios fundadores da capital, e deve ser tratada transversalmente nas políticas públicas. A cultura está na saúde, na educação, na justiça, na ciência e tecnologia, nas comunicações, na segurança, em todos os setores estratégicos da sociedade.

Tenho certeza de que teríamos avanços significativos na política de segurança, se estivesse contemplada a dimensão cultural. Tradicionalmente focada numa política criminal essencialmente repressiva, marcada pela disseminação de uma extraordinária demanda punitiva, a política de segurança deveria partir de uma visão mais ampla sobre violência, que considere a complexidade do problema como patologia social, dimensionando suas diversas causas e consequências, e que envolva o conjunto do Governo em ações transversais. Uma política com espaços institucionais permeáveis aos acúmulos produzidos pela experiência internacional e aberta às possibilidades de inovação,...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – ... seja na reestruturação do modelo de polícia constitucionalizado, seja na adoção coerente de políticas e técnicas preventivas que passam pela educação, pelo atendimento digno a crianças e adolescentes, pelos serviços de saúde, pelo acesso à cultura e até pela qualificação da ação da polícia.

Um cidadão que nasce privado de condições mínimas de sobrevivência e em contextos violentos deve passar por um verdadeiro processo de superação para não reproduzir o modelo em que está inserido.

Paulo Freire costumava dizer que “não existe ética sem estética”. E, quando esse cidadão cresce sem referências de afeto e respeito e sob influência da visão massificada da violência reproduzida pelos meios de comunicação, a situação só se agrava. Mas um jovem que cresce e se educa vendo esgoto a céu aberto e criado sob estímulos negativos também pode dar respostas de cidadania e transformação, se tiver acesso à cultura e a outras formas de estimulação criativa e solidária.

Brasília se tornou uma das cidades mais violentas do País, e boa parte desse enfrentamento está no combate à cultura da violência e na promoção de uma cultura de paz. Este é só um exemplo dos muitos que ressignificam a cultura como política pública e como eixo estratégico para o desenvolvimento da Capital.

A cultura do povo de Brasília deve ser protagonista na refundação da cidade. A Capital que pulsava em manifestações autônomas, como o concerto Cabeças e o Grande Circular, o Festival do Gramado, o Sesc Garamgem, os Porretas e as Ministéricas, dentre tantas outras, hoje continua viva.

Brasília precisa recolocar em evidência as suas cabeças que pensam, criam, fazem a cultura de uma cidade...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – ... que não quer só pagar para ver cultura, mas quer fazer e crescer pela cultura em seu sentido maior de civilidade e cidadania, para além dos mercados e da arte comercial.

Capital vem de cabeça – que comanda e gere organicamente um corpo. Mas decapitar também – e se aplica sempre que uma utopia é abortada, traída ou, literalmente, decapitada.

A cidade, que foi construída para ser a sede de poder, e não a sede insaciável dos poderosos, também foi concebida para ser um verdadeiro polo de irradiação cultural e intelectual.

O que Brasília simbolizou e que nos inspira ainda hoje é o compromisso com um Brasil livre da submissão econômica, plural em sua diversidade, republicano e democrático, em oportunidades iguais.

Que a Capital possa valer-se desse potencial, do real espírito de Brasília,...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – ... e reconstruir as suas bases, antes que seja tarde! Retomar essas forças não mais para uma construção física da maquete que precisava ser erguida, mas para uma radical reinvenção da cidade em todos os seus fundamentos fundadores.

Esse é o registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer na tarde de hoje, agradecendo a V. Ex^a pelo tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Rodrigo Rollemburg. Passamos a palavra, como orador inscrito, ao Senador Alvaro Dias.

Em seguida, é bom lembrar que é um Líder e, depois, um inscrito. O próximo Líder é o Senador José Agripino.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sras Senadoras, certamente muito dos democratas brasileiros gostariam de ouvir a voz do seu Governo sobre a gravíssima crise que se abate sobre a Venezuela. Mas o que ocorre, Sr. Presidente, é um silêncio comprometedor. Para nós, o silêncio, mais do que fala, grita e tem nome. Seu nome é cumplicidade.

Nós já estamos acostumados a ver o Governo brasileiro alimentando a prepotência internacionalmente, passando a mão na cabeça de ditadores mundo afora e alimentando perversas ditaduras em vários países do mundo. No caso da Venezuela, a cumplicidade não é nova. Vem desde Hugo Chávez e, sobretudo, ela se exteriorizou e se tornou visível e consagrada durante a campanha que levou Maduro à presidência daquele país, porque, naquela campanha, o Brasil e o Governo brasileiro, os líderes que governam o nosso País empenharam-se na eleição de Maduro, com a presença do ministro da propaganda – mais do que marqueteiro, ministro da propaganda – João Santana, principal responsável pelo *marketing* da campanha de Maduro, e o próprio ex-Presidente Lula gravou seu apoio para o rádio e a TV naquele país.

Enquanto o Brasil assiste ao silêncio dos governantes, os protestos contra o governo do Presidente Maduro se amplificam, e o futuro do nosso vizinho ganha contornos cada vez mais preocupantes.

Os problemas econômicos – inflação a mais de 50%, crise de desabastecimento jamais vista naquele país, censura à imprensa deliberada, ameaças a veículos de comunicação, incompetência administrativa e violência jamais ocorrida naquele país –, tudo isso conduz a Venezuela para um grave abismo social. O que foi denominado de apagão informativo impede que as notícias sobre os protestos circulem nas mídias tradicionais.

Senador Agripino, V. Ex^a vai falar sobre energia daqui a pouco e certamente focalizará o apagão ou os apagões que ocorrem no Brasil.

Há uma outra modalidade de apagão na Venezuela: trata-se do apagão informativo, impedindo que as notícias sobre os protestos circulem nas mídias tradicionais.

A televisão e os jornais praticamente ignoram os acontecimentos mais violentos no país. Redes de TV correm os riscos de terem as suas transmissões interrompidas caso o governo julgue que algum conteúdo divulgado possa servir como “incentivo à violência” – entre aspas. As redes sociais, pelas suas capilaridades, são capazes de driblar o cerceamento imposto pelo governo.

Não vi em veículo algum de comunicação de massa imagens da presença de soldados cubanos, de enviados de Castro à Venezuela para o enfrentamento nas ruas daquele país. Mas há pouco vi nas redes sociais vídeo mostrando a chegada de militantes cubanos no aeroporto de Caracas para atuarem nesse enfrentamento nas ruas do país, sob gritos de *fuerza!* dos venezuelanos que lutam pela democracia na Venezuela.

Não vi. Não sei se isso ainda aparecerá na grande mídia do Brasil ou na mídia internacional, mas as redes sociais, Senador Agripino, mostraram, às 5 horas, um vídeo com a presença de enviados de Cuba para reforço das hostes governistas da Venezuela, nas ruas do país.

Eu vou conceder um aparte a V. Ex^a, mas adianto, Senador Agripino, que essas manifestações, marcadas por enfrentamento entre chavistas e opositores deixaram um saldo já de três mortos e mais de cem feridos, centenas de pessoas foram detidas e muitas permanecem detidas. Tanto Caracas como outras cidades são cenários de protestos de estudantes e de opositores do governo para denunciar a insegurança, a inflação, a escassez de produtos em escala nacional.

Eu concedo a V. Ex^a, com satisfação, o aparte, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Minoria/DEM – RN) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a coloca, neste começo de semana, com muita propriedade, a lamentável situação em que se encontra a Venezuela, um país por quem todos nós temos grande estima e que está passando por momentos de aflição. Eu estou absolutamente tranquilo com o que eu estou falando, como V. Ex^a também, porque quantas vezes, desta tribuna, advertimos sobre o perigo que a Venezuela estava correndo, primeiro, com o governo do ex-Presidente Chávez, depois com a eleição do Presidente Maduro, porque era um desastre anunciado. Aquilo não podia dar certo. A Venezuela é hoje a campeã, na América Latina, de desabastecimento, de violência, de inflação, de desgoverno, enfim. Agora, isso termina por ser ruim não só para os venezuelanos, mas para nós também, porque nós fazemos parte do Mercosul, Mercosul, que admitiu, contra o nosso voto, a Venezuela. A Venezuela, nesse momento, exerce a Presidência do Mercosul. Eles estão sem condições políticas de garantia de sediar uma reunião do Mercosul, que tem sido adiada por motivos ou por pretextos diversos, por várias vezes: uma hora, é a doença da Presidente Kirchner; uma outra hora, é a Presidente Dilma, que não pode por essa ou aquela razão; e vai-se adiando por questões de segurança interna, porque uma reunião do Mercosul em Caracas pode ser palco de uma comoção. A verdade é essa. E isso nos atinge do ponto de vista econômico, porque a Venezuela, que está com a economia

lamentavelmente em farrapos, é irmã gêmea da Argentina, que está com grandes dificuldades e que até hoje não vai conseguir chegar – creio eu – a bom senso, para entregar a lista dos produtos para o acordo, que se avizinha, do Mercosul com a União Europeia, que é vital para a economia brasileira, para o Brasil, que é o país-líder do Mercosul. Então, isso que V. Ex^a coloca nos atinge diretamente, porque estamos, dentro do Mercosul, cercados de bolivarianismo por todos os lados, infelizmente um bolivarianismo atrasado, que só nos cria dificuldades. A economia brasileira já não vai tão bem, já tem dificuldades, e os parceiros que nós conseguimos... Em vez de estimularmos relações com a Colômbia, com o Chile, com o Peru, aprofundamos relações com os bolivarianos: com o Equador, a Venezuela, a Bolívia. E isso tudo é ruim – ruim para um bloco, como um todo, que é, queiram ou não, liderado pelo Brasil. Quero aqui manifestar minha concordância com os termos que V. Ex^a coloca e minha preocupação com a Venezuela, mas principalmente com o Mercosul e com o seu futuro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Obrigado, Senador José Agripino.

V. Ex^a lembra muito bem esse episódio que vivemos aqui, há algum tempo, com o confrontamento, inclusive, do seu partido e do nosso, o DEM e o PSDB, contra o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Lembro-me de um parecer muito bem elaborado pelo ex-Senador Tasso Jereissati junto à Comissão de Relações Exteriores, que foi apoiado por todos nós, os dois partidos de oposição nesta Casa.

O que vimos depois foi que o Governo brasileiro, de forma inusitada, expulsou, contribuiu para a expulsão do Paraguai do Mercosul e para a inclusão da Venezuela, passando sobre acordos celebrados, legislação vigente, cometendo arbitrariedade, para que a liderança de Hugo Chávez tivesse um palanque maior para toda a América.

E hoje V. Ex^a enfatiza: o Mercosul não pode se reunir, porque ele tem que se reunir, pelo cronograma, em Caracas, na Venezuela.

Imagine, Senador Agripino, nesse ambiente, nesse cenário de violência e de morte nas ruas da Venezuela, uma reunião do Mercosul, presidida pelo Sr. Nicolás Maduro!

O Brasil não merece, não merece esse comportamento, essa postura do seu Governo diante de prepotentes que procuram, sim, impor e esmagam os seus povos de forma arbitrária, inconsequente e desastrada. O que se vê é que faltam, hoje, até alimentos na mesa do povo venezuelano em razão da incompetência, da insanidade política, da insensatez e, sobretudo, desse apetite pelo autoritarismo que permeia as ações dos líderes chavistas da Venezuela.

A política externa brasileira sempre apoiou o chavismo em todas as suas vertentes. Na era Maduro, assistimos ao Governo brasileiro solidário desde o período eleitoral. Como já disse, no início deste pronunciamento, o marqueteiro João Santana, atual ministro de propaganda de Dilma Rousseff, foi o mentor da campanha presidencial, e o ex-Presidente Lula gravou um vídeo em apoio à candidatura Maduro. Esse vídeo circula, hoje, pelas redes sociais como forma de convocar o Governo brasileiro a se pronunciar nesta hora, quem sabe até reconhecendo o seu erro, solidarizando-se com aqueles que querem democracia sem aspas para o país irmão Venezuela.

Diante do quadro de instabilidade crescente e do comprometimento ostensivo dos direitos e garantias individuais, o Governo brasileiro adota o silêncio como postura de Estado, uma omissão inaceitável – mais que omissão, como disse no início, cumplicidade, diferentemente da postura, por exemplo, da ONU.

A Organização das Nações Unidas pediu justiça para os mortos. A União Europeia advogou pelo diálogo pacífico e pelo respeito à liberdade de imprensa e ao direito ao protesto. O Secretário da Organização dos Estados Americanos clamou para que se evitassem mais confrontos. A Anistia Internacional pediu que a Venezuela investigue urgentemente a morte de três pessoas durante os protestos em 12 de fevereiro.

O Governo da Presidente Dilma ignora solenemente os acontecimentos em curso na Venezuela. Não importa para o Governo brasileiro que há uma afronta à liberdade de imprensa, que há uma afronta à liberdade de expressão naquele país. O editorial do Jornal *Folha de S.Paulo* merece ser transscrito nos Anais da Casa, porque retrata, com imparcialidade, o tema do abismo da Venezuela.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço a V. Ex^a que autorize a publicação, nos Anais desta sessão, deste Editorial "Venezuela no Abismo", da *Folha de S. Paulo*.

Portanto, Sr. Presidente, nós vimos à tribuna para protestar, não para apelar ao Governo brasileiro, porque o nosso apelo seriam palavras soltas ao vento, que desapareceriam antes que ingressassem pelas portas do Palácio do Planalto.

Na verdade, este Governo é insensível não só diante da palavra da oposição; ele é insensível diante do drama que vivem as pessoas que sofrem na própria carne o impacto da violência, como, por exemplo, aque-

les que sofrem, no Brasil, a ação de vândalos mascarados que invadem manifestações pacíficas nas ruas das grandes cidades e como sofrem agora os venezuelanos, diante da implacável postura autoritária de um líder boquirotto que substitui Hugo Chávez na Presidência da Venezuela.

Mas quero – restam seis minutos, Sr. Presidente – fazer referência também a este novo escândalo brasileiro. Aliás, eu não me canso de repetir desta tribuna, inúmeras vezes, que, neste País, o escândalo de hoje faz esquecer o de ontem e espera o de amanhã para ser esquecido.

Mas são tão reiterados esses escândalos, contumazes, rotina, regra e não exceção nos governos do PT, que nós nos acostumamos a comparecer a esta tribuna quase que diariamente para denunciar a existência deles, especialmente em relação a esta grande empresa, orgulho do Brasil, que motivou campanhas memoráveis: a Petrobras, que, mais uma vez, está no epicentro dos negócios escusos.

O escândalo, agora, envolve recebimento de propina de empresa holandesa. A Petrobras promove o escândalo internacionalmente. Não basta o escândalo nas nossas fronteiras, no nosso espaço geográfico. O escândalo da Petrobras extrapola as fronteiras do Brasil e, nesse caso, chega à Holanda. Já esteve em outras paragens mundo afora e, agora, chega à Holanda. O escândalo vem à tona por intermédio de matéria assinada por Fernanda Allegretti, de Amsterdã, para a revista *Veja*.

Segundo a reportagem, publicada no fim de semana, “a auditoria da SBM Offshore aponta pagamento de 30 milhões de dólares de suborno para fechar contratos de aluguel de plataformas do pré-sal”.

O Senador Aloysio já esteve nesta tribuna e já descreveu lances desse escândalo e as providências que a oposição está adotando para que esse escândalo seja investigado e punido com a responsabilização dos seus envolvidos.

Mais uma vez, a Petrobras está no epicentro de negócios escusos, justamente a Petrobras, que foi também aparelhada pelo Governo. É um aparelho sindical e um aparelho partidário. Aliás, a Petrobras serve a vários partidos, porque houve um loteamento a setores que pertencem a determinado partido e a outros setores de outros partidos, porque a Petrobras é uma empresa gigantesca, portentosa, que mobiliza bilhões de reais e, portanto, serve ao apetite desonesto de muitos. Foi, sim, antro de corrupção nos últimos anos.

Nós protocolamos – Senador Agripino esteve ao nosso lado em mais de uma oportunidade – 18 representações pelos nossos partidos políticos, denunciando irregularidades na Petrobras, e, ao final, protocolei a 19ª, que dizia respeito à negociação de Pasadena, no Texas.

Enfim, a Petrobras exigiu a instalação de uma CPI. Essa CPI foi comandada, essa CPI foi manipulada, ela foi amordaçada, ela foi impedida de investigar. Ela foi instalada tendo em vista...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – ... fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo apontadas pela Operação Águas Profundas, da Polícia Federal.

Graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas apontadas pelo Tribunal de Contas da União; indício de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontado por relatórios do Tribunal de Contas da União. Muito mais do que indícios, o superfaturamento é realidade, é fato. Talvez, o maior superfaturamento de obra no Brasil esteja, exatamente, na usina Abreu e Lima, lá em Pernambuco. Desvio de dinheiro, dos *royalties* do petróleo apontados pela Operação Royalties, da Polícia Federal; fraudes envolvendo pagamentos, acordos, indenizações feitos pela Agência Nacional de Petróleo a usineiros, segundo o Ministério Público; uso de artifícios contábeis, que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de R\$4,3 bilhões e denúncias de irregularidade no uso de verbas de patrocínio da estatal.

Enfim, à época, ressaltamos desta tribuna que era inaceitável, sob qualquer ângulo republicano, assistir de forma indiferente à maior empresa estatal brasileira frequentando com assiduidade as páginas policiais da nossa imprensa.

Pois bem, os anos se passaram, providências não aconteceram e a Petrobras continua frequentando as páginas policiais da nossa imprensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Editorial: “Venezuela no abismo”, *Folha de S.Paulo*.

Venezuela no abismo – Editorial da *Folha de S. Paulo* – 17-2-2014

O saldo de três mortos a tiros e dezenas de feridos durante protestos estudantis na semana passada são mais uma evidência de que o governo Nicolás Maduro apostou na repressão para debelar a crescente insatisfação na Venezuela, imersa no desabastecimento crônico, na inflação galopante e na insegurança generalizada.

A passeata reuniu milhares de universitários no centro de Caracas e em outras cidades do país, no maior ato oposicionista desde a eleição de Maduro, há dez meses.

Estudantes pretendiam ser recebidos pela procuradora-geral, Luisa Ortega Díaz. Reivindicavam a liberação de três colegas que, durante protestos anteriores, haviam sido presos, levados a um quartel e depois transferidos a um presídio a 500 km de distância.

Irritados com a chefe do Ministério Público, que se recusava a recebê-los, manifestantes atacaram policiais e o prédio da instituição.

A reação à condenável violência estudantil foi desproporcional. Imagens mostram que agentes do Sebin (Serviço Bolivariano de Inteligência) utilizaram armas de fogo e que os estudantes foram atacados também por "coletivos", organizações civis que apoiam a defesa armada da "revolução bolivariana".

Fora das ruas, a atuação de Nicolás Maduro foi lamentável. O presidente justificou a truculência como resposta a um fantasioso "golpe de Estado planejado".

O embate serviu ainda para tirar do ar o canal a cabo NTN24, que transmitia os confrontos ao vivo. Com isso, aumentou ainda mais o controle estatal sobre os meios de comunicação críticos ao governo, hoje praticamente reduzidos a um punhado de jornais impressos – entre os quais se destacam *El Universal* e *El Nacional*.

Eleito na esteira da morte de Hugo Chávez e tendo superado seu adversário por apenas 1,6 ponto percentual, Maduro se mostra incapaz de enfrentar a situação econômica extremamente delicada. A inflação do ano passado chegou a 56%, estimulada pelo desabastecimento de produtos básicos.

Sem coragem para enfrentar os gargalos da Venezuela, Maduro aprofunda os erros de Chávez, com uma política econômica suicida e uma dependência cada vez maior das Forças Armadas.

Protestos oposicionistas, intolerância política e dificuldades econômicas empurram a Venezuela para o fundo de um abismo que ela própria criou – e do qual não sabe como escapar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Alvaro Dias.

Passamos a palavra, agora, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco Minoria/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz à tribuna, nesta segunda-feira, é uma preocupação que temos que deixar sublinhada, transformada em manchete, até para prevenir o futuro. Quero me referir – depois de tantos pronunciamentos que fiz desta tribuna sobre marcos regulatórios, que reputei equivocados, no campo da energia elétrica e no campo do petróleo – ao que está ocorrendo hoje e que, com precisão cirúrgica, registra a manchete de primeira página do jornal *O Globo*: "Calor forte pode reduzir avanço do PIB à metade". Calor forte pode reduzir avanço do PIB à metade! Imagine V. Ex^a, calor vai reduzir o PIB do Brasil, uma nação poderosa, 8^a, 7^a, 6^a, 5^a, 10^a, 11^a economia do mundo – o calor vai reduzir à metade! O calor vai reduzir à metade!

E diz: "Especialistas preveem que País crescerá apenas 1% este ano", depois de dizer que o calor forte pode reduzir avanço do PIB à metade – especialistas preveem que País crescerá apenas 1% este ano! O que me causa espécie é que a manchete, que é escrita por um dos principais jornais do País, obriga-nos a fazer uma reflexão muito profunda: um país com a dimensão do Brasil, com a economia robusta como a do Brasil, tendo o seu PIB reduzido à metade pelo calor! Remete-nos, evidentemente, a uma reflexão profunda, porque a manchete diz: "Custo da energia elétrica sobe com elevadas temperaturas, e falta de chuva pressiona a inflação e surpreende governos e empresários."

Queria fazer uma primeira apreciação: apagões – já se vão dois apagões, só neste ano de 2014 – estão colocando a digital, na veracidade dessa manchete simplória, que nos remete à reflexão que procuro fazer. Nós tivemos, neste ano, dois apagões: um apagão que atingiu 12 Estados do Sudeste, Centro-Oeste e Brasília, aqui em Brasília; e, agora, um recente, depois de as autoridades da República terem jurado, de pé junto, que aquilo não iria repetir-se, que providências estariam sendo tomadas. Acabou de haver um segundo apagão em proporções menores, mas apagão também, atingindo os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Acabou de acontecer.

Mas eu gostaria de fazer uma reflexão sobre a manchete do jornal "Custo da energia elétrica sobe com elevadas temperaturas e falta de chuva", porque eu acho que a coisa não é tão simples como a frase que eu acabei de ler, já que ela remete a questões de macrogestão deste Governo.

Sabemos que a Ministra das Minas e Energia do Presidente Lula foi a atual Presidente Dilma, que é tida como uma boa gestora, expert em assuntos da energia elétrica. Eu mesmo tive a oportunidade de discutir com

S. Ex^a – eu Líder do meu Partido e ela Ministra – sobre o Marco Regulatório da Energia Elétrica, alguns anos atrás, quando eu pessoalmente debati com relação a um equívoco que eu entendia que iria ser praticado, mas que, ao final, pela maioria governista foi aprovado, e que, na minha opinião, está na raiz do problema que estamos vivendo com os apagões e com a ameaça da redução pelo calor, da redução do PIB à metade. Por quê? Porque o marco regulatório que foi aprovado e que tem a tutela do Governo do PT é um marco regulatório que privilegia a tarifa para a energia velha e desestimula, porque é uma tarifa mais baixa, para a energia nova.

O que significa isso que foi discutido exaustivamente à época em que se discutia o marco regulatório? As estatais – Chesf, Itaipu, Furnas, Três Marias, etc. – seriam protegidas pelo fato de serem estatais por uma tarifa favorecida, mais alta, para se capitalizarem, e seria dada a oportunidade às empresas que deveriam sustentar o modelo hidrelétrico energético brasileiro para o futuro, uma tarifa menor, o que provocou uma reação – que eu sabia que iria acontecer – de prevenção de investimentos, porque, à medida que a tarifa de energia velha é mais alta do que a tarifa de energia nova, investidores novos, que são os mesmos, vão se sentir desencorajados, não vai haver estímulo nenhum a investimentos novos. Não deu outra.

Senador Jarbas Vasconcelos, existe uma comissão chamada... É um plano elaborado por uma empresa chamada EPE, que é o Plano Decenal de Energia, que prevê geração de energia elétrica dez anos à frente. Por ser plano decenal tem que prever dez anos à frente.

Esse Plano Decenal retirou 17 hidrelétricas inscritas no PAC e que deixaram de ser consideradas porque, evidentemente, desistiram de fazer investimentos. Para uma empresa se inscrever no PAC, merecer sua inclusão no PAC, precisa passar por um filtro e esse filtro existiu. Foram 17 empresas, pelo Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica, divulgado agora, há pouco divulgado pelo Ministério das Minas e Energia, desapareceram do mapa das projeções de geração de energia elétrica até 2022, por conta de quê? Do Marco Regulatório. Naquela época, já anunciamos que esse Marco Regulatório desestimularia investimento no setor privado, capital novo, que venha a investir para a geração de energia elétrica, hidrelétrica, limpa, que é o modelo brasileiro tradicional.

Eu me referia ao custo de energia elétrica que vai subir com as elevadas temperaturas e falta de chuvas e me referia ao corte de 17 investimentos em hidrelétricas anunciados pelo Governo que deixaram de existir por falta de estímulos.

O segundo momento se refere à questão da gestão. Na medida em que você tem, por uma questão de Marco Regulatório, denunciado por nós da oposição como Marco defeituoso, por diversas vezes, e que produz a evidência que acabo de dizer: a desistência de 17 hidrelétricas que, por falta de investimento, saíram do programa do PAC. Temos uma segunda evidência que, para nós nordestinos é ainda mais clara. Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará são hoje palco dos cata-ventos de energia eólica, que é a grande alternativa para a substituição da energia atômica pela Alemanha.

A Alemanha tem um plano de, até 2050, substituir 80% de sua energia atômica por energia alternativa e está se dedicando especificamente à energia eólica como, da mesma forma, nós do Brasil temos todas as condições. Estamos fazendo grandes investimentos que, pasmem, estão maduros e estão concluídos em meu Estado, Rio Grande do Norte, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará. Existem vários parques eólicos que já estão gerando 1.300MW de energia elétrica, o equivalente a uma Três Marias. E um detalhe: não está injetando energia elétrica nenhuma no sistema por conta do segundo defeito que, no caso, refere-se, mais uma vez, ao marco regulatório, por uma razão só: as empresas da energia velha, que se supunha fossem se capitalizar, por razões que não consigo avaliar, não se capitalizaram e não estão conseguindo fazer aquilo que é sua obrigação.

O linhão que está a cargo da Chesf – a nossa Chesf –, o linhão para onde vai se direcionar a energia elétrica produzida pelos cata-ventos do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Bahia, o linhão que vai receber esses 1.300 megawatts, por deficiências de gestão da Chesf, uma estatal que cobra tarifa de energia velha, beneficiária, esse linhão não está pronto, e todo dia você coloca energia no ar, desperdiçando dinheiro do contribuinte e obrigando o governo a fazer aquilo para o que não tem alternativa, gerar energia por termoelétrica.

E, aí, é onde entra o segundo maior problema. Assistimos aos apagões; assistimos à falta de gestão dos linhões não serem feitos e os investimentos da energia limpa não terem consequências práticas. A segunda consequência é a obrigação de se fazer geração de energia elétrica, para evitar a sucessão de apagões, por termoelétricas, que têm energia cara; energia que consome o que o Brasil está importando; energia a partir de gás que o Brasil importa da Bolívia; energia a partir de óleo diesel que o Brasil está importando, porque não tem refinarias com capacidade suficiente para produzir gasolina e óleo diesel e está sendo obrigado a importar gasolina, óleo diesel; e o gás, que o Brasil já não produzia e que tem, cada vez mais, importado, principalmente de países como a Bolívia.

Só tem um detalhe: aí entra a segunda parte da advertência.

"Especialistas prevêem que País crescerá apenas 1% este ano. Custo da energia elétrica sobe com elevadas temperaturas e falta de chuva e pressiona a inflação".

Como pressiona a inflação? Exatamente aqui. É exatamente na obrigação que o Brasil está tendo de botar para funcionar as termoelétricas que foram construídas à época de Fernando Henrique Cardoso, como elementos de ponta para garantir suprimentos apenas em momentos de pique, e que estão, agora, por defeitos do marco regulatório, sendo obrigadas a funcionar quase que permanentemente, para gerar a energia elétrica que o marco regulatório não possibilitou que as hidrelétricas produzissem.

O marco regulatório, repito, desestimulou investimentos do setor privado; a má gestão da energia velha não possibilitou que os linhões aproveitassem a energia elétrica dos parques eólicos; remeteu-se à termoelétricidade, que está produzindo energia elétrica a partir de bens importados – gás, gasolina, óleo diesel e carvão mineral.

O que significa isso? Energia cara, que o governo – e vai aqui o meu aplauso –, no sentido de proteger a população, subsidia. Anunciou em cadeia de rádio e televisão Sua Excelência a Presidente, no ano passado, uma redução de 20% da tarifa de energia elétrica. Eu, como brasileiro, adorei. Só que quem está pagando isso é o contribuinte brasileiro como um todo. Foram R\$10 bilhões de recursos, no ano passado, de subsídios, porque, com a geração de energia elétrica cada vez maior por termoelétrica, o subsídio do Governo brasileiro... Porque a energia gerada é cara e a tarifa cobrada é baixa, alguém tem que pagar. E quem está pagando é o Tesouro Nacional. No ano passado, foram R\$10 bilhões; neste ano serão R\$18 bilhões!

E vai a pergunta sobre a pressão da inflação. Serão R\$18 bilhões que o Brasil, do seu Tesouro, vai tirar. Você tem dois caminhos: ou o Brasil usa os R\$18 bilhões e deixa de investir esses R\$18 bilhões em infraestrutura, onde prevê investir mais ou menos R\$70 bilhões e vai deixar de investir R\$70 bilhões, porque R\$18 bilhões terá de pagar para subsidiar a tarifa de energia elétrica, investindo, assim, menos em estrada, em portos, em aeroportos, enfim, no custo Brasil; ou vai investir e diminuir a capacidade de prover infraestrutura, ou vai transferir este custo a maior das termoelétricas, que queimam óleo diesel importado, carvão importado e gás importado, para o usuário. Usuário que, no ano passado, teve um abaixamento de 20% absolutamente ilusório – absolutamente ilusório!

E, neste ano, com o agravamento, como diz o jornal *O Globo*, vai haver pressão sobre a inflação. Pressão sobre a inflação por quê? Porque o governo só tem as seguintes alternativas: ou gasta os R\$18 bilhões e diminui o superávit primário, ficando com menos dinheiro para pagar os juros da dívida; ou, por outra, transfere para o consumidor, ao invés de baixar a tarifa em 20%, voltando a subir a tarifa por conta de um modelo equivocado de gestão do setor elétrico. Quem for vivo verá!

O ano de 2015 vai ser um ano terrível para quem for Presidente da República. Porque eu não tenho dúvida: o governo não vai aumentar a tarifa de energia elétrica, vai acumular este buraco, vai deixar de investir, vai investir menos em infraestrutura, o custo Brasil vai aumentar cada vez mais, mas, politicamente, vai segurar o custo da tarifa porque este é um ano de eleição. Assim, guarda uma caixa preta para o futuro Presidente da República, seja quem for, que vai encontrar esse e outros buracos negros, decorrentes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de modelos de gestão defeituosos e de modelos ideologicamente defeituosos e que estão gerando grandes dificuldades, progressivas dificuldades para o dia a dia dos brasileiros.

Dessa forma, Sr. Presidente, tendo em conta os apagões, o funcionamento das termoelétricas compulsório, a balança comercial cada vez mais deficitária, o superávit primário cada vez menor para o pagamento dos juros da dívida interna, que já atinge e ultrapassa os R\$2 trilhões, é minha obrigação vir a esta tribuna para deixar registrado nos *Anais* da Casa o nosso posicionamento, o nosso pensamento, trazendo-o à reflexão do povo brasileiro, sobre o governo que nos governa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador José Agripino, que falou como Líder do DEM.

Agora falará, como oradora inscrita – e S. Exª ficou aguardando aqui desde as 14 horas, porque cedeu o espaço a outros Senadores –, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada Senador Paim.

Quero dizer o quanto foi e tem sido gratificante estar aqui, desde o início, ouvindo com muita atenção o pronunciamento de todos os Senadores e Senadoras que aqui passaram. Inclusive, o pronunciamento do Senador Agripino, que levanta uma preocupação que eu considero justa em relação ao setor elétrico brasileiro. Contudo, nada o que o governo não encontre uma saída nem possa superar todos os problemas e todas as dificuldades postas.

O que eu não posso deixar de comentar, Sr. Presidente, são aquelas análises, sobretudo de economistas, tentando vender a situação econômica, política e social do Brasil como uma verdadeira catástrofe. Eu tenho me dedicado muito a esse assunto e, assim, ocupado muito a tribuna para discutir essa questão, mesmo por-

que nós estamos praticamente às vésperas das eleições e há uma tentativa, sem dúvida nenhuma, uma grande articulação de parte do grande capital financeiro e das forças políticas oposicionistas no sentido de tentar vender o governo brasileiro como um governo sem controle, um governo problemático.

E é óbvio, isso sem falar na situação econômica de outros países, porque, se fizermos uma comparação do desempenho econômico do Brasil em relação a outras nações, principalmente no ambiente de crise econômica sistêmica do capitalismo, veremos que o Brasil tem tido condições melhores, tem tido muito mais eficiência de superar e ultrapassar a crise.

Não é à toa que o Brasil foi alvo, não diria de denúncia, porque essa não é a palavra certa, mas de uma provocação por parte da União Europeia junto à Organização Mundial do Comércio. Ali, a União Europeia questiona não só os incentivos da Zona Franca, mas questiona os incentivos dados à indústria automobilística, ao setor de TV digital, de eletroeletrônicos e a vários segmentos. E isso foi feito, efetivamente, para ampliar o mercado interno e enfrentar, da melhor forma, a crise econômica, que, aliás, por nós não foi provocada, mas, sim, pelo centro do capitalismo; crise esta que, no mundo inteiro, tem atingido, principalmente, as camadas mais sensíveis e desprotegidas da sociedade, os trabalhadores e as trabalhadoras.

No Brasil é diferente. Fala-se, fala-se, fala-se, escreve-se, escreve-se, escreve-se que o Brasil está em crise, que o Brasil está sem norte, sem rumo, mas, quando são divulgados os dados, vê-se que o nível de empregos cresce, que o número de carteiras de trabalho assinadas cresce e que a inflação cai. Então, que crise é essa?

Eu prefiro ficar não com esse Brasil do papel, mas com o Brasil real. E o Brasil real, Senador Wellington, eu tive a grata felicidade de ver, de assistir, de sentir, na última sexta-feira, quando a Presidenta Dilma esteve em Manaus, cumprindo uma extensa agenda. E, lá, ao longo dessa agenda, deu para perceber e ouvir não apenas o que ela dizia, o que outros diziam, mas ouvir o que o povo tinha a dizer a ela. Esse é o nosso Brasil; é o Brasil que, apesar de tudo, apesar de toda a crise, segue avançando, com um crescimento que não é de 2,5%, mas é de quase 2%. Qual o país que cresce isso? E qual o país que consegue crescer, garantindo direitos sociais sem subtrair nada, absolutamente nada?

Aliás, para esses economistas, para a oposição, não interessa a condição de vida do povo – essa tanto faz; o que interessa para eles é a condição do capital, isto é, saber o quanto a mais o capital está lucrando aqui, no nosso País.

Eu concedo um aparte a V. Ex^a, com muito prazer, Senador Wellington.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT-PI) – Senadora Vanessa, eu queria saudar V. Ex^a, o Senador Paulo Paim e o Senador Jarbas. Eu queria só lembrar, aproveitando a deixa da fala do nosso Senador Agripino e da fala que faz V. Ex^a, que, no ano passado, nesta mesma época, esta mesma lenga-lenga pessimista dos especialistas ocorria. Aliás, o meu pai, que hoje está internado por ter feito uma leve cirurgia, dizia: "Meu filho, se dependesse dos especialistas, o Brasil se acabava amanhã, o mundo se acabava amanhã". Ele até diz assim: "Eu agora só assisto a futebol, porque, se for assistir..." E olhem que o meu pai não é nenhum ideólogo; ele é um cidadão comum, hoje aposentado, com 76 anos. O que diziam em fevereiro/março do ano passado? Que a inflação estava sem controle – quem não se lembra do tomate? – e que tínhamos uma situação em que o País não iria crescer ou que cresceria negativamente. O Brasil controlou a inflação; o Brasil cresceu positivamente; o câmbio tem estado numa posição normal; e o mais importante, como lembra V. Ex^a, gerando emprego, gerando renda. Para o povo, Produto Interno Bruto e crescimento econômico é geração de emprego; são mais carteiras assinadas; é mais gente trabalhando e ganhando; é salário subindo; é salário mínimo tendo crescimento real; é melhorando a vida das pessoas em todos os aspectos, inclusive nos investimentos. Amanhã, nós vamos receber a nossa Presidenta no Piauí, onde ela vai anunciar um conjunto de ações importantes para o desenvolvimento daquele Estado. Quero aqui apenas citar algo em relação ao exemplo da dívida que foi dito aqui. Peguem os 20 países mais ricos do mundo – não estou falando dos mais pobres, não – e vejam quem tem a melhor situação em relação ao PIB e à dívida. É o Brasil! Os Estados Unidos, que cantam aí toda essa fantasia, é o mais país mais endividado do Planeta; é um país cujo Congresso, de vez em quando, assusta o mundo, porque não aguenta mais pagar tantos juros. Lá, são US\$80 bilhões por mês! Então, é isto que quero dizer aqui: sou do time dos otimistas, sou do time do Brasil que olha para trás e vê o quanto avançamos e que olha para frente e tem toda a tranquilidade para enfrentar os desafios, sou do time da nossa Senadora Vanessa Grazziotin, do Amazonas. Muito obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós é que fazemos parte do time da Presidenta Dilma. E, além de sermos otimistas, Senador, nós somos realistas. E é isto que falta à oposição: ser realista.

Agora, é óbvio, quem está aí pleiteando ocupar um cargo que já está muito bem ocupado, não havendo nada real, procura criar... De fato, essa tal dessa crise é algo que eles procuram construir. Não é que estejamos dizendo que vai tudo bem, mesmo porque não vai tudo bem, já que o mundo vive uma crise. Mas, comparati-

vamente, sob o ponto de vista principalmente da situação econômica e social do Brasil em relação à situação de outras nações do mundo, sobretudo daquelas que têm um ambiente muito parecido com o nosso e uma condição muito parecida com a nossa, o Brasil vai muito bem.

A Presidenta Dilma falava, durante sua viagem, de sua extensa agenda para os próximos dias. Aliás, na terça-feira, amanhã, ela não irá apenas ao Piauí; salvo engano, ela irá também ao Estado de Alagoas.

Em Manaus – aqui, quero falar um pouco do que foi a agenda dela –, eu a acompanhei, juntamente com o Senador Eduardo, com o Senador Alfredo Nascimento e com toda a Bancada dos Deputados Federais. A agenda começou na quinta-feira e, na sexta-feira, contou com a realização de atos e de eventos muito importantes. Não foram feitos somente anúncios, mas coisas concretas foram inauguradas.

Lá, acompanhada do Ministro das Cidades, Ministro Aguinaldo Ribeiro; do Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Ministro Thomas Traumann; do Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Hereda; de vários secretários, com o da Caixa e o do Ministério das Cidades; e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Dr. Robson Andrade, a Presidenta fez uma visita técnica à Arena da Amazônia, que ainda não foi inaugurada apenas porque precisa cumprir 3% do que está faltando. Dos 100%, 97% já foram efetivados, faltando apenas 3%. Ela fez questão de visitar a Arena e de ver de perto como Manaus está sendo preparada para a Copa do Mundo.

A Presidenta anunciou um montante de recursos importantes que serão liberados ainda neste ano e, efetivamente, entregou mais de cinco mil chaves de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. Juntamente com o Presidente Antonio Silva, da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, e com Robson Andrade, da Confederação Nacional das Indústrias, inaugurou o barco-escola Samaúma II, construído também com crédito disponibilizado pelo BNDES, um banco público.

Srs. Senadores, Senador Wellington, eu tive muito orgulho de estar ao lado da Presidenta e de saber que, dentro das nossas limitações, temos podido não só ajudar, mas também acompanhar este momento importante para a Nação e para o povo brasileiro. Eu tive muita alegria de, com ela, participar de todos os atos. Em todos os lugares aonde chegávamos, havia trabalhadores que erguiam faixas contra a privatização, manifestando-se contra a privatização da distribuição de energia elétrica na cidade de Manaus. As manifestações, quando pacíficas, passam a compor esse novo cenário para o povo brasileiro, para a nossa Nação, um cenário onde a democracia tem importância, onde o povo é ouvido e onde o Governo procura fazer aquilo que o povo quer, aquilo de que o povo necessita.

Quanto à visita à Arena, eu dizia que 97% do cronograma já foram cumpridos, e os 3% que estão faltando são referentes à conclusão e à finalização da instalação das grades de proteção nas arquibancadas e nas rampas de acesso ao pódio, apenas isso. Já foram iniciados os testes de iluminação e dos sistemas internos dos estádios assim como a limpeza geral da arena, o calçamento do pódio e o acabamento do gramado.

No domingo, depois da ida até lá da Presidenta na sexta-feira, quem visitou as obras da Arena da Amazônia foi o Secretário-Geral da Federação Internacional de Futebol (FIFA), Dr. Jérôme Valcke, acompanhado do Secretário-Executivo do Ministério dos Esportes, Dr. Luís Fernandes. Ambos – e o Ministro Aldo foi até lá uma semana antes de a Presidenta Dilma fazer essa visita e cumprir uma agenda em Manaus –, tanto o Secretário-Executivo da FIFA quanto o Secretário-Executivo do Ministério dos Esportes, elogiaram o desempenho da cidade de Manaus na preparação para a Copa do Mundo. Eles elogiaram Manaus como uma das 12 cidades-sedes da Copa do Mundo.

Falo isso porque, além da visita do Secretário-Executivo à Arena, foi feita uma visita a Ponta Negra, uma das áreas turísticas de Manaus mais frequentadas não só pelos turistas como também pelo povo daquela cidade. Em Ponta Negra, vai funcionar o que chamamos de Fan Fest, em que será feita a grande festa da Copa do Mundo, que é parte da programação que a FIFA faz em todos os países, em todas as cidades que sediam a Copa do Mundo.

O Secretário Jérôme afirmou não ter qualquer dúvida de que Manaus executará com sucesso os jogos da Copa do Mundo. Faço questão de repetir aqui, desta tribuna, o que ele declarou à imprensa na cidade de Manaus, abrindo aspas:

Manaus tem um estádio muito bonito, que vai acolher um dos principais jogos na primeira semana da Copa do Mundo. Eu [ele diz] sinto que a cidade está, sim, preparada para este grande jogo [para todos os quatro jogos e, sobretudo, para o grande jogo na primeira semana da Copa, que ocorrerá em Manaus] que é Itália contra Inglaterra.

Essa – talvez, as pessoas não entendam por que digo isto – tem sido a melhor resposta que Manaus pode dar às diversas críticas que recebeu por ter sido escolhida, numa atitude muito ousada, correta, madura e lúcida do então Presidente Lula, como uma das sedes da Copa do Mundo. Eu digo isso porque foram muitos

os questionamentos repercutidos, não só pela mídia nacional, mas, sobretudo, pela imprensa internacional, a partir, inclusive, de uma declaração – que considero infeliz – do próprio treinador, do técnico do time da Inglaterra, que criticou a cidade de Manaus. Ele criticou não a cidade ou as pessoas, mas criticou o nosso clima, a nossa localização, dizendo que é um clima muito úmido e muito quente, que os jogadores teriam dificuldade de adaptação e que a cidade também teria dificuldade em receber as pessoas.

Penso que a presença constante da Presidenta Dilma e do Ministro Aldo Rebelo e essa última feita pelo Secretário-Geral Jérôme Valcke mostram que Manaus será, sem dúvida, uma sede que só dará alegria para o Brasil e para o povo amazonense, porque, além de termos instalações adequadas para receber jogos da Copa do Mundo, nós temos lá uma gente que é muito alegre, uma gente muito alegre, uma gente que sabe receber os visitantes. Sei que todos os Senadores que estão neste plenário já visitaram Manaus e que todos levaram consigo as lembranças não só de uma natureza bela, mas também de um povo alegre, de um povo que sabe receber com uma gentileza com que pouca gente recebe os visitantes.

Manaus teve a sorte, Sr. Presidente, de receber os melhores jogos que acontecerão na primeira fase. Além do jogo entre Inglaterra e Itália, que vai acontecer no dia 14 do mês de junho, no dia 18 acontecerá o jogo entre Camarões e Croácia; no dia 22, Estados Unidos enfrenta Portugal na cidade de Manaus; e, no dia 25, Honduras enfrenta a Suíça.

Ou seja, essa parte da agenda da Presidenta, complementada com a visita do Secretário-Geral da FIFA, creio, põe fim a toda a polêmica que, até então, foi gerada em torno da cidade de Manaus.

A Seleção brasileira, assim como a de vários países do mundo, está acostumada a jogar em cidades como Santa Cruz de la Sierra, por exemplo, que tem uma altitude com a qual nós não estamos acostumados. Mas é necessário que esses jogos aconteçam nas cidades que têm essa diversidade climática e de localização. Enfim, não tenho dúvida de que Manaus sairá vitoriosa, como todo o País, na realização da Copa do Mundo.

Sr. Presidente, em Manaus, a Presidenta Dilma, numa entrevista que deu à imprensa, tendo acertado tanto com o Governador quanto com o Prefeito, anunciou investimentos novos de aproximadamente R\$420 milhões para a mobilidade urbana, somando-se isso à quantia de R\$1 bilhão, que está disponibilizada para o Governo do Estado e para a Prefeitura já há muito tempo. Além desse R\$1 bilhão disponibilizado, a Presidente Dilma anunciou novos R\$420 milhões em mobilidade urbana.

Esses recursos serão investidos na implantação de corredores de ônibus, em obras que serão realizadas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura. Esses corredores darão maior fluidez ao trânsito e reduzirão o tempo que os moradores de Manaus gastam para transitar pela cidade. Dos R\$420 milhões, R\$207 milhões serão em recursos do Orçamento do Governo Federal, ou seja, do Orçamento-Geral da União, e R\$212 milhões em recursos disponibilizados através de financiamentos com juros muito mais baixos, com prazo de 30 anos para o pagamento, com quatro anos de carência e com juros de 5,5% ao ano. Somente para a Prefeitura de Manaus, serão direcionados R\$120 milhões para a implantação de aproximadamente 48 quilômetros de corredores, sendo R\$60 milhões vindos de recursos do Orçamento. O restante será disponibilizado em financiamento à Prefeitura de Manaus, nas condições que acabo de relatar.

Com esses recursos, Sr. Presidente, serão implantados quatro grandes corredores, todos eles com vias exclusivas e expressas para o transporte coletivo. É bom que se diga que, para que projetos de mobilidade urbana entrem no PAC, uma das exigências do Governo Federal é a de que sejam previstas vias exclusivas para o transporte coletivo. Isso é muito importante, porque é óbvio que quem tem carro precisa de um bom trânsito. Agora, se quem tem carro sofre com o trânsito que não anda, imagina quem anda de ônibus? Esses sofrem muito mais.

Dos quatro corredores previstos com recursos do Governo Federal, um envolve as Avenidas Constantino Nery, Torquato Tapajós, Max Teixeira e Noel Nutels, formando um dos principais corredores urbanos da cidade de Manaus. Outro passa pelas Avenidas Brasil, Coronel Teixeira e Boulevard Álvaro Maia. O terceiro está na Avenida Autaz Mirim, e o outro, nas Avenidas Recife e Paraíba. Ou seja, há a previsão de que toda a cidade de Manaus receberá obras desse projeto de mobilidade urbana com recursos do Governo Federal.

Para o Estado do Amazonas, Sr. Presidente, foram autorizados aproximadamente R\$295 milhões, sendo que metade é do Orçamento-Geral da União, o que significa dizer recursos a fundo perdido, e a outra metade é de financiamentos. Esses recursos viabilizarão a implantação de quase 20 quilômetros de corredores de ônibus, que serão os corredores Leste-Oeste/Complexo dos Franceses, que vai da Avenida das Flores até a Avenida do Turismo, e Colônia Antônio Aleixo até a Bola do São José.

Esse projeto é muito importante, porque um dos maiores problemas da cidade de Manaus é, sem dúvida alguma, a questão da mobilidade urbana. Manaus, para quem não sabe direito o que ela é, é uma cidade que hoje tem aproximadamente dois milhões de habitantes e que se diferencia das demais, porque é uma cidade

que cresceu com uma velocidade muito maior do que as outras cidades brasileiras, sem ter tido tempo e condições objetivas e efetivas para se preparar para esse crescimento.

Quanto à entrega e à participação da Presidente no Programa Minha Casa, Minha Vida, a Presidente fez uma inauguração e entregou em Manaus 5.384 unidades habitacionais do Residencial Viver Melhor 2. Esse residencial, esse conjunto habitacional está incluído no Programa Minha Casa, Minha Vida. E só esse conjunto, Senador Mozarildo, tem mais de nove mil unidades habitacionais. Já haviam sido entregues três mil e poucas unidades, agora mais cinco mil e poucas unidades. No entorno desse Programa Minha Casa, Minha Vida, outros conjuntos populares foram levantados, o que significa dizer que, na região Norte – esse conjunto está localizado na região Norte da cidade de Manaus, num novo bairro, vizinho ao Bairro de Santa Etelvina –, construiu-se, num curto espaço de tempo, quase que uma nova cidade, uma outra cidade. Somente no Viver Melhor, que é o conjunto habitacional do Minha Casa, Minha Vida, são quase dez mil unidades.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Somando-se isso com as outras unidades ao lado, com todos os equipamentos que foram feitos somente nessa área, serão mais de 40 mil pessoas que vão viver naquela localidade. Isso é maior do que a maioria dos Municípios do Estado do Amazonas, Senador Paim. Que a maioria dos Municípios!

É importante dizer que nós visitamos, com a Presidenta, alguns apartamentos e vimos a qualidade deles. Ela parou uma hora, Senador Paim, e disse assim: “Olha que mudou muito!” Porque, no começo, essas casas, esses apartamentos tinham janelas pequeninhas. As janelas hoje são enormes. São janelas de boa qualidade. O chão era de cimento, apenas pintado com aquela tinta vermelha. Hoje, há porcelanato no chão. Com as paredes, a mesma coisa. Não estão no cru. São casas que têm quase 50 m². Eu mesma morei, logo que me casei, num apartamento, Senador Paim, de 55 m². Ou seja, é o sonho de muita gente, de muitas famílias que está sendo realizado. Grande parte recebe a casa gratuitamente do Governo Federal, e outra paga uma prestação que é muito mais baixa do que o valor de um aluguel, um aluguel de R\$400,00, de R\$500,00, de R\$600,00, contra uma prestação, para os que vão pagar, de R\$100,00, de R\$50,00, de R\$70,00. Ou seja, foi algo que deu muita emoção.

Sr. Presidente – eu já caminho para as conclusões –, também por exigência do programa, o empreendimento tem que estar equipado com absolutamente tudo. É por isso que eu digo: é uma outra cidade, com infraestrutura completa, pavimentação, rede de água, de esgoto sanitário, drenagem, energia elétrica, disponibilidade de acesso ao transporte público, grandes vias, inclusive uma das vias, a Avenida das Flores, passa ao lado desse belo e grandioso empreendimento. Serão implantadas brevemente tarifas sociais de água e de energia para favorecer as pessoas, assim como uma creche, porque também o Governo disponibiliza para as prefeituras recursos para a construção e manutenção inicial de creches. Então, em breve também serão implantadas creches naquela área.

A Presidenta, durante seu discurso, chamou-me a atenção pela forma simples com que se dirigiu às pessoas para as quais fez o discurso, a forma como ela tocou as pessoas. Ela disse o que poucos políticos dizem: “Não precisam me agradecer. As pessoas me agradecem. Quero dizer que sou a Presidenta do Brasil. Fui eleita para fazer o que o povo precisa. E o povo precisa de casa. O dinheiro é público. E o dinheiro público vem de onde? O dinheiro é do povo brasileiro. Tem que voltar para o povo brasileiro. O dinheiro é do povo, tem que voltar para o povo e está voltando da melhor forma possível.” E enfatizou com muita força: “Construir casa é também gerar emprego, é realizar um sonho das pessoas.”

São poucos os políticos, Sr. Presidente, que dizem: “Eu fiz isso porque isso tem que ser feito.” Pouquíssimos são os políticos que o dizem. Acrescentou ela: “Junto com a chave – e fomos testemunhas disto –, vem o cartão Minha Casa Melhor”, para a compra dos móveis, da máquina de lavar roupa, dos equipamentos, para, assim, tirar um pouco a mulher das obrigações que, muitas vezes, tem sozinha dentro de casa.

Esses números são impressionantes! De acordo com os dados, Sr. Presidente, em 2011, o programa pulou para 2,75 milhões de casas financiadas no Brasil. Nunca se viu um programa tão forte de habitação popular como o que nós estamos vendendo agora.

Por fim, falando do que foi a agenda da Presidenta, nós nos deslocamos até a sede da Marinha brasileira, ao Batalhão de Operações

Ribeirinhas, para inaugurar o Barco-Escola Samaúma II, construído em parceria com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, com recursos oriundos do BNDES. É um barco especializado em panificação, que navega não apenas no interior do Amazonas, mas também de Roraima, Acre e Amapá, para ensinar, dentro do Pronatec, a fim de capacitar pessoas.

Esse barco, Samaúma II, em especial, está equipado para a formação na área de panificação, cozinha, Sr. Presidente, e para a mecânica de motores de embarcações, a diesel, de popa, de rabeta.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É fenomenal! Muitas vezes, as pessoas perguntam: “Por que um barco?” Só quem vive na região sabe o porquê de um barco, o que ele significa para uma cidade como Feijó, lá no Acre, como Tabatinga, lá no Amazonas, como São Gabriel da Cachoeira, como Santa Isabel do Rio Negro. É bom para essas cidades receber um barco, com uma escola, e ver sua juventude estudar e ser formada para o dia a dia.

É uma atividade tão importante, Sr. Presidente, que, ouvindo o pedido dos empresários, da CNI, da Fiam, prometeu o Governo que disponibilizará recursos para o Samaúma III. Isso é muito importante. Não é a Federação das Indústrias, mas o povo brasileiro que ganha com isso.

Por último, Sr. Presidente, o inventário que a Presidenta Dilma apresentou sobre as ações do Governo Federal...

(*Interrupção de som.*)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ...no Estado do Amazonas, na cidade de Manaus, mostrou, na prática, o tamanho do compromisso do Governo Federal com o Brasil e, principalmente, com o Amazonas e com Manaus.

Quero dizer o seguinte: tivemos, recentemente, duas grandes inaugurações na cidade de Manaus, levadas a cabo, Senador Paim, pela Prefeitura de Manaus. Nessas duas maiores e grandes inaugurações estão os recursos do Governo Federal. Tenho certeza de que muita gente não sabe disso e que muita gente até diz que o Governo tem que mandar mais. Manda! Aqui estou me referindo à inauguração do Mercado Municipal, cujas obras se arrastaram durante mais de sete anos, mas os recursos foram disponibilizados pelo Governo Federal e da inauguração da Ponta Negra. Mencionei que até o Secretário-Geral da FIFA elogiou porque lá será o *Fan Fest*, lá será a grande festa da Copa do Mundo organizada pela FIFA. A Ponta Negra também foi revitalizada, recuperada, com recursos do Governo Federal.

Portanto, quero dizer, Sr. Presidente, que a Presidenta foi muito questionada e respondeu. Até saiu num dos canais de televisão do nosso Brasil uma longa entrevista com ela, salvo engano, no *Jornal da Globo*, falando da importância e da justeza de o Congresso Nacional aprovar a PEC de prorrogação, por 50 anos, da Zona Franca de Manaus. Foi uma entrevista que me trouxe muita emoção. Eu Estava lá, na telinha da televisão, defendendo a Zona Franca, 50 anos de prorrogação para a Zona Franca, a própria Presidenta Dilma. Não tenho dúvida nenhuma de que ela e toda a sua equipe se empenharão, assim como todos nós, que apoiamos o Governo aqui no Congresso Nacional, para ver esse projeto de emenda constitucional aprovado o quanto antes.

Muito obrigada, Senador Paim.

Senador Paim, se V. Ex^a me permite, quero pedir que conste na íntegra o pronunciamento, pois não fui capaz de fazê-lo como um todo.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com muita alegria que venho a esta tribuna dividir com vocês o orgulho que senti ao acompanhar a vista da presidente Dilma Rousseff à Arena da Amazônia, na última sexta-feira, em Manaus.

Lá, todos nós que acompanhamos a comitiva presidencial pudemos constatar que as obras já chegaram a 97% da conclusão com a finalização da instalação das grades de proteção nas arquibancadas e nas rampas de acesso ao pódio.

Também foram iniciados os testes de iluminação e de sistemas internos do estádio, assim como a limpeza geral da arena, calçamento do pódio e acabamento do gramado.

No domingo quem esteve visitando as obras da Arena foi o secretário geral da Federação Internacional de Futebol (FIFA), Jérôme Valcke, e o secretário executivo do Ministério do Esporte (ME), Luís Fernandes. Ambos elogiaram o nosso desempenho na preparação de Manaus como um das 12 cidades-sede que receberá os jogos do Mundial em junho deste ano.

Após a visita a Arena e a Ponta Negra que abrigará a FIFA Fan Feste, o secretário geral da FIFA, Jérôme, afirmou não ter mais dúvidas de que Manaus executáramos jogos da Copa com sucesso.

"Manaus tem um estádio muito bonito e que vai acolher um dos principais jogos na primeira semana da Copa do Mundo, e eu sinto que a cidade está, sim, preparada para este grande jogo que é Itália contra Inglaterra", comentou.

Essa é a melhor resposta que Manaus pode dar às diversas críticas que recebeu por ter sido eleita uma das cidades sede desta copa.

Foram questionamentos, repercutidos na mídia nacional e internacional, que depreciavam a nossa cidade e agora, a pouco mais de cem dias para o início da Copa do Mundo de 2014, a avaliação positiva do secretário da FIFA encerra as dúvidas sobre a capacidade que Manaus tem em receber um evento deste porte.

Em Manaus, a presidente Dilma também anunciou investimentos de mais R\$ 420 milhões em mobilidade urbana para o Amazonas, valor que se soma ao R\$ 1 bilhão que o governo já havia autorizado para mobilidade urbana no estado.

Os novos recursos serão investidos na implantação de corredores de ônibus, em obras que serão realizadas pelo governo do Estado e pela prefeitura. Estes corredores darão maior fluidez ao trânsito e reduzirão o tempo que os moradores de Manaus hoje gastam para transitar pela cidade.

Deste total, R\$ 207 milhões serão em recursos do orçamento do governo federal e R\$ 212 milhões em financiamento, com 30 anos de prazo para pagamento, quatro anos de carência e juros de 5,5 % ao ano. Somente para a Prefeitura de Manaus serão destinados R\$ 125 milhões para a implantação de 48 quilômetros de corredores, sendo R\$ 59,9 milhões em recursos do orçamento da União e o restante em financiamento à prefeitura.

Com estes recursos serão implantados 4 grandes corredores. Um envolvendo as avenidas Constantino Nery, Torquato Tapajós, Max Teixeira e Noel Nutels; outro passando pelas avenidas Brasil, Coronel Teixeira e Boulevard Álvaro Maia; outro na Avenida Autaz Mirim e outro nas Avenidas Recife e Paraíba.

Para o estado do Amazonas foram autorizados R\$ 294,5 milhões, sendo a metade em recursos do orçamento da União e metade em financiamento. Esses recursos viabilizarão a implantação de quase 20 quilômetros de corredores de ônibus, que serão os corredores Leste x Oeste/Complexo dos Franceses, que vai da Avenida das Flores até a Avenida Turismo, e a Colônia Antônio Aleixo/Bola do São José.

Também acompanhei a entrega das casas do Minha Casa, Minha Vida.

A presidente Dilma Rousseff entregou, em Manaus, 5.384 unidades habitacionais do Residencial Viver Melhor 2, que integra o programa Minha Casa Minha Vida.

O empreendimento beneficiará cerca de 21 mil pessoas com renda mensal familiar de até R\$ 1,6 mil, e recebeu investimento total de R\$ 313,39 milhões, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial.

Localizado no bairro Santa Etelvina, o empreendimento é composto por 4.736 apartamentos; 488 casas térreas; e 160 casas adaptadas para portadores de necessidades especiais; todas divididas em dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço externa.

Atendendo às exigências de qualidade do Minha Casa Minha Vida, o empreendimento é equipado com infraestrutura completa, pavimentação, redes de água, esgotamento sanitário, drenagem, energia elétrica e disponibilidade de acesso ao transporte público.

O entorno do empreendimento possui escola de tempo integral, escola de ensino médio, unidade básica de saúde, transporte, quadras de esporte, centro comunitário e parques infantis.

Fazer casa é gerar emprego, fazer casa é criar um lar para cada brasileiro e para cada brasileira.

E o dinheiro do povo brasileiro tem de voltar pra onde? Para o povo brasileiro. É essa a regra do Minha Casa, Minha Vida. É essa a idéia do Minha Casa, Minha Vida.

Junto com a chave, nós entregamos o cartão do Viver Melhor. O Viver Melhor é o seguinte: as pessoas que ganham menos têm imensa dificuldade de ter crédito, têm uma imensa dificuldade de entrar na loja, de pagar, comprar um equipamento e pagar uma prestação. Então, o Viver Melhor é isso. O Viver Melhor é o cartão que o governo oferece para aqueles do Minha Casa Minha Vida comprarem os seus móveis.

Os números do Programa são impressionantes. No Brasil, quando o programa começou eram 1 milhão de casas, lá em 2009. Em 2011, o programa aumentou para 2 milhões e 750 mil casas financiadas pelo programa no Brasil.

Além desses projetos, acompanhei o lançamento do barco-escola Samaúma.

Esse barco, Samaúma II, ele evidencia uma mudança do Brasil. Qual é essa mudança? É o nosso compromisso com a educação, tanto para a gente ter uma trajetória em que tudo que nós ganhamos quando nós reduzimos a desigualdade, e diminuímos até erradicar a extrema pobreza só é perene se tiver educação de qualidade. Para que o Brasil, por outro lado, seja um país que avance na sua competitividade, portanto, na sua produtividade, tem de formar técnicos, tem de capacitar pessoas em todas as suas regiões deste país.

O inventário apresentado por Dilma aos amazonenses listando as obras que são financiadas pelo governo dela em Manaus também foi a resposta que a população precisava.

Nunca foi investido tanto no Amazonas como nos governos populares das quais meu partido faz parte. Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo /PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. V. Ex^a será atendida na forma do Regimento, e todo o material solicitado constará dos Anais da Casa, assim como a divulgação devida nos meios de comunicação do Senado.

Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a tem a palavra, como orador inscrito, pelo tempo de 20 minutos.

Só um minuto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo /PT – RS) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem nº 7, de 2014** (nº 16/2014, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Barroso Filho, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Marques Soares.

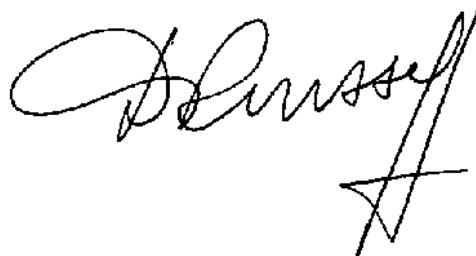
É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 7, DE 2014 (Nº 16/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 123 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Juiz Auditor da Justiça Militar JOSÉ BARROSO FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Marques Soares.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.



Brasília, 14 de fevereiro de 2014

Excelentíssimos Senhores Senadores,

Cumprimentando-os, honrado com a indicação da Excelentíssima Senhora Presidenta da República para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, dirijo-me à Vossas Excelências, expondo, de maneira resumida, as minhas qualificações e experiência de vida que me levam a almejar a assunção de tão importante posto.

Com as devidas comprovações no currículo anexo, a minha vivência pessoal e profissional perpassa a atuação como membro do Poder Judiciário aliada a vida acadêmica sempre revitalizada ações e projetos na área social com objetivos voltados a promoção da cidadania e inclusão social e produtiva.

Destaco a experiência adquirida no exercício dos cargos de Promotor de Justiça, Juiz Estadual, Juiz Eleitoral e Juiz-Auditor, nas cinco regiões do Brasil, aliada à cátedra universitária e à formação específica obtida no Curso de Doutorado em Administração Pública, bem como o exercício das funções de Juiz - Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e de Juiz – Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar.

Pontuo a sua atuação como Juiz – Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar, haja a sua marcante aplicação na elaboração do Planejamento Estratégico da JMU, bem como da concepção do relatório “JMU em números”, com o mesmo empenho labutou na criação da Ouvidoria da JMU e na instituição do Centro de Estudos Judiciais da Justiça Militar da União – CEJUM.

O aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça e Escola Nacional de Formação de Magistrados – ENFAM atesta a minha constante busca pelo aperfeiçoamento de modo a aquilarar o nível da prestação jurisdicional.

Registre-se a marcante experiência na vida associativa, seja como presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar – AMAJUM, seja como integrante da FRENTAS – entidade que congrega as associações de magistrados e membros do Ministério Público da União (tendo sido seu coordenador em 2010) e da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.

Por derradeiro, pontuo a minha atuação no campo social, destacando o projeto “Centros Integrados de Desenvolvimento Regional”, de igual forma, a sua atividade como integrante do Projeto Rondon, do Grupo de Trabalho Araguaia e do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no combate ao trabalho escravo.

É pois, motivo de honra a indicação pois descortina a nova dimensão de atuação em prol do Fortalecimento de uma Justiça mais célere e próxima ao Cidadão.

Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Respeitosamente,

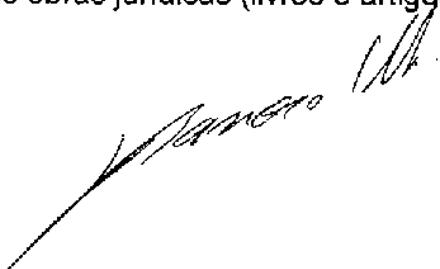
José Barrosa Filho

CURRICULUM VITAE**José Barroso Filho****(SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR)****Resumo curricular - Dr. JOSÉ BARROSO FILHO**

- Juiz-Auditor da Justiça Militar da União, titular da 2ª Auditoria da 2ª C.J.M. (**SP**), já atuou na 12ª C.J.M. (**AM, AC, RO e RR**), na 2ª Auditoria da 3ª C.J.M. (**Bagé/RS**), na 3ª Auditoria da 3ª C.J.M. (**Santa Maria/RS**), na Auditoria da 6ª C.J.M. (**Ba e SE**), na Auditoria da 10ª C.J.M. (**CE e PI**) e Auditoria da 11ª C.J.M. (**DF, GO e TO**) – desde dez/1997;
- Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar (**DF**) – abr/2009 a fev/2011;
- Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (**DF**) – mar a jun/2008;
- Juiz de Direito (**MG**) – 1996/1997;
- Juiz de Direito (**PE**) – 1992/1996;
- Juiz Eleitoral (**45ª e 123ª Zonas Eleitorais – TRE/PE**)- 1992/1996;
- Promotor de Justiça (**BA**) - 1992.
- Coordenador do Projeto “Centros Integrados de Desenvolvimento Regional” – Ministério da Defesa;
- Colaborador do **Projeto Rondon** - Ministério da Defesa;
- Integrante como Observador do **Grupo de Trabalho Araguaia – GTA** – Ministério da Justiça, Ministério da Defesa e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Integrante como Observador do **Grupo Especial de Fiscalização Móvel – Combate ao Trabalho Escravo – GEFM** – Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal
- Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros – **AMB** (2008/2010);
- Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União - **AMAJUM** - 2010/2012;
- Coordenador da **FRENTAS** – Frente Associativa (**AJUFE, ANAMATRA, AMAJUM, AMAGIS-DF, ANPR, ANPT, ANMPM e AMPDF**) – 2010
- Selecionado para o posto de Juiz Internacional (**ONU / Timor-Leste**) - 2008;
- Doutorando em Administração Pública pela Universidad Complutense de Madrid (**Espanha**);
- Diploma de Estudos Avançados em Administração Pública (Universidad Complutense de Madrid – Espanha);
- Mestre em Direito pela UFBA;
- Especialista em Direito Público pela UNIFACS/Ba;

Pós-graduado pela Escola Judicial Edésio Fernandes/MG, pela Escola de Formação de Magistrados/Ba e pela Escola Superior de Guerra/RJ;

- Professor da Escola de Magistrados/Ba e da pós-graduação do CIESA (AM), Fundação Visconde de Cairu (Ba) e CCJB (Ba);
- Conferencista da Escola de Administração do Exército (ESAEX);
- Diretor Científico do Centro de Cultura Jurídica da Bahia (CCJB);
- Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP (2010/2014);
- Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Público;
- Membro da Associação Brasileira de Ensino do Direito - ABEDI;
- Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciência/Ba - 2003/04;
- Coordenador do Curso de Especialização em Direito Público (CCJB);
- Membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados da Bahia - 2003/05;
- Membro de Bancas Examinadoras em Concursos Jurídicos;
- Autor de várias obras jurídicas (livros e artigos);



I - Dados Pessoais

Nome : José Barroso Filho

Filiação : José Barroso e
Annyée Souza Barroso

Nacionalidade : Brasileira

Naturalidade : Ribeirão Preto/SP

Data de nascimento : 15 de fevereiro de 1967

Estado Civil : Casado

Profissão: Magistrado

Cargo: Juiz-Auditor da Justiça Militar da União

Conjuge : Marta Foltz Cavalcanti Barroso

Endereço Profissional : Auditoria da 2 ª CJM (SP)

São Paulo - SP

Telefone: (61) 9652-1028

E-mail: jbarrosofilho@uol.com.br

II - Documentação

Carteira de Identidade : 3.044.665 - SSP/BA

C.P.F. : 394.787.265 - 87

Titulo de Eleitor : 308921305/90 - 1ª Zona – Salvador / Ba

Certificado de Reservista : 172102387559

III - Escolaridade

1º Grau : 1^a e 2^a séries - Colégio Imaculada Conceição de Maria - Santos - São Paulo

3^a e 4^a séries - Colégio Loyola - Belo Horizonte - Minas Gerais

5^a a 8^a séries - Colégio Antônio Vieira - Salvador - Bahia

2º Grau : 1^a a 3^a séries - Colégio Anchieta - Salvador - Bahia

Graduação :

Bacharelado em Direito Universidade Católica do Salvador/UCSal

Pós-Graduação :

- Curso de Doutorado em Administração Pública

Universidade Complutense de Madrid/Espanha

Início: 2001.1 (Creditação concluída)

- Diploma de Estudos Avançados em Administração Pública

Universidad Complutense de Madrid/Espanha

Início: 2001.1 Término: 2002.1

- Curso de Mestrado em Direito Econômico

Faculdade de Direito – Universidade Federal da Bahia/UFBa

Início: 1999.1 Término: 2002.1

- Curso de Especialização em Direito Público

Faculdade de Direito – Universidade Salvador/UNIFACS

Inicio: 1999.2 Término: 2001.2

- Curso de Formação Inicial de Magistrados

Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - TJMG

Inicio: março de 1996 Término: setembro de 1996

Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Escola de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados - TJBA

Inicio: março de 1991 Término: dezembro de 1991.

Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD

Escola Superior de Guerra – ESG / Brasília - DF

Inicio: agosto de 2009 Término: outubro de 2009

Curso de Gestão Cartorária

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM

Inicio :junho de 2010 Término: julho de 2010

Curso de Gestão de Pessoas e de Processos

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Inicio: abril de 2010 Término: maio de 2010

Curso de Formação de Analistas de Sistemas

Lógica Informática / Salvador - BA

Inicio: maio de 1987 Término: abril de 1988

IV - Atividade Profissional

- Operador de Computador - Banco Econômico - Salvador / Bahia

Período : 03/06/85 a 28/07/1986

- Representante Técnico - Itautec Informática - Salvador / Bahia

Periodo : 01/09/87 a 29/07/1988

- Estagiário da O. A. B. / Bahia

Período : 21/09/89 a 21/09/1991

- Advogado - Salvador / Bahia

Período : 29/11/91 a 31/05/1992

- Promotor de Justiça do Estado da Bahia

Período : 01/06/92 a 04/08/1992

- Juiz de Direito do Estado de Pernambuco

Período : 13/10/92 a 03/03/1996

- Juiz Eleitoral

Período : 13/10/92 a 03/03/1996

- Juiz de Direito do Estado de Minas Gerais

Período : 04/03/96 a 08/12/1997

- Juiz-Auditor - Justiça Militar da União

Atuação como Juiz-Auditor Substituto:

- 3^a Auditoria da 3^a C.J.M. - Santa Maria / RS - de 09/12/97 a 28/05/1998

- Auditoria da 6^a C.J.M. - Salvador / BA - de 29/05/1998 a 16/12/2004

Atuou na 2^a Auditoria da 3^a C.J.M. Bagé / RS, de 02/01/1998 a 31/01/1998,

na Auditoria da 10^a C.J.M. (CE e PI), de 02/02/2004 a 05/05/2004 e

na Auditoria da 11^a C.J.M. (DF, GO e TO), set/2010.

Promoção, por merecimento, a Juiz-Auditor Titular da 12^a CJM (AM, AC, RO e RR) em 17/12/2004

- Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça

Período: 10/03 a 07/06/2008

- Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar

Período: 08/04/2009 a 02/03/2011

- Professor Universitário

V – Grupos de Trabalhos e Projetos

- Coordenador do Projeto "Centros Integrados de Desenvolvimento Regional" – Ministério da Defesa;

- Colaborador do Projeto Rondon - Ministério da Defesa;

- Integrante como Observador do Grupo de Trabalho Araguaia – GTA – Ministério da Justiça, Ministério da Defesa e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

- Integrante como Observador do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – Combate ao Trabalho Escravo – GEPM – Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal e

- Coordenador da FRENTAS – Frente Associativa (AJUFE, ANAMATRA, AMAJUM, AMAGIS-DF, ANPR, ANPT, ANMPM e AMPDF) – 2010

VI - Comissões

- Comissão de Estudos Relativos à Informatização de Processos – STM (2007/2008)
- *Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB (2008/2010)*
- *Comitê Gestor do Sistema de Acompanhamento de Processos da JMU – STM (2010)*
- *Grupo Especial de Estudos visando alterações no CPM e CPPM – STM (2010)*
- Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB (2008/2010);

VII – Principais Visitas Técnicas

- Pelotões Especiais de Fronteira – Região Amazônica (RO, AC, AM, RR, AP e PA)
- Grupo de Trabalho Araguaia (Xambioá – TO e São Geraldo do Araguaia – PA)
- Grupo de Combate ao Trabalho Escravo (Santarém – PA)
- Projeto Rondon (BA, SE, AL, PE e PI)
- Assentamento Dorcelina Folador – Arapongas – PR
- Projeto Esperança / Cooesperança – Santa Maria – RS
- Associação das Quebradeiras de Coco de Babaçu – Itapecuru-Mirim – MA
- CooperAcre – Beneficiamento de Castanha – Rio Branco, Xapuri e Brasiléia – AC
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFAC – Rio Branco – AC

VIII - Atividades Docentes

- **Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – UFBA**
Disciplinas: Penal II - Penal IV - Criminologia - Criança e Adolescente
- **Professor da Faculdade de Direito da Universidade Salvador – UNIFACS**
Disciplina: Direito da Criança e do Adolescente e Direito Penal
- **Conferencista da Escola de Administração do Exército - ESAEX - SSA/Ba**
Disciplina: Processo Penal
- **Professor da Escola de Magistrados da Bahia – EMAB/TJBA**
Disciplinas: Direito Penal e Sentença Penal
- **Coordenador da Revista Jurídica da Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC**
De 01/03/2003 a 31/10/2003

- Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC

De 01/11/2003 a 01/11/2004

- Professor da Pós-Graduação

Centro de Cultura Jurídica da Bahia – CCJB.

Escola de Magistrados da Bahia – EMAB/TJBA

Centro de Ensino Superior do Amazonas - CIESA

IX - Atividades Científicas

- Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito Público – IBDP
- Diretor Científico do Centro de Cultura Jurídica da Bahia – CCJB
- Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Público

X – Teses aprovadas em Congressos

XX Congresso Brasileiro de Magistrados / 29 a 31 de outubro de 2009 / São Paulo

- (1) “Centros Integrados de Cidadania”
- (2) “Barcos da Justiça: Cidadania efetiva na Região Amazônica”
- (3) “Gestão Participativa no Poder Judiciário”

XI - Aprovações em Concursos Públicos

- Técnico Judiciário da Justiça Federal - 1º T.RF. – 1992
- Promotor de Justiça - Ministério Público do Estado da Bahia – 1992
- Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – 1992
- Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais- 1996
- Juiz-Auditor da Justiça Militar Federal - STM – 1997
- Professor Substituto / Faculdade de Direito / UFBa – 2000
- District Court Judge / ONU – Posto em Timor Leste - 2008

XII – Membro de Bancas Examinadoras

- Banca Examinadora do Concurso de Admissão ao CFO /ESAEEX - 2000
- Banca Examinadora de Direito Penal / Concurso: Professor Auxiliar/UNEB – 2000
- Banca Examinadora de Direito Processual Penal / Concurso: Professor Auxiliar/UNEB – 2000
- Banca Examinadora do Concurso de Admissão ao CFO/ESAEEX - 2001
- Banca Examinadora do Concurso de Admissão ao CFO/ESAEEX - 2002
- na condição de Presidente:
- Banca Examinadora de Direito Constitucional / Concurso: Professor Assistente /UNEB - 2002
- Banca Examinadora de Direito Internacional Público/Concurso:Professor Auxiliar/UNEB - 2002
- Banca Examinadora de Filosofia do Direito / Concurso: Professor Auxiliar /UNEB - 2002

XIII - Livros Publicados

- "Ato Infracional - Sentenças e Normas Pertinentes"
Editora Nova Alvorada, Belo Horizonte, 1997.
- "Desenvolve Amazônia: Reflexões sobre o nosso futuro"
- Editora Aram, Manaus, 2007.

XIV - Sentenças Publicadas

- "Medida Sócio-educativa de Semiliberdade c/c Prestação de Serviços à Comunidade, decorrente de ato infracional análogo ao delito tipificado no art. 121 c/c art. 14, II, do Código Penal"
- Revista Ciência Jurídica - volume 76 - Julho / Agosto / 1997 - p.336 / 338
- "Tráfico de Entorpecentes - Maconha - Posse - Persecução Penal - Flagrante Delito"
- Revista Ciência Jurídica - volume 77 - Setembro/ Outubro / 1997 - p. 293/300
- "Furto Qualificado - Armamento Subtraído por Militar"
- Revista Ciência Jurídica - volume 80 - Março / Abril / 1998 - p. 308 / 314
- Revista Eletrônica Neófito, 1999
- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 34, 1999
- "Falsificação de Documento"
- Revista Ciência Jurídica – volume 82 – Jul / Ago / 1998 - p. 384 / 389
- "Lesão Corporal Culposa"
- Revista Ciência Jurídica – volume 83 – Set /Out/1998 – p. 299/303

XV - Artigos Publicados

(1) "Do Ato Infracional"

- Jornal Ciéncia Jurídica - Minas Gerais, p.04, Nov/1997, Jornal Estado de Minas - Minas Gerais, p. 07, 03/12/1997, Jornal A Razão - Rio Grande do Sul, p. 02 e 02, 25/01/1998, 16/03/1998 e 15/04/1998, Revista In Verbis – Instituto dos Magistrados Brasileiros – IMB, p. 21, 01/10/1998, Revista Eletrônica Neófito, www.neofito.com.br – 1999, Site do Instituto Brasileiro de Ciéncias Criminais, www.ibccrim.org.br – 2000, Jornal A Tarde - Bahia, p.06 e 06, 28/05/1999 e 16/05/2000, Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 15, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001, Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br – 2001, Revista Jurídica dos Formandos em Direito da UFBa, v. VII, p. 337-354, 2001, Site IDH - Fundação Instituto de Direitos Humanos - www.idh.org.br - 2002

(2) "O Fiel da Balança"

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 18/03/1998, Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 06/11/1998, Jornal Ciéncia Jurídica, Belo Horizonte – MG, p. 08, 01/11/1998, Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 09, 10/11/1998, Jornal A Tarde, Salvador – Ba, p. 04, 14/01/1999, Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 05, www.unifacs.br/revistajuridica - 2000, Jornal Correio Braziliense - Brasília, p. 02, 12/11/2001

(3) "O Direito de Ser"

- Jornal A Razão - Rio Grande do Sul, p. 02, 15/05/1998, Jornal A Tarde - Bahia, p. 08, 28/08/1998, Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 11, 11/09/1998, Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 27/10/1998, Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 09, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

(4) "A Justiça Militar da União"

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 06/01/1998, Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p.02, 18/11/1998, Jornal A Tarde, Salvador – Ba, p. 08, 06/04/1999, Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 07, 12/04/1999, Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 31, www.jus.com.br - 2000

(5) "Do Dano Moral"

- Revista Responsabilidade Civil, Belo Horizonte – MG, p. 35/37, 10/05/1997, Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 07, 22/07/1997, Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 03/10/1997, Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 04/02/1998, Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 02, www.unifacs.br/revistajuridica - 2000

(6) "Do Dano Processual"

- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 07, 29/07/1997, Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 21/09/1997, Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 29/08/1998, Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 04, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001, Jornal Correio Braziliense - Brasília, p.02, 26/11/2001

(7) "O Enigma do Direito"

- Revista Eletrônica Neófito, www.neofito.com.br – 1999, Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 41, www.jus.com.br – 2000, Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte - MG, p. 06, 29/01/2000, Jornal A Tarde, Salvador - Ba, p. 06, 29/01/2000, Jornal Correio Braziliense, Brasília - DF, p. 04, 27/03/2000, Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 10, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

(8) "Do Erro Médico"

- Jornal Tribuna da Bahia, Salvador – Ba, p. 02, 27/08/1997, Jornal Folha da Manhã, Belo Horizonte – MG, p. 02, 06/09/1997, Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 11/02/1998

(9) "O Valor Probatório da Confissão"

- Jornal O Povo, Fortaleza – CE, 18/09/1997, Jornal A Razão - Sápta Maria - RS, p. 02, 26/02/1998

(10) "O Resgate da Dignidade do Adolescente"

- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 30/07/1997, Jornal Tribuna da Bahia, Salvador – Ba, p. 04, 30/10/1997

(11) "A Utilidade Social da Pena"

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 08/04/1998, Jornal A Tarde, Salvador – Ba, p. 06, 21/09/1998

(12) "Esperança de Cidadania"

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 29/04/1998, Jornal A Tarde, Salvador – Ba, p. 06, 31/08/1998

(13) "Do Crime Continuado"

- Revista dos Mestrados em Direito da UFBA, p.243/252, 01/07/1999, Revista dos Formandos em Direito da UFBA, p. 291/296, 01/07/1999

(14) "Em Defesa do Meio Ambiente"

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 18/02/1998

(15) "Da Prova Testemunhal"

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 01/03/1998

(16) "Hierarquia e Disciplina"

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p.02, 01/02/1998

(17) "O Dia do Exército"

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 17/04/1998

(18) "O Dia do Soldado"

- Jornal Tribuna da Bahia, Salvador – Ba, p. 02, 06/09/1998

(19) "Direito Penal Econômico"

- Jornal Estado de Minas - Minas Gerais, p. 07, 11/07/2000, Jornal Correio Braziliense - Brasília, 17/07/2000, Jornal A Tarde - Bahia, p. 06, 31/07/2000, Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2001

(20)"Acorda, Brasil"

- Jornal A Tarde, Salvador, p. 06, 16/08/1999

(21) "Globalização e Sistema Jurídico Comunitário"

- Livro "Globalização e Direito". Rio de Janeiro: Forense, p. 117/124, 2002

(22) "A Responsabilidade Civil do Estado decorrente de atos judiciais"

- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 14, www.unifacs.br/revistajuridica – 2001, Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br – 2001, Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2001, Livro "Responsabilidade Civil", Forense, 2001

(23) "A Tutela Penal das Relações de Consumo"

- Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br – 2000, Revista do Instituto dos Advogados da Bahia – IAB, p. 131/146, 2000, Revista dos Mestrados em Direito da UFBA, v. VIII, p. 217/235, 2000, Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 03, www.unifacs.br/revistajuridica – 2000, Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br – 2001, Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal – Porto Alegre, v. 13, p. 14/27, 2002

(24) "Propriedade: A quem serve?"

- Revista dos Mestrados em Direito da UFBa, v. IX, p. 276/293, 2001, Revista do Curso de Direito das Faculdades Jorge Amado, v. 01, p. 171/190, 2001, Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 16, www.unifacs.br/revistajuridica – 2001, Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br – 2001, Revista do Curso de Direito da UNIFACS, v. 02, p. 49-64, 2002, Site IDH - Fundação Instituto de Direitos Humanos - www.idh.org.br - 2002

(25) "Da ação socio-educativa"

- Jornal A Tarde -Bahia, p. 06, 24/07/1997, Jornal Ciência Jurídica, Belo Horizonte- MG, p. 04, 01/09/1997

(26) "RIO + 10. Mundo até quando?"

- Correio Braziliense, Brasília – DF, 23/09/2002, Site Instituto Brasileiro de Ciências Criminais- www.ibccrim.org.br – 2002, Site do Acadêmico de Direito - www.sadireito.com.br – 2002, Site www.amazonia.org.br - 2002

(27) "A Mola Comprimida"

- Correio Braziliense, Brasília – DF, 04/11/2002, Revista Ângulos, Salvador- Ba, 2002

(28) "O Princípio da Legalidade Tributária"

- Revista Eletrônica da UNIFACS, v. 17, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

(29) "Segurança Alimentar: Base para o Desenvolvimento"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(30) "Por Amor e Respeito ao Amazonas"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(31) "Tiros-de-Guerra, Saúde e Inclusão Digital na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(32) "Telemedicina: Rompendo limites para salvar vidas"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(33) "Sustentabilidade na Amazônia: Nossa trato com o futuro"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(34) "Energia Elétrica: Uma Luz à Cidadania"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(35) "Educação: Emancipação e Desenvolvimento"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(36) "Créditos de Carbono e Desenvolvimento Amazônico"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(37) "Consórcios Intermunicipais: União pela Cidadania"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(38) "Argila Calcinada: Pavimentando o Desenvolvimento na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(39) "Descobrindo o Bambu: Saneamento e Saúde / Habitação e Desenvolvimento"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(40) "Urbanismo Criminógeno: Cidadania Excluída"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(41) "Compostagem: Utilização econômica e ecológica do lixo orgânico"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(42) "Financiar a Pesquisa: Condição para o Desenvolvimento Amazônico"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(43) "Os Pelotões Especiais de Fronteira: Segurança e Integração na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(44) "Hidropônia: Uma alternativa de cultivo para a Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(45) "Casa de Bambu e Pneu: Eficiência Social e Ambiental"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(46) "Centros de Cidadania: O Direito na prática"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(47) "Correio Aéreo Nacional: Integração e Cidadania na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(48) "Licitação Sócio-Ambientada: Otimizando os recursos para muito além da obra"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(49) "Os rios comandam a vida: A importância do 9 Distrito Naval para a Amazônia Ocidental"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(50) "Projetos de Financiamento: Transformando Idéias em Ações"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(51) "Reduzir, Reutilizar e Reciclar: Conjugando a Sustentabilidade Ambiental"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(52) "Sistemas Silvipastoris: Opção à queimada de pasto e da floresta"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(53) "Pobre-Rica Amazônia: O impacto ambiental negativo da ausência de desenvolvimento"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(54) "O Reto absoluto e o Princípio da Proporcionalidade"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(55) "O perverso ciclo da violência contra a mulher"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/, site CNJ www.cnj.gov.br

(56) "Justiça e Desenvolvimento (I): Urbanismo criminógeno"

- site Consultor Jurídico www.conjur.com.br, site Migalhas www.migalhas.com.br, site CNJ www.cnj.gov.br

(57) "De A a Z: a multidisciplinar sustentabilidade amazônica"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(58) "A Sustentável Defesa do Ser ... Caboclo"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(59) "Os valiosos Bonsais da Amazônia: Um ensaio sobre a esperança realista"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(60) "Carta ao Ministro Patrus Ananias"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(61) "Projeto Centros Integrados de Cidadania"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(62) "Pobreza tem sexo e merece crédito"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

XVI - Cursos de Curta Duração

- "Extensão em Dir. Adm., Com., Penal, Proc. Penal / Civil e Const." - Brasplan - SSA/Ba - 13/12/89 a 15/03/1990
- "Direito das Coisas" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 06/11/90 a 03/01/1991
- "Contratos" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 12/11/90 a 09/01/1991
- "Parte Geral do Direito Civil" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 08/01/91 a 12/03/1991
- "Família" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 19/03/91 a 14/05/1991
- "Direito das Sucessões" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 16/05/91 a 18/06/1991
- "Gerenciando a Qualidade Total em Serviços" - Fundação Christiano Ottoni / UFMG - 08 a 12/07/1996

XVII - Participação em Congressos e Seminários

Como palestrante / conferencista:

- "A Aplicabilidade da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar"

III Seminário Jurídico de São Gabriel – URCAMP – São Gabriel/RS – 14 a 17/04/1998

- "Sistema Judiciário Comunitário"

Curso de Pós-graduação em Comércio Internacional – UNIFACS – Salvador/Ba – 22/07/1998

- "Legislação Eleitoral"

Curso de Graduação em Administração – UNIFACS – Salvador/Ba – 02/10/1998

- "Os Princípios Constitucionais do Processo Penal"

1º Encontro de Estudos Jurídicos – ESAEX – Salvador /Ba – 20 e 21/ 10/ 1998

- "Direito Penal Militar"

Curso de Graduação em Direito – UFBA – Salvador /Ba – 20/11/1998

- "A Justiça Militar da União"

Seminário "Novas Questões Penais" – UFBA – Salvador/Ba – 25 a 28/05/1999

- "Juizados Especiais Criminais: Questões Polêmicas"

Seminário "Justiça X Celeridade" – UFBA – Salvador /Ba – 08 a 11/05/2000

- "Processo Penal Militar"

Ciclo de Palestras sobre Direito Militar – 2º Distrito Naval – Salvador / Ba – 28/03/2001

- "Exploração Sexual"

Semana de Estudos Jurídicos – SAJU / UFBA – Salvador / Ba – 02/10/2001

- "Causalidade e Imputação Objetiva"

IV Seminário do Patronato de Presos e Egressos / Salvador/ Ba – 26/10/2001

- "Teoria do Estado: Aspectos polêmicos"

Fundação Visconde de Cairu / Vitória da Conquista/ Ba – 15/03/2002

- "Tópicos para a reforma do CPM"

Superior Tribunal Militar / Brasília/DF – 08/10/2004

- "Justa Causa para a Ação Penal Militar"

Superior Tribunal Militar / Brasília/DF – 11/11/2004

Como debatedor:

- "Juizados Especiais Criminais" - Congresso de Direito Penal - Salvador/Ba - 27/09/2001

- "Novos Rumos do Direito Penal no Séc. XXI" - Congresso de Direito Penal - Salvador/Ba - 28/09/2001

Como assistente:

- "Congresso de Direito Alternativo" - UCSal - Salvador/Ba - 17 a 19/11/1995

- "65º Encontro Regional de Estudos Jurídicos" - Escola Judicial / TJMG - 03 a 04/05/1996

- "II Simpósio de Direito Municipal" - Escola Judicial / TJMG - 10/05/1996

- "Ciclo de Conferências Prof. Celso Agrícola Barbi" - Escola Judicial / TJMG - 07 a 10/10/1996

- "Tendências Contemporâneas da Hermenêutica Jurídica" - Salvador / Ba - 17 a 20/11/1998

- "II Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União" - STM - Brasília / DF - 09 a 12/11/1998

- "III Seminário Ambiental" - Ministério Público / Ba - 14 a 15/08/2000

- "III Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União" - STM - Brasília / DF - 15 a 19/03/2001

- "Seminário Reprodução Humana Assistida" - UFBA - Salvador/Ba - 19 a 20/04/2002

- "Encontro Brasil-Portugal de Direito Constitucional" - Assoc. Nac. dos Proc. da República - 04 a 06/09/2002

XVII – Associações

- **Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB**
- Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União – **AMAJUM**
(Presidente - Biênio 2010/2012)
- Associação Brasileira de Ensino do Direito - **ABEDI**

XIX – Institutos

- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Público – **IBDP**
- Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – **IBCCRIM**
- Membro do Instituto de Ciências Penais - **ICP**
- Sócio-Colaborador do Instituto dos Advogados da Bahia - **IAB**
(Membro do Conselho Superior - Biênio 2003/05)

XX – Estágio

Ministério Pùblico do Estado da Bahia

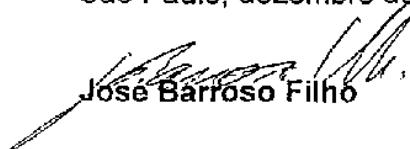
Período: Março a Dezembro de 1990 / 7ª Vara Criminal

XXI – Distinções

- Título de Cidadão do Amazonas – Assembléia Legislativa / Amazonas – 2012
- Homenagem do Deputado Estadual Cap. Tadeu Fernandes pela atuação pacificadora na Greve da PM/Ba - 2012
- Medalha do Mérito Histórico e Cultural – ABACH - 2011
- Medalha da Vitória – Ministério da Defesa - 2011
- Medalha do Mérito Militar – Grau: Comendador - 2010
- Medalha de Reconhecimento do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul – TJM-RS - 2009
- Medalha do Mérito Legislativo – Assembléia Legislativa / Amazonas - 2008
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário – TJM/MG - 2008
- Voto de Aplauso – Senado Federal (Seleção / Posto: Juiz Internacional) - 2008
- Medalha do Mérito Militar – Grau: Oficial - 2007

- Voto de Aplauso -- Senado Federal (Campanha: Mude um destino) - 2007
- Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico - 2006
- Medalha do Pacificador - 2006
- Medalha do Mérito do Ministério Público Militar - 2006
- Medalha do Mérito Santos Dumont – 2005
- Medalha “Mérito Tamandaré” – 2005
- Medalha do Mérito Judiciário Militar – STM – 2001
- Moção de Aplauso / Câmara Municipal de Sanharó / PE – 1993
- Moção de Aplauso / Câmara Municipal de Belo Jardim / PE – 1993
- Cidadão do Município de Sanharó / PE – 1994
- Moção de Aplauso / Assembléia Legislativa de Pernambuco – 1994
- Honra ao Mérito – Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte – 1997
- Diploma de “Amigo da 6ª Região Militar” – 2000
- Diploma de “Amigo do 19º BC” – 2001
- Diploma de “Amigo da PE” – 2005
- Diploma de “Amigo da 2º Grupamento de Engenharia” - 2006
- Diploma de “Colaborador Emérito do Exército” – CMNE - 2002
- Amigo da Turma / Turma 2001.1 – Faculdade de Direito / UFBA
- Amigo da Turma / Turma 2001.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2001.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2002.1 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2002.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Patrono / Turma 2003.1 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2003.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2005.2 – Faculdade Salvador / UNIFACS

São Paulo, dezembro de 2013.



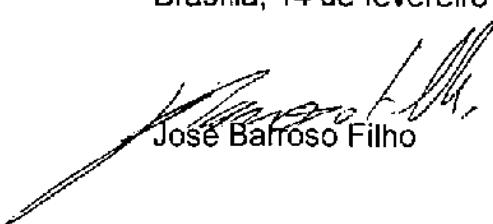
José Barroso Filho

DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto na Resolução do Senado Federal nº41, de 2013,
DECLARO que:

1. Não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou Instituição responsável por minha indicação;
2. Não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro desses Poderes.
3. Não possuo parentes que exerçam ou tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas à minha atividade profissional, ressalvadas a situação do meu falecido pai, José Barroso, que exerceu o cargo de Promotor de Justiça em Minas Gerais, a de meu falecido irmão, Sérgio Barroso, que exerceu o cargo de Procurador de Justiça em Minas Gerais, a de minha esposa, Marta Barroso, que é advogada e de meu cunhado, Maurício Cavalcanti, que exerce o cargo de Promotor de Justiça na Bahia;
4. Não participo nem participei como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, ressalva a condição de fundador do Centro de Cultura Jurídica da Bahia – Entidade voltada a difusão da cultura jurídica, da qual não recebo qualquer tipo de remuneração, uma vez que se trata de sociedade sem fins lucrativos;
5. Não possuo débitos fiscais nas searas federal, estadual e municipal, conforme certidões anexas;
6. Não sou autor ou réu em ações judiciais cíveis, criminais ou trabalhistas em tramitação, ressalvada a condição de autor na Ação Cível nº002356564.2007.805.001 – Juizado Especial de Defesa do Consumidor – TJBa)
7. Não cumpro qualquer tipo de sanção criminal ou administrativo-disciplinar e, ainda, que não existe procedimento dessa natureza instaurado contra mim;
8. Nos últimos cinco anos, eu exercei as funções de Juiz-Auditor na Auditoria da 12ª C.J.M e na 2ª Auditoria da 2ª C.J.M, de Juiz-Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar além da docência em cursos de Pós-Graduação na área jurídica.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014



José Barroso Filho



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JOSE BARROSO FILHO
CPF: 394.787.265-87**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:17:06 do dia 14/02/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/08/2014.

Código de controle da certidão: **1CB8.A271.7D25.24F9**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais Nº 429670

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, que

NADA CONSTA

CONTRA JOSE BARROSO FILHO, ou vinculado(a) ao **CPF: 394.787.265-87**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1..

Brasília/DF, 11h19, 14/02/2014.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

Data da última atualização do banco de dados: 14/02/2014, 11h19

Aviso nº 40 - C. Civil.

Em 12 de fevereiro de 2014.

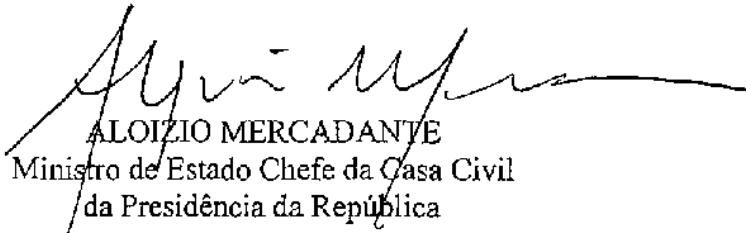
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Juiz Auditor da Justiça Militar JOSÉ BARROSO FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Marques Soares.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo /PT – RS) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo /PT – RS) – Senador Jarbas Vasconcelos com a palavra.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Quando um partido político que está no Governo se transforma numa seita fundamentalista com dificuldades em aceitar o contraditório, a democracia nos assegura o melhor remédio para evitar o pior: a alternância do poder. É esse cenário que vislumbro para as eleições presidenciais deste ano.

Nos últimos dias tenho assistido diversos integrantes do Partido dos Trabalhadores virem a esta tribuna acusar a oposição de ser pessimista, negativista e de torcer pelo quanto pior, melhor. O PT precisa resolver urgentemente esse seu complexo de vítima, de sempre culpar os outros pelos seus próprios erros. Agora mesmo o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, responsabilizou as “elites” paulistanas por sua ineficiência administrativa.

A própria Presidente Dilma Rousseff aproveitou a festa de 34 anos do PT para afirmar que quem faz críticas à condução do País não acredita no Brasil. Pois eu acredito no Brasil, sim. O que não acredito é na capacidade do governo petista em encontrar novas soluções para problemas que se arrastam há uma década.

A Presidente também falou em “cara de pau”, mas é ela quem merece ser beneficiária número um da “*bolsa óleo de peroba*”, à qual me referi em discurso no dia 3 de junho do ano passado. A Senhora Dilma tem a coragem, Sras Senadoras e Srs. Senadores, de afirmar que as dificuldades da economia brasileira decorrem de, abre aspas: “*alguns desequilíbrios de uma conjuntura internacional muito difícil*.“ Puro sofisma, para tentar esconder o óbvio, que é a baixa credibilidade do Brasil no contexto internacional.

É sempre assim: quando não é a oposição, os petistas responsabilizam as “elites”, os países ricos, a Europa, os Estados Unidos, a “grande mídia”, a direita, os conservadores. Agora surgiu um novo personagem: o “terrorista”, todo aquele que ousa falar das fragilidades criadas no País pelo Governo do PT, que está à frente da Presidência da República há quase doze anos.

Vamos ser sinceros, Senhor Presidente, tirando a antiga União Democrática Nacional, a UDN, o PT foi o partido brasileiro contemporâneo que mais torceu e trabalhou furiosamente contra todos os governos aos quais fez oposição.

Foi essa postura falsamente purista que levou os petistas a rejeitarem a Constituição de 1988 e a trabalhar e votar contra o Plano Real, o Proer, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as metas de inflação, durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Todas essas questões foram levadas à Justiça pelo PT, na tentativa de tumultuar e ser favorecido pelo caos.

O PT era o “black bloc” das décadas de 1980 e 1990 e início deste século.

Até mesmo propostas que o PT adotou após conquistar o poder foram sistematicamente atacadas pelo partido, como o “imposto do cheque”, que, no seu nascedouro, foi criado para financiar a área de Saúde.

Chega a ser cômico quando vejo parlamentares do Governo lamentarem a não renovação do “imposto do cheque”, derrubado por esta Casa no hoje histórico dia 13 de dezembro de 2007. Naquela ocasião pesquisa do DataSenado mostrou que 78% dos brasileiros aprovaram o fim do “imposto do cheque”.

Trata-se de uma mudança de rumo sobre o que pensava o PT, pois os seus deputados e senadores votaram contra a criação da CPMF e repetiram o comportamento em todas as votações para a sua renovação, inclusive a que ocorreu no final de 2002, quando Lula já era Presidente eleito do Brasil.

Portanto, Senhoras e Senhores Senadores, só vi tremenda intolerância com as críticas durante o regime autoritário implantado a partir de abril de 1964. Muitas vezes, tenho a triste sensação de que o PT gostaria de resgatar o slogan autoritário do “ame-o ou deixe-o”. Por tudo isso, talvez não sejam gratuitos os elogios repetidos que Lula e Dilma fizeram aos generais da ditadura militar.

Pessoalmente, não diferencio ditaduras de direita das ditaduras de esquerdas. Todas elas são regimes de exceção, contrários aos direitos humanos, às liberdades civis e à livre manifestação de opinião. Ditadura é ditadura em qualquer lugar do mundo. Ponto final.

Senhor Presidente,

O Governo também tem feito cobranças para que a oposição apresente suas propostas, fale sobre suas pretensões. Eu sinceramente acredito que isso vai acontecer durante a campanha eleitoral deste ano, quando começar a propaganda gratuita nas emissoras de rádio e TV, ao contrário do que houve em 2010.

Hoje, sob o olhar passivo da Justiça Eleitoral, a Presidente da República faz campanha escancarada, transformando eventos governamentais em acintosos palanques pelo Brasil afora. Usa e abusa dos pronunciamentos oficiais na TV. Repete o comportamento inapropriado que Lula adotou entre os anos de 2009 e 2010 para tornar conhecida nacionalmente a então Ministra Dilma Rousseff. As seguidas multas impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral não impediram a repetição desse abuso de poder.

Será apenas na propaganda eleitoral que os candidatos da oposição ficarão em igualdade relativa de condições para se contrapor à máquina de marketing financiada pelo dinheiro público, da qual o Governo petista é useiro e vezeiro.

Mas algumas coisas podem ser ditas já. Um exemplo é a falta de transparência com a qual o Governo do PT tem tratado sua relação com o governo ditatorial de Cuba, seja por causa do questionável acordo para contratar médicos cubanos ou devido aos R\$ 1 bilhão que o BNDES destinou ao Porto de Mariel.

Quero aqui registrar trecho do editorial *"Dilma em Cuba"*, publicado pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, no dia 29 de janeiro de 2014. Abre aspas:

"Ao lado de Raúl Castro e no indispensável beija-mão de Fidel, Dilma esteve perfeitamente à vontade. Não se poupou de reafirmar que tem 'muito orgulho' da boa relação que mantém com a dupla que há mais de meio século domina a ilha com mão de ferro e nenhum apreço pelas liberdades democráticas. Derreteu-se em agradecimentos ao favor que Cuba presta ao Brasil ao fornecer, para o programa Mais Médicos, a um custo altíssimo só parcialmente repassado aos profissionais, os doutores que aqui desembarcam para suprir a deficiência de atendimento básico nos grotões que a incompetente política nacional de saúde não tem conseguido alcançar. Para conferir maior brilho a esse tópico de sua agenda em Havana, Dilma levou a tiracolo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que brevemente será o candidato do PT ao governo de São Paulo".

Fecha aspas

Senhor Presidente, não é a primeira vez que digo isso da tribuna – o ex-Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, é hoje, no Brasil, o candidato mais forte a ocupar o lugar dos aloprados, como assim os denominou o ex-presidente Lula, e pretende, de forma atabalhoadas, governar um Estado como São Paulo, o maior Estado da Federação.

Tenho certeza de que a oposição não usaria dessa criatividade para achar formas de financiar um regime autoritário, mesmo que os pretensos esquerdistas latino-americanos vejam a ilha dos irmãos Castro como o último bastião de um sistema que quebrou juntamente com a antiga União Soviética e foi adotado de forma atravessada pelo chamado bolivarismo do falecido ex-Presidente Hugo Chávez.

Na tentativa de ajudar o governo autoritário dos irmãos Castro, o Governo do PT recorreu inclusive ao Programa Mais Médicos, mesmo que isso implique submeter os profissionais cubanos a um regime trabalhistita de escravidão, que vem sendo questionado pelo Ministério Público do Trabalho, por não obedecer as leis brasileiras.

Vou repetir as palavras do Professor Ives Gandra da Silva Martins, em artigo intitulado *"O neoescravagismo cubano"*, publicado esta semana na *Folha de S. Paulo*. Abre aspas:

"O governo federal, que diz defender os trabalhadores – o partido no poder tem esse título – não poderia aceitar a escravidão dos médicos cubanos contratados, que recebem no Brasil 10% do que recebem os demais médicos estrangeiros!!!

"Não se comprehende como as autoridades brasileiras tenham concordado com tal iníquo regime de escravidão e de proibições, em que o Direito cubano vale – em matéria que nos é tão cara (dignidade humana) – mais do que as leis brasileiras!"

Fecha aspas.

E o que dizer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, do comportamento político do Governo, sobre a forma como administra sua demasiadamente ampla base parlamentar? Bem, o raciocínio é um só: ao PT, tudo; aos aliados, a fama de gananciosos e fisiológicos. Essa é a análise que faço da "reforma", que a Presidente Dilma faz no seu Ministério.

Todos sabem qual é a minha posição com relação à aliança do meu Partido, o PMDB, com o PT. Sou um dissidente, um dos poucos, mas devo dizer que é uma humilhação o processo ao qual a Presidente da República submete atualmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, rejeita indicações de nomes, adia definições, com o único e exclusivo objetivo de desgastar ainda mais a imagem do PMDB, apontado como principal aliado do Governo. Imaginem se fosse um adversário!

Sr^as e Srs. Senadores, o Governo Dilma prefere continuar vivendo sob uma redoma de vidro opaco e blindado, ofuscado pelo próprio *marketing*, por meio do qual é vendida a fantasia de que o Programa Mais Médicos resolveu os problemas da saúde, que as obras do PAC estão com uma execução satisfatória e que a maioria dos brasileiros está satisfeita com a atual situação do nosso País.

Mais e mais brasileiras e brasileiros estão se convencendo de que essa "Ilha da Fantasia" não pode ser sustentada por mais tempo. Não adianta o PT tentar revender a reeleição da Presidente como uma novidade, pois percebeu – tardivamente, vale ressaltar – que o desejo de mudança não é apenas uma pregação das forças de oposição, mas uma realidade que tem sido confirmada pelas pesquisas e pelas ruas do Brasil.

O nosso País não está bem na economia, na segurança pública, na saúde, na educação. Apagões de energia pipocam pelo Brasil afora, por incompetência, má gestão e falta de investimentos na infraestrutura básica.

O Governo Federal se omite de questões essenciais para o dia a dia das pessoas, transferindo responsabilidade para Estados e Municípios que, cada vez mais, carecem de recursos para dar conta dos problemas que batem às portas de governadores e prefeitos.

Sr^as e Srs. Senadores, os sintomas desse desarranjo estão claros. Ao colocar uma venda sobre os olhos, o Governo do PT nos coloca diante do imponderável, de uma crise ainda maior, que pode comprometer as conquistas que obtivemos nos últimos 20 anos.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Jarbas Vasconcelos.

Agora, passamos a palavra ao Líder Wellington Dias, que falará como orador inscrito e que vai dispor, também, de 20 minutos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu querido Paulo Paim, é uma satisfação fazer uso da palavra tendo V. Ex^a na Presidência.

Meu querido Senador Mozarildo, Deputado Paes Landim, que nos alegra aqui com a sua presença, minhas senhoras e meus senhores, todos os que compõem esta Casa e os que nos acompanham pela Rádio e TV Senado em todo o Brasil, especialmente no meu querido Nordeste e no Estado do Piauí.

Sr. Presidente, esta semana tive o privilégio de participar das comemorações do aniversário do Partido dos Trabalhadores. Juntamente com o Senador João Vicente, com a Presidenta do nosso Partido, Regina Sousa, com Parlamentares federais e estaduais do meu Estado e lideranças de diferentes partidos, tivemos a oportunidade de participar de uma agenda importante nas cidades de Floriano, Picos e Oeiras, de realizar um encontro com lideranças de diferentes partidos e de 56 Municípios daquelas regiões e de ver o orgulho, a tranquilidade e felicidade das lideranças com os avanços que temos tido nessas regiões. Investimentos em diferentes áreas, como em educação, em segurança e no campo, que mudam a qualidade de vida em Picos, em Oeiras e em Floriano. Sou grato a todas as lideranças que nos receberam, na ocasião, nessas cidades.

Também quero aqui dar conhecimento de que estivemos em São Francisco do Piauí, com o Prefeito, Dr. Francisco, o Vice-Prefeito, Flávio, vereadores e lideranças, com a presença de Parlamentares, como o Deputado Assis Carvalho, o Deputado Merlong Solano, a Deputada Rejane Dias, todos daquela região.

E destaco, Sr. Presidente, a inauguração de uma belíssima escola com seis salas de aula numa comunidade rural, a comunidade Melancias. Uma escola que chamamos de escola modelo, bem estruturada, com laboratório de informática e biblioteca. Ao lado, a construção de um sistema de água e de energia e de uma quadra poliesportiva.

No caso da energia, existe, na verdade, a reivindicação de um reforço capaz de suportar o trabalho de todo o sistema da escola, a fim de que haja ensino fundamental e a implantação do ensino médio, do Pronatec e de outras áreas.

Apenas para exemplificar, devo dizer que, amanhã, vamos receber em Teresina, no Piauí, a visita da Presidenta Dilma Rousseff, que vai tratar da comemoração de um conjunto de obras, como a aqui citada, da escola ali já construída e de outras inauguradas, conjuntos habitacionais de 30, 40 habitações, sistemas de redes elétricas, investimentos na área de criação de peixe, em tanque-rede e tanque escavado, investimentos na área da irrigação.

Ali, fui presenteado com frutas: melancias – que é o nome da comunidade – e maracujás, produzidas em assentamentos e da melhor qualidade. Quase dava para jogar bola com um maracujá daqueles.

E ouvi depoimentos de produtores, meu querido Paim. Sei do seu entusiasmo com a classe trabalhadora, e é isso que me anima. Produtores que antes trabalhavam com a produção do milho e que tinham, em um hectare, uma produção de R\$2 mil/ano, podem alcançar R\$20 mil, R\$23 mil de renda por hectare/ano com a

produção da fruticultura irrigada, gerando emprego. Inclusive, cada hectare desses gera, em média, dois ou três empregos. Isso é algo realmente relevante para a nossa região do Semiárido.

Ali eles têm o Rio Salinas e a barragem de Salinas, assim como temos Jenipapo, lá em São João do Piauí, onde há o Projeto Marreco – o Deputado Paes Landim é um lutador por esse projeto –, que está lá em andamento, gerando emprego na construção e, daqui a pouco, com os assentamentos.

Neste Município de São Francisco do Piauí, são 17,5 milhões de obras, de programas, enfim, que, em parceria com o Governo Federal principalmente, chegam àquela comunidade. E cito também Picos, 55 milhões e, agora há mais novos convênios sendo assinados; Floriano, Oeiras – visitei o ex-prefeito Bessá, o Prefeito Lucano e as lideranças dali, terra do Deputado Assis Carvalho. Nós temos ali investimentos que também ultrapassam de R\$35 milhões em diferentes frentes e, agora o PAC Funasa na área de abastecimento de água.

Então, a Presidenta vai chegar ao Piauí amanhã não só bem avaliada, mas com o carinho do povo de Teresina e do Piauí. E esse carinho não é um carinho à toa. É porque há investimento nos 224 Municípios do Estado, investimentos de grande porte, como redes, linhões de energia elétrica, obras de asfaltamento ou melhoramento na área das rodovias – foi retomado agora o trecho da Ferrovia Trasnorddestina.

Há também investimentos sociais da maior importância, mesmo sendo 30 casas ali, 40 acolá, 50. Programas de unidades básicas de saúde, programas de reforma de uma escola existente ou de uma escola nova como essa que citei aqui. Numa escola como essa – R\$1,4 milhão –, a gente vê a autoestima elevada dos professores, das professoras, dos alunos. Dizia uma professora que eles moram, muitas vezes, numa casa ainda pobre, mas sentem, pela presença numa escola daquela, num ambiente daquele, o desejo de crescer na vida, o desejo de ter um crescimento no desenvolvimento da renda familiar.

Sr. Presidente, eu quero, fazendo aqui esses registros, dizer o quanto me alegra receber a Presidenta, amanhã, em Teresina. Ela vai entregar equipamentos para 50 Municípios – estamos quase completando o número de equipamentos planejado; estamos, inclusive, tratando de alguns casos que precisam também ser reconhecidos para completar todos os equipamentos.

Ali em Teresina também vamos ter o lançamento do PAC Mobilidade Urbana – convênios feitos com o Governo do Estado e convênios feitos com a Prefeitura da capital. Veja ali a forma republicana também de atuar: o Prefeito Firmino Filho, do PSDB, e o Governador Wilson Martins, do PSB, ambos já manifestando apoio à candidatura de oposição à Presidenta, mas sendo mantida a lógica de tratar independente do partido a que pertença o gestor.

São investimentos significativos, Sr. Presidente, para a modernização do metrô, como chamamos um trem de superfície feito ainda pelo Governador Alberto Silva, complementado quando fui Governador, indo ao centro da cidade. Ali podemos ter agora condições de modernização, ampliação e estudos que vão apontar os projetos para chegarmos às Regiões Sul, Sudeste e Norte, e à zona leste da capital do Piauí. Do outro lado é a cidade de Timon, no Maranhão, e há inclusive um pleito para que vá a Caxias e, do outro lado, à cidade de Campo Maior.

Devo aqui dizer da importância desses investimentos que vão também construir novas avenidas, viadutos, túneis, pontes, enfim, garantir condições de alargamento das avenidas, dando condições de mobilidade urbana, com a preocupação com a via do pedestre, a via do ciclista, a via dos veículos.

Eu costumo chamar a atenção dos prefeitos, lá nos Municípios, Senador Cristovam, para a importância de pensar primeiro no pedestre, nas calçadas, na via de acesso, porque acho que esta seja a forma moderna de pensar: o ser humano sempre em primeiro lugar.

Depois, veículos são fundamentais para a saúde, como a bicicleta; e, incentivando a bicicleta, Teresina recebe novamente trechos para áreas de ciclovias. E, é claro, dar velocidade ao transporte de massa, podendo integrar ônibus, metrô e outras formas de transportes coletivos.

Feitos esses registros, faço um convite ao povo do Piauí para comparecerem amanhã, às 9h30, no Atlantic City, em Teresina, quando teremos a presença da Presidenta, de Ministros e de todos nós, participando desse momento.

Aliás, hoje, estive na Assembleia Legislativa na comemoração dos seus 34 anos, numa sessão presidida pela Deputada Margarete, por uma iniciativa do Deputado Fábio Novo e de outros membros da nossa Bancada, aprovada por unanimidade. Daqui, eu transmito o meu agradecimento à Assembleia do Piauí, à direção do nosso Partido, ao ex-Prefeito Elmano e a outras lideranças de outros partidos que ali compareceram.

Sr. Presidente, eu quero tratar aqui do tema que desperta o interesse de todos, que é o fornecimento de energia elétrica. Quero dizer que está garantido, sim, o fornecimento de energia em nosso País, pois o sistema elétrico brasileiro tem equilíbrio estrutural entre oferta e demanda, o que representa segurança para o abastecimento de todo o Brasil.

Infelizmente, existe um movimento orquestrado de alguns setores para levar pânico e insegurança à população, afirmando que o blecaute recentemente ocorrido seria um apagão.

Sr. Presidente, na semana passada, houve uma interrupção de fornecimento de energia que durou aproximadamente 38 minutos e afetou menos de 3% da população brasileira.

O Governo e os especialistas já esclareceram que não estamos vivendo uma situação de falta estrutural de energia. Houve, sim, problemas momentâneos, interrupções temporárias e localizadas do fornecimento de energia em algumas regiões. Cito aqui um exemplo: recentemente, no meu Estado, o Piauí, na região de Canto do Buriti, por onde passam linhões que interligam Norte e Nordeste, houve uma queimada debaixo da fiação que terminou gerando a interrupção momentânea de energia. Mas isso aconteceu por um acidente, não por conta de um problema estrutural.

Quero frisar que o que aconteceu recentemente nada tem a ver com a terrível situação que todo o Brasil – repito: todo o Brasil – enfrentou no ano de 2001 quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, governava o País.

Em 2001, Sr. Presidente, 100% da população brasileira sofreu com a falta estrutural de energia elétrica em razão de anos de falta de investimento culminados com um período de chuvas escassas. É bom refrescar a memória de que vivemos agora a seca mais violenta da história, ainda assim, mantendo as condições de energia elétrica.

Ouvi hoje aqui discursos de que a temperatura vai provocar uma queda do PIB. Ora, se dependesse dessas análises de especialistas, eu acho que o Brasil nem existiria mais. Graças a Deus, não acertam uma, Sr. Presidente. Lamentavelmente, são pessoas que, todos os anos, fazem as mesmas previsões catastróficas e erram – erram!

Pois bem, é bom refrescar a memória. Naquela época, todos os brasileiros, ou seja, 100% da população, e não apenas 3%, foram forçados a reduzir compulsoriamente o seu consumo de energia elétrica em pelo menos 20% sob pena de terem seu fornecimento cortado. Ou seja, quem não reduzisse 20% ficava sem nada de energia.

Também foram planejados apagões rotativos pelo Brasil para evitar o iminente colapso total do sistema. Foi um deus nos acuda que durou oito longos meses – não estamos falando de 38 minutos, nós estamos falando aqui de oito longos meses e não apenas de alguns minutos.

Ao final dessa via-crúcis energética nacional, as empresas de energia elétrica ainda foram presenteadas com o aumento das tarifas para compensar a redução do faturamento ocorrida ao longo do apagão.

Srs Senadoras, Srs. Senadores, Deputado Paes Landim, em 2001, durante o apagão do governo do Presidente Fernando Henrique, os brasileiros foram duplamente penalizados: primeiro com a falta de energia, depois com o aumento das tarifas.

Hoje a situação no nosso sistema elétrico é completamente diferente, o setor foi inteiramente reconstruído nos últimos dez anos. Desde que o Presidente Lula e a Presidente Dilma assumiram, é visível o volume de investimentos e da integração, do País inteiro.

Essa cidade que eu citei aqui, São João do Piauí, é uma integradora do Norte com o Nordeste e com a Região Centro-Oeste; Teresina, com outra base de integração importante no meio norte do Brasil, e assim em vários pontos. Faltou energia em uma região do País, nós temos a condição do abastecimento por outras regiões. E são matrizes diversificadas: além da hidrelétrica e da termoelétrica, há a energia da biomassa, a energia eólica e, agora, começamos com a matriz mais forte, a matriz de energia solar.

Então, eu quero aqui dizer que os brasileiros hoje compreendem os avanços que tivemos. Construímos um novo modelo baseado em um amplo debate com os atores do setor energético. Aliás, isso foi coordenado pela hoje Presidenta Dilma, na época Ministra das Minas e Energia. Os resultados são muito positivos. Nossa atual modelo tem fundamento em um tripé: segurança do segmento energético; tarifas mais baratas, havendo, sim, redução no ano de 2013, e universalização do atendimento.

Para alcançar a segurança energética necessária ao Brasil, nosso Governo fortaleceu as competências do Estado no planejamento do setor energético nacional, criando a obrigatoriedade de contratação de energia no longo prazo, o que foi extremamente importante para garantir a segurança no suprimento de energia elétrica.

Para baixar o preço da tarifa, estimulamos a competição entre os agentes, na construção de usinas geradoras e de sistemas de transmissão, através dos famosos leilões pelo menor preço.

De fato, os preços caíram. No período de 2005 a 2012, principalmente, nos leilões de geração para a contratação de energia nova, os preços de contratação da energia se reduziram, em valores constantes de dezembro de 2012, caindo de R\$175,16 para R\$91,25 o MW transmitido. No caso dos custos de transmissão, a redução média atingiu, no mesmo período menos, 24%.

Em 2013, essa redução de tarifa chegou ao consumidor final, pois conseguimos reduzir o preço final da energia elétrica para os consumidores domésticos em 16,2% e para o setor produtivo, em até 28%.

Além disso, finalmente estamos alcançando a universalização do atendimento com o Programa Luz para Todos. Esse programa, que comemorou em 2013 dez anos de existência, já beneficiou, nesse período, cerca de 15 milhões de brasileiros no meio rural com mais de 3 milhões de ligações de energia elétrica.

Veja, em 2013, quando a Presidenta Dilma foi ao Piauí lançar o Luz para Todos nacional, naquela época, nós tínhamos menos de 600 mil ligações em todo o Estado. Hoje, estamos ultrapassando de 1,2 milhão de ligações.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Estamos, inclusive, tratando com a Presidenta e a sua equipe para completar as últimas 21 mil ligações para termos a universalização no Estado do Piauí e mais investimentos em gaiolas e na área relacionada ao reforço de energia.

Em 2014, portanto, o Luz para Todos deve executar 261 mil novas ligações e proporcionar o acesso à energia elétrica a mais de 1,18 milhão de moradores. Inclusive estamos pedindo as condições, como o fim da RGE, para ter continuidade nos repasses para fazer andar o programa. Além disso, claro, mais investimento em geração e em transmissão.

Quero finalizar aqui, Sr. Presidente, dizendo, com muita firmeza, que não há possibilidade de colapso no sistema elétrico como ocorreu em 2001...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Temos hoje uma situação bem diferente da que tínhamos em 2001. Apagão comparável àquele que tivemos só mesmo apagão mental de alguns que têm em não reconhecer os investimentos que aconteceram.

Nós podemos ter situações de interrupções momentâneas? Temos. Aliás, o lugar mais avançado do mundo no setor elétrico é o Canadá. Agora, em razão de uma nevasca, paralisou 40% do país durante seis meses. Inclusive houve morte de pessoas. Mas era uma situação de nevasca. Quer dizer, não quero afirmar que o sistema esteja imune a uma situação como essa, que somente Deus controla.

Então, é por essa razão que eu quero daqui parabenizar... E quero dizer da confiança que tenho em trabalharmos para ter, cada vez mais, um sistema seguro.

Senador Armando Monteiro, ouço-o com o maior prazer.

O Sr. Armando Monteiro (Bloco União e Força/PTB – PE) – Meu caro Senador Wellington Dias (*Fora do microfone.*), V. Ex^a traz hoje um assunto da maior importância, que é essa questão da energia. E, assistindo ao noticiário, acompanhando o debate, a impressão que temos é que há umas cassandas, uns pessimistas que ficam como que aguardando para que haja no Brasil um colapso no abastecimento de energia. Parece que torcem para que isso aconteça. No entanto, os especialistas vêm demonstrando que há uma margem de segurança bastante razoável, algo que corresponde mais ou menos, nas piores condições, a 6 mil megawatts de limite de segurança. Mas temos que reconhecer que as condições hidrológicas são umas das piores dos últimos 80 anos – portanto a hidrologia vem conspirando contra o nosso sistema. Mas eu acho que temos uma margem de segurança. Eu queria aproveitar a presença de V. Ex^a para fazer uma rápida reflexão sobre a questão da energia do Nordeste. Sabe V. Ex^a que o Nordeste tem uma condição difícil. Nós importamos hoje quase 40% da energia que consumimos – entre 25% e 40%. E há uma proposta que nós fizemos aqui na semana passada, depois de um debate com especialistas – e convocamos uma audiência pública, e eu quero convidar V. Ex^a –, que seria um linhão de corrente contínua vindo lá de Belo Monte direto para o Nordeste. Porque estão previstos dois linhões de Belo Monte, que vão para o Sudeste, para depois colocarem no sistema interligado para vir para o Nordeste. Então, eu acho que é uma boa hora para que nós, no Nordeste, façamos uma grande mobilização para que possamos ter um linhão em corrente contínua direto para o Nordeste, de modo a garantir o atendimento do crescimento da nossa demanda, que, segundo as projeções, em dez anos deve alcançar quase 50%. Então, agradeço a tolerância de V. Ex^a e quero incorporá-lo a essa luta, porque sei que todas as questões pertinentes à nossa região haverão sempre de contar com o apoio de V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agradeço e, de pronto, já afirmo que estaremos na audiência, assinando embaixo a mesma reivindicação, aliás, tenho certeza de que toda a Bancada do Estado do Piauí, juntamente com toda a Bancada do Nordeste – o Paes Landim já está aqui, querendo saber onde é que assina. E tenho certeza de que o Senador Cristovam, que também é nordestino, vai estar conosco nessa luta.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Vejam só, também investimentos. Na Bacia do Parnaíba, vamos ter que encontrar uma fórmula para fazer as outras cinco hidrelétricas previstas. Ali na divisa do Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins, é pura energia eólica, vento contínuo, que, com certeza, vai ajudar. Aliás, agora nos leilões, a região de Araripe, Caldeirão Grande, Simões, Marcolândia, até Curral Novo, R\$1,5 bilhão serão investidos em energia eólica. Então, mostro que o Nordeste, não só para receber desse li-

nhão, mas a importância disso é que, com três linhas, nesse caso, havendo problema em uma delas, a outra ajuda na solução do abastecimento...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ...como o Nordeste está integrado com o Brasil... (*Fora do microfone.*) ... uma vez a ser solução para o Brasil.

Agradeço o aparte de V. Exª e agradeço a tolerância do meu Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como Líder do PDT, passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Cumprimento o Senador Wellington Dias pelo seu pronunciamento positivo, otimista, na busca de um País melhor para todos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, recebi da Comissão de Direitos Humanos a tarefa de analisar a proposta de iniciativa popular que chegou ao Senado, com mais de 20 mil assinaturas, liderado, esse abaixo-assinado, pelo Sr. André Kieper, que pede a desriminalização da maconha, que pede a legalização do processo de produção e consumo da maconha, provavelmente inspirado nos moldes do que aconteceu recentemente no Uruguai.

Não é um projeto de iniciativa de nenhum Senador. É um projeto que vem de fora, como proposta ainda, não como projeto.

Pessoalmente, não é o tipo de trabalho que eu gostaria de fazer. Eu tenho dedicação a tarefas demais. Isso exige mudar o rumo das minhas atividades para um tema do qual eu não sou autor, não tem sido uma preocupação minha. Mesmo assim, não vejo como chegar para a Comissão de Direitos Humanos e dizer: "Eu não quero ser o relator". Não tem por que eu fugir dessa tarefa, Senador Paim. É uma tarefa que chegou, e vou ter que cumpri-la.

O único argumento que eu teria para recusar seria dizer: "Esse é um tema irrelevante". Mas ele é, sim, muito relevante. É um problema que toca um número muito grande de famílias brasileiras. O Senador Paim tem sido um dos grandes batalhadores por uma reflexão sobre esse assunto. Nós temos hoje uma quantidade imensa de jovens brasileiros envolvidos com algum tipo de droga. Nós temos o problema da cracolândia tomando conta das cidades. A droga é um problema muito mais sério do que está sendo discutido nos fóruns que deveríamos discutir no Brasil. Por isso, recusar esse debate sob o argumento de irrelevância, Senador Paim, não seria certo. Por isso, eu não vou recusar.

Eu vou enfrentar esse problema com uma neutralidade absoluta. Não entro a favor, mas não entro para boicotar a proposta que tem mais de 20 mil assinaturas. Eu vou analisar, e eu vou analisar sob algumas óticas que quero falar aqui, até para receber sugestões, comentários, propostas daqueles que estão me ouvindo.

Eu quero analisar em primeiro lugar, por exemplo, se é fato que essa permissão de plantação, de consumo de maconha levaria a uma redução da violência. A gente sabe que uma parte da violência hoje, no Brasil, é decorrente de drogas, é decorrente do tráfico de drogas. E claro que drogas é um plural que não satisfaz, de tão diferente que é o sistema, a composição, a variedade das drogas.

Então, a gente tem que saber se a legalização, a tolerância, que significa a legalização do uso e da produção da maconha, aumenta, diminui ou é neutra em relação à violência. Há dúvidas, há dúvidas. Eu não tenho certeza.

O segundo é o que vem sendo defendido por muitos – 24 horas após ser nomeado como Relator, já recebi muitas, muitas mensagens –, ou seja, se a maconha traz ou não benefícios medicinais. Um problema científico que nós precisamos discutir. É verdade ou é falso? Não que isso sendo verdade já justifique, porque os custos outros podem ser maiores ainda. Nós precisamos analisar, de qualquer maneira, a possibilidade ou não desses impactos medicinais, do papel que teria essa legalização sobre o avanço científico.

Um outro ponto, Senador Paim, que me preocupa muito, uma pergunta fundamental é saber: a legalização aumenta, diminui ou é neutra em relação ao consumo? Se aumentar o consumo, nós precisamos pensar muito cuidadosamente se deve-se ou não fazer isso, porque aumentar o consumo de qualquer droga é algo negativo e que, se a gente puder, deve evitar.

E isso leva a uma outra pergunta: a maconha é ou não a porta de entrada para outras drogas mais perversas? Eu digo mais porque, na minha ótica, qualquer droga tem um grau de perversão. Até remédios que a gente toma têm efeito colateral. Mas há drogas mais perversas do que outras. E a minha pergunta, para a qual espero encontrar uma resposta nesse tempo de debate, que eu espero não seja muito longo, é saber se é ou

não porta de entrada para outras drogas, porque, se for, eu creio que nós devemos ter um cuidado excepcional antes de tomar decisões desse tipo.

O outro ponto, que me diz respeito diretamente, é o impacto disso sobre o nível de educação da nossa população. Isso trará um desastre, trará um prejuízo, trará desvantagens para o processo educacional dos nossos jovens? Temos que refletir sobre isso.

Finalmente, mas não por último em termos de importância – talvez dos primeiros –, é saber qual o impacto de uma decisão como essa sobre os costumes, sobre os valores morais que tem a população brasileira. Ainda que tudo seja positivo, se uma decisão como essa ferir os valores morais da sociedade brasileira, se ferir as crenças do povo brasileiro, nós devemos pensar se é conveniente ou não.

O Estado é laico: não pode submeter-se a religiões. Mas a imaginação do povo é crente, e nós temos que levar em conta essa imaginação, esse sentimento. Não podemos ignorar isso. Não é submeter-se a igrejas, mas ao pensamento, ao sentimento, aos valores do povo brasileiro.

Então, Senador, como vê, nós temos muitas questões a analisar. Só não temos direito de dizer que isso é irrelevante. Na verdade, eu creio que esta civilização nossa é uma civilização da droga. Nós somos uma civilização em que o avanço técnico criou tantas alternativas de drogas, desde benéficas a negativas, que hoje o ser humano, o corpo de cada ser humano é um depósito, é um cadiño – aquele que se usa em Química – para processar drogas: drogas medicinais, drogas mentais, como o consumismo. É uma droga o excesso de consumo, o vício do consumo. O jogo é uma droga. Quantos milhões de brasileiros jogam todas as semanas?!

Nós temos uma quantidade muito grande de drogas funcionando, agindo no mercado, algumas úteis, outras negativas, algumas viciantes, outras não tão viciantes. Temos uma civilização da droga, e, numa civilização da droga, não tratar o assunto da droga, considerar irrelevante o assunto é não saber o mundo onde se está caminhando.

O mundo onde nós caminhamos exige refletir, ponderar e levar adiante a reflexão até chegar a uma proposta que permita dizer: nós estamos de acordo com todos os pontos que devem ser analisados: o problema da violência, o problema do impacto medicinal, o aumento ou não do consumo, o impacto sobre educação, se é porta de entrada ou não, o impacto sobre os valores culturais, sociais, religiosos, da nossa população. Tudo isso tem de ser analisado.

Mas eu agradeço à Senadora Ana Rita, que me deu essa responsabilidade, devo dizer, sem me consultar. Ela não me consultou. Aliás, eu, como Presidente de Comissão, também não consultava os relatores. Não acredito que o Senador Paulo Paim consultasse um a um antes de indicar uma relatoria. Agradeço a ela por ter me escolhido, porque é um assunto relevante, que exige uma posição de cada um de nós, e eu vou tomar minha posição no momento certo, depois de um longo debate com cientistas, com usuários, na medida em que isso for possível, com líderes religiosos, filósofos, antropólogos, políticos. Vamos ver o que aconteceu nos países que tomaram essa decisão, na Europa, em algumas cidades americanas e, recentemente, no Uruguai, e vamos analisar e tentar fazer com que todos possam falar, dar sua opinião, comentar, para que, no fim, esse assunto, que não é irrelevante, que é relevante, seja também um assunto enfrentado, ao invés de ser um assunto guardado debaixo do tapete. O assunto deve ser enfrentado com coragem para se dizer "sim" ou "não", não pode ser tratado com acanhamento, fazendo-se de conta que o problema não existe.

Era isto, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer.

Agradeço, especialmente, ao jovem André Kiepper, que não conheço, mas que teve a ousadia de propor ao Congresso fazer uma análise desse assunto.

André, vou tentar estar à altura do assunto. Não sei se você vai gostar do resultado, não sei se outros vão gostar do resultado e da minha posição, mas, de qualquer maneira, vou tentar estar à altura e agradeço-lhe o desafio que nos enviou.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cristovam, só para ajudar, houve outro setor que pediu uma audiência pública sobre o tema. Eu vou encaminhar a V. Ex^a, porque entendendo que V. Ex^a deverá fazer alguma audiência pública. Pelo menos eu estou entendendo, claro, que V. Ex^a, como Relator, é que vai decidir.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fico muito satisfeito que já haja essa possibilidade, que fará parte do esforço que realizarei nas próximas semanas ou meses – não sei quanto tempo – para chegar a uma solução que enfrente o problema. Eu só posso garantir o seguinte: não vou ficar escondido. O que vai acontecer, o que vou defender, minha proposta eu ainda não sei, mas não ficarei escondido, não colocarei debaixo do tapete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Senador Cristovam.

Agora, passamos a palavra, como último orador inscrito, ao Senador Armando Monteiro, para que ele faça o seu pronunciamento.

Se o Senador Mozarildo quiser presidir neste encerramento...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. *Fora do microfone*) – ... Não quer encerrar?...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Vamos poupar o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Até posso voltar, mas eu precisaria dar uma pequena saída. Se precisar, voltarei.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador Mozarildo, que preside esta sessão, companheiros, Sras e Srs. Senadores, um dos maiores desafios para o Brasil é o de aumentar a produtividade do trabalho, sobretudo num ambiente em que a taxa de expansão da força de trabalho nos próximos anos será menor devido ao arrefecimento do crescimento populacional e, consequentemente, da população em idade ativa.

Segundo o IBGE, a população em idade de trabalhar entre 15 e 64 anos ficará praticamente estagnada, passando de 135 milhões para 138 milhões entre 2013 e 2050.

Assim, a proximidade do fim do bônus demográfico, do chamado bônus demográfico, aliado a um mercado de trabalho aquecido, nos impõe a necessidade de qualificar a nossa mão de obra de forma mais tempestiva e com maior foco nas necessidades do mercado de trabalho.

Nesse contexto é que se insere o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, denominado Pronatec, um dos maiores êxitos de política pública da gestão da Presidente Dilma Rousseff.

Instituído há pouco mais de dois anos, o Pronatec, com investimentos de R\$ 14 bilhões, já ofereceu formação profissional a 5,7 milhões de brasileiros e brasileiras. Deste total, 1,7 milhão de matrículas correspondem a 220 tipos de cursos técnicos de nível médio disponibilizados a quem já concluiu ou está concluindo o ensino médio, enquanto os demais 4 milhões de matrículas são para 644 cursos de qualificação, com até quatro meses de duração, voltados para adultos e jovens que querem e precisam se capacitar para o mercado de trabalho.

Até o final de 2014, esse total alcançará a marca de 8 milhões de matrículas. É o Brasil buscando e conseguindo ampliar a inserção produtiva e bem remunerada dos nossos jovens e adultos em um ambiente laboral cada vez mais exigente em termos de qualificações profissionais.

Cumpre sublinhar que 60% das matrículas até agora foram de pessoas com idade entre 17 e 29 anos. Bom para os nossos jovens, melhor ainda para o Brasil, que tem urgente necessidade desse choque de qualificação em larga escala para fortalecer a produtividade das empresas e, consequentemente, a competitividade da economia.

Vale assinalar, também, que o programa exibe forte capilaridade, oferecendo vagas em 3,2 mil Municípios, sendo que, no corrente ano, 4.260 Municípios serão alcançados, o que corresponde a três quartos dos Municípios de todo o País.

Isso se traduz em autêntica e inédita interiorização das oportunidades a quem mora, sobretudo, em pequenas localidades, em regiões mais remotas, afastadas dos grandes centros, desconcentrando a oferta de educação em uma nação ainda fortemente marcada por grandes desigualdades.

Outra relevante virtude do Pronatec é a integração com as outras políticas públicas. Por exemplo, a partir de agosto de 2012, o beneficiário do seguro-desemprego que solicitar o auxílio mais de uma vez num período de 10 anos será encaminhado para cursos de qualificação oferecidos pelo Pronatec, facilitando o seu reingresso no mercado de trabalho num período mais curto.

O Pronatec também está recebendo em seus cursos os beneficiários do Programa Brasil Sem Miséria e do Bolsa Família, ou seja, está buscando qualificar e inserir no mercado de trabalho brasileiros que se encontram em situação de pobreza ou mesmo de extrema pobreza.

Para cumprir seus objetivos e ampliar seu impacto positivo, no marco do Pronatec, o Governo e o chamado Sistema S formam uma parceria que se vale da reconhecida experiência e da alta capacitação em educação profissional, ministrada por entidades como o Senai, o Senac, o Senar e o Senat, ajudando a formar vasto contingente de técnicos em segmentos tão variados quanto automação industrial, mecânica, edificações, informática, logística, eletromecânica, eletrotécnica, petróleo, gás, biocombustíveis, telecomunicações, agricultura, pecuária, enfermagem, entre outros.

O acordo de gratuidade com o Sistema S possibilitou a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional voltados para jovens de baixa renda. Desde 2011, foram 2,3 milhões de matrículas, sendo que só no ano de 2013 foram 850 mil vagas.

Os efeitos benéficos do Pronatec se estendem ao ensino público, contribuindo para valorizar e fortalecer os institutos de educação tecnológica e as escolas técnicas federais e estaduais.

Até o final deste ano serão mais de 208 dessas escolas federais construídas desde a entrada em funcionamento do Programa, em 2011. Aí, então, o Brasil terá um total de 562 escolas técnicas federais operando normalmente, única maneira de corrigir e superar uma histórica distorção do nosso sistema nacional de ensino secundário, ainda caracterizado por um perfil exageradamente academicista, genérico e alheio às necessidades e oportunidades do mercado de trabalho.

Em Pernambuco, o Pronatec tem assumido uma importância estratégica, principalmente em função da demanda crescente por profissionais qualificados, resultante do período de maior crescimento econômico e do perfil dos investimentos que estão sendo implantados em nosso Estado.

A nova matriz industrial no Estado e o maior grau de complexidade e especialização atinentes a determinados segmentos da atividade terciária no Estado, tais como serviços de tecnologia da informação, biotecnológicos e medicina de elevada complexidade, entre outros, exigem a formação de capital humano cada vez mais técnico.

Em Pernambuco, entre 2011 e 2013, já foram registradas 294 mil matrículas no âmbito do Pronatec, assim divididas: 115 mil para o bolsa-formação, que abrange cursos técnicos para quem concluiu o ensino médio e para estudantes matriculados no ensino médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, 38 mil na expansão de vagas das redes federal e estadual de escolas técnicas, 18 mil para cursos de educação à distância e 123 mil em parceria com o Sistema S. Somente para o primeiro semestre de 2014 há uma previsão de mais 50 mil vagas.

O grau de capilaridade do Pronatec, que já referi, também é observado em Pernambuco, com a presença dos cursos nas diversas regiões do Estado. Por exemplo, no edital lançado recentemente para os cursos técnicos são oferecidas vagas no Recife, em Araripina, lá no sertão do Araripe, em Cabo de Santo Agostinho, em Caruaru, em Floresta, em Lagoa Grande, sertão do São Francisco, em Orocó, em Petrolândia, sertão de Itaparica, em Petrolina, em Salgueiro, em Santa Cruz do Capibaribe, agreste setentrional, e em Santa Maria da Boa Vista.

Também é de relevante destaque a diversidade de áreas contempladas. Por exemplo, há capacitações disponíveis nas áreas de segurança do trabalho, eletromecânica, logística, vestuário, mecânica automotiva, análises químicas, informática, sistemas de energias renováveis, refrigeração e climatização, alimentos, eletrotécnica, administração, eletrônica, redes de computadores, automação industrial, edificações e agropecuária.

Enfim, de parabéns estão o governo Dilma, o Ministério da Educação, o Sistema S e a indústria brasileira, para cujos setores estratégicos o programa oferece mais de 300 mil vagas, que certamente contribuirão para a elevação da produtividade e o incentivo ao processo de modernização e incorporação de novas tecnologias. Mas, acima de tudo, estão de parabéns os jovens estudantes, trabalhadoras e trabalhadores de um Brasil onde, cada vez mais, as oportunidades de crescimento pessoal e realização profissional se multiplicam em benefício do conjunto da sociedade.

Antes de concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a satisfação que tive, nesse dia, de participar, lá em Petrolina, da posse do novo Superintendente da Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba, um importantíssimo instrumento de desenvolvimento lá na região do semiárido, que tem uma presença fundamental, alcançando 69 Municípios na sua área de atuação.

Quem assume a Presidência é um homem público, um gestor com boa formação técnica e grande experiência na gestão pública, que é o engenheiro João Bosco de Almeida, que foi, inclusive, Prefeito de um importante Município lá do Sertão do Araripe.

Portanto, estivemos, hoje, na companhia do Senador Humberto Costa, participando e prestigiando a posse desse companheiro na Superintendência da 3ª Região da Codevasf, a mais importante Superintendência desse órgão.

Assim, formulou a ele e a toda a Diretoria da Codevasf as minhas congratulações por essa escolha que, tenho certeza, se reveste de um grande acerto. E haveremos, portanto, de alcançar um desempenho nas ações da Codevasf, fundamentais, sobretudo depois desse período em que os severos efeitos dessa seca que se abateu sobre o Nordeste nos colocam a necessidade de uma ação cada vez mais rigorosa no sentido de dotar essa região de uma infraestrutura hídrica capaz de garantir a convivência com esse fenômeno e, sobretudo, sustentando as atividades produtivas na região.

Era este registro que eu gostaria de fazer e agradeço a Mesa pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, como Líder, ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos

acompanham pelas redes sociais, o que me traz à tribuna no dia de hoje é um tema que faz parte da vida de todos nós, cristãos, desde há muito tempo. Refiro-me à Campanha da Fraternidade, que tem sua origem histórica alguns anos antes do início do Concílio Ecumênico Vaticano II, quando um pequeno grupo de padres recém-ordenados, sob a coordenação de Dom Eugênio Sales, reunia-se em Natal, cada mês, para rezar e refletir sobre a Igreja e a Pastoral.

Dessas reuniões surgiram várias iniciativas, postas em prática com sucesso. Algumas vieram a ter dimensão nacional. Entre elas estão o primeiro Regional da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que abrangia as dioceses da área territorial que ia do Maranhão à Bahia; o primeiro planejamento pastoral, colocando a técnica a serviço do Reino de Deus; a organização sistemática dos trabalhadores em sindicatos rurais, reconhecidos pelo governo. E, logo a seguir, a primeira Federação dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Norte; paróquias confiadas a religiosas; as escolas radiofônicas e outras iniciativas, sem esquecer a Campanha da Fraternidade, posteriormente assumida em nível nacional pela CNBB no ano de 1964.

E foi no Nordeste, no semiárido pobre, mas confiante em Deus, que nasceram essas iniciativas fecundas, fruto do Evangelho posto em prática, onde a Campanha da Fraternidade foi concebida, com duas finalidades: evangelizadora e social.

Neste ano, a Campanha completa 50 anos na sua trajetória nacional, com objetivos indiscutivelmente nobres, incluindo a comunhão com outras igrejas cristãs.

Assim, Sr. Presidente, todos sabem que represento nesta Casa o Partido Social Cristão (PSC) e trago conigo o pensamento, os princípios e os valores cristãos que norteiam o meu partido e também a minha vida.

Entendo o exercício do cargo público e a confiança que me foi dada pelo meu povo – o povo sergipano – como uma missão, como uma possibilidade de, por meio do exercício de um mandato político, buscar a tão almejada transformação social propiciando dignidade ao nosso povo, à nossa gente.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, em Sergipe, o meu Estado, a Campanha da Fraternidade foi de pronto acolhida por Dom José Vicente Távora, à época Arcebispo Metropolitano, que desempenhou um papel fundamental para que a Campanha obtivesse sucesso e reconhecimento desde o seu início.

Com o falecimento de Dom Távora em 1970, assume a Arquidiocese de Aracaju Dom Luciano José Cabral Duarte, que, além de dar continuidade aos trabalhos iniciados por seu antecessor, já era reconhecido por toda a sociedade sergipana por sua erudição, por sua cultura e por suas inesquecíveis homilias.

Dom Luciano, desde muito cedo, já manifestava a sua vocação para a vida religiosa, que se revelou no período em que morou em São Cristóvão (dos 4 aos 8 anos de idade). São Cristóvão, nossa primeira cidade, a quarta cidade mais antiga do nosso país.

O próprio Dom Luciano relata como foi seu chamado: "Meu pai era telegrafista e, nessa ocasião, ele tinha ido substituir um telegrafista de São Cristóvão, onde, naquele tempo, havia um convento bem populoso, deixado pelos alemães. E havia ali um frade chamado frei Pascásio. Ele se destacava por sua energia e por seus trabalhos. Fazia homilias muito fortes. Nos dias de domingo, pela manhã, havia missa na Igreja Matriz de São Cristóvão, e, então, Frei Pascásio vinha do convento de São Francisco por uma rua estreita que até hoje lá está; passava pela praça principal, a praça da matriz; e minha mãe, que sempre cuidou em todos os aspectos da formação dos seus filhos, preparava-me, colocando-me sentado à porta, vestido com a veste domingueira. O frade passava e me cumprimentava; pegava-me pela mão e, satisfazendo ao meu desejo, me levava para a Matriz. Lá eu o ajudava. A minha primeira missa eu ajudei sem saber direito como. Pouco a pouco, eu fui me acostumando, e era um prazer. De modo que, quanto mais eu remonto ao meu passado, acho que o primeiro sinal de vocação surgiu aí. Veio-me a pergunta: – E por que não eu? E daí, pouco a pouco a ideia foi amadurecendo. São Cristóvão é uma cidade mística".

Sr. Presidente, passaram-se os anos e, em 18 de janeiro de 1946, faltando poucos dias para completar 23 anos de idade, o Diácono Luciano foi ordenado padre, já iniciando suas atividades como sacerdote na Igreja São Salvador, onde, domingo retrasado, tive o privilégio de lá estar, com alguns párocos, com alguns amigos.

Entre os anos de 1966 e 1970, foi Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Aracaju, tornando-se Bispo em 1971, onde desempenhou um trabalho brilhante até 1998, quando precisou se afastar por problemas de saúde, vivendo, hoje, recluso na sua residência devido ao frágil estado imposto pela doença.

Entretanto, Sras Senadoras, Srs. Senadores, antes de se tornar Bispo, Dom Luciano José Cabral Duarte trabalhou como: Assistente Eclesiástico da Juventude Universitária Católica; foi Diretor Espiritual do Seminário Menor de Aracaju e Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação. Não podemos nos esquecer de que ele liderou o trabalho para a constituição da fundação da Universidade Federal de Sergipe, a nossa UFS. Além de ter sido enviado, de forma especial, para a cobertura das Sessões do Concílio Vaticano II e para a cobertura do Congresso Internacional Eucarístico de Bombaim.

Como podemos ver, Sr. Presidente, Dom Luciano estará para sempre presente na memória do nosso povo, o povo sergipano.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sergipe é um Estado abençoado. O Bispo que, desde o afastamento de Dom Luciano, assumiu nossa Arquidiocese é um dos mais abnegados soldados da nossa Igreja. Refiro-me a Dom José Palmeira Lessa, alagoano de nascimento, sergipano de coração.

Só para se ter uma ideia da grandeza de Dom Lessa, o lema episcopal por ele escolhido, foi: "fraco com os fracos", que inspira e perpassa todo o ser e o agir do pastor. A fraqueza é elemento construtivo de cada pessoa. Também em Jesus ela se manifestou como condição para que ele vivesse o amor maior: dar mais de Deus, imolando a própria vida.

E nós, sergipanos, temos convivido a cada ano com a Campanha da Fraternidade, através do comando desses homens iluminados, que se doaram e se doam integralmente à causa cristão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de nos manifestarmos sobre a Campanha da Fraternidade, que, neste ano, completa 50 anos.

E lembrando pessoas como Dom Luciano, Dom Lessa e tantos e tantos outros que, no nosso Estado, se abnegaram e se abnegam em prol da causa cristã, esperamos que, realmente, o sentido da Campanha da Fraternidade ganhe as ruas e chegue a todas as famílias cristãs do nosso Estado, o Estado de Sergipe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Cumprimentando V. Ex^a, passo ao encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 83, DE 2014

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público – Coordenação-Geral de Negociação e Relações Sindicais, as seguintes informações sobre o Termo de Acordo nº 09/2012, assinado pelo Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público, pelo Representante da CUT Nacional/Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF/Fórum de Entidades Sindicais da Carreira de Ciência e Tecnologia, em 29 de agosto de 2012:

1. Quais foram as ações efetivadas, após a assinatura do Acordo? Relacionar.
2. Houve cumprimento do disposto no Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda do Referido Acordo?
3. Qual o cronograma para a efetivação do acordo quanto à regulamentação da GQ?
4. Houveram as reuniões previstas na Cláusula Terceira? Se positivo: anexar às informações as atas das referidas reuniões. Se negativo: detalhar o motivo.

Justificação

Em agosto de 2012, como resultado das negociações havidas entre o Governo Federal e as entidades representativas dos Servidores do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas, firmou-se o acordo nº 0009/2012.

Assim, solicito informações sobre o andamento do referido acordo e do andamento das reuniões previstas.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 84, DE 2014

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor

sobre a formação dos professores de educação física na educação básica." seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Sala das Sessões, de fevereiro 2014. – Senador **José Pimentel**.

REQUERIMENTO N° 85, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento, para que tenha tramitação autônoma, do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012 - Complementar, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, com vistas a vedar a limitação de empenho e movimentação financeira do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), que se encontra tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 150/2005; 90, 180, 298, 414 e 540/2007; 66, 72, 265 e 482/2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507/2009; 21, 75, 538 e 719/2011; 113, 135, e 382/2012, todos complementares.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Amélia**, PP/RS.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 86, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar, com apresentação de condolências à família do arquiteto e urbanista Jorge Wilheim, pelo falecimento ocorrido na madrugada da última sexta-feira, dia 14 de fevereiro.

Justificação

Jorge Wilheim nasceu em Trieste, na Itália, em 1928. De família de origem húngara, migrou para o Brasil em 1940. Logo depois de formado, em 1952, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, projetou, na capital paulista, o Parque Anhembi, o Hospital Albert Einstein e o Clube Hebraica, entre outros projetos renomados, como a revitalização do Pátio do Colégio e o Vale do Anhangabaú.

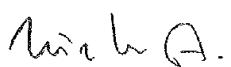
Também concebeu, em 1954, o projeto urbanístico da cidade de Angélica (MT), para 15 mil habitantes. Participou também, em 1957, concurso do ante-projeto de Plano Diretor de Brasília. Criou, entre diversas obras no Brasil, a Cidade Industrial de Londrina, no Paraná, em 1997.

Além da arquitetura, teve urna intensa vida pública como secretário estadual de Economia e Planejamento de São Paulo (1975-1979), secretário municipal de Planejamento paulistano (1983-1986 e 2001-2004), secretário Estadual de Meio Ambiente (1987-1991) e presidente da Empresa Metropolitana de Planejamento de Grande São Paulo (1991-1994). Assumiu, ainda, a Presidência da Fundação Bienal de São Paulo, em 1985.

Duas das suas principais marcas no Governo do Estado de São Paulo foram a criação do Procon e do "Passe do Trabalho", hoje conhecido como Vale Transporte.

É também autor dos livros "São Paulo Metrópole 65" (1968), "O Substantivo e o Adjetivo" (1976), "Tênu Esperança no Vasto Caos: Questões do Proto-Renascimento do Século 21" (2001) e "A Obra Pública de Jorge Wilheim" (2003).

O arquiteto e urbanista Jorge Wilheim, de 85 anos, estava internado desde dezembro do ano passado no Hospital Albert Einstein, no Morumbi, zona sul de São Paulo, após ter sofrido um acidente de carro, onde faleceu na madrugada da última sexta-feira, dia 14 do corrente.


Cristovam Buarque
Senador - PDT/DF



O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com a Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 626, DE 2013

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 626, de 2013, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais, para o fim que especifica.*

Parecer sob nº 89, de 2013, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Wilder Morais (DEM/GO); e Relator Revisor: Deputado Bohn Gass (PT/RS), favorável à Medida Provisória; e pela inadmissão da Emenda nº 1, oferecida perante aquela Comissão.

(Lido no Senado Federal no dia 17.12.2013)

(Sobrestando pauta a partir de 09.12.2013)

Prazo final prorrogado: 03.04.2014

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2013

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013 (apresentado como conclusão do Relatório Parcial nº 4, de 2013, da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal, Relator: Senador Romero Jucá), que *define crimes de terrorismo e dá outras providências.*

– Pendente de deliberação do Requerimento nº 44, de 2014, do Senador Paulo Paim, de audiência da CDH.

4

REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011 - Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concessão de aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil).*

5

REQUERIMENTO Nº 1.423, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2013, do Senador Zeze Perrella, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (preferência na adoção de crianças ou adolescentes abandonados).*

6**REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2013, do Senador Wilder Morais, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (berçário ou creche no local de trabalho).*

7**REQUERIMENTO Nº 1.465, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.465, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cardápios em Braille em restaurantes).*

8**REQUERIMENTO Nº 1.473, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.473, de 2013, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (observância de parâmetro de cobertura populacional para a implantação de unidades básicas de saúde)*

9**REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (importação de material biológico de origem humana para fins de ensino e pesquisa).*

10**REQUERIMENTO Nº 1.491, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.491, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (comercialização de alimentos e produtos de puericultura).*

11**REQUERIMENTO Nº 1, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (berçário ou creche no local de trabalho).*

12**REQUERIMENTO Nº 2, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 2, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (berçário ou creche no local de trabalho).*

13**REQUERIMENTO Nº 10, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 103, de 2009; 74, 183, 261, de 2012; 235 e 515, de 2013, por regularem matéria correlata (inclusão de disciplinas no ensino fundamental e médio).*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB-RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 27 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata** (S)
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Moarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rolemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blaíro Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
-------------------	----

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
-------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1^a VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2^º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1^º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2^a SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3^º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4^º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1^º - Magno Malta - (PR-ES)

2^º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3^a - João Durval - (PDT-BA)

4^a - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferreira (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99) Vice-Líder do PSB Lidice da Mata (29,38,81) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Morais (97,112) Cyro Miranda (31,95) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Morais (97,112)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lidice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme OF. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB.
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

- *. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.
- 1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).
- 2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
- 3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).
- 4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
- 5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).
- 6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
- 7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).
- 8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1.8.11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1.8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (1)	2. VAGO (1.10)
Benedito de Lira (PP-AL) (1.5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (2.7)
Walter Pinheiro (PT-BA) (2)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) (2)
Aníbal Diniz (PT-AC) (2)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) (4)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	1. Antônio Carlos Rodrigues (PR-SP) (3)

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
 8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
 9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

- Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)
- Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).
- Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Gulherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. VAGO (12)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (3,4,1)	

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

*****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.

*****. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.

*****. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
1.	
2.	
3.	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMBD).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**, Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013.

**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COIMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) ^(10,9)	3. Aníbal Diniz (PT) (42,41)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) (57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolph Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(87,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Jayme Campos (DEM) ^(30,88,79,81,85)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)
Blairo Maggi (PR) ^(67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,71,72,67,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54.67.6)

4. VAGO (80.84.67.77.21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marilena Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

******. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

******. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Rededitio Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012-BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
56. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delecídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

- Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
- Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (OF. nº 183/2013-CAE).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5.6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(4.3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomeae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO (17,30,6,23,55,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. VAGO (30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(11,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(56,52,50,54)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
VAGO ^(28,29,32,47,48,53,51,39,41)	3. VAGO (33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria:** 7 titulares e 7 suplentes. **Bloco de Apoio ao Governo:** 7 titulares e 7 suplentes. **Bloco Parlamentar Minoria:** 4 titulares e 4 suplentes. **Bloco Parlamentar União e Força:** 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 - GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 - GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. N° 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG)

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(4,3)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
- *. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- **. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(23,82)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9.89.87)
Gleisi Hoffmann (PT) (54.55.110)	2. Lídice da Mata (PSB) (9.55.56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7.9.75)
Aníbal Diniz (PT) (6.74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24.60.61.49.25.51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (78.8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Paulo Paim (PT) (108.91.93)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Wellington Dias (PT) (92)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (39.50.76)	1. Ciro Nogueira (PP) (16.4.27.20.39.2.50.98.76.94)
Vital do Rêgo (PMDB) (15.1.39.50.76)	2. Roberto Requião (PMDB) (3.16.36.39.46.50.76)
Pedro Simon (PMDB) (39.50.76)	3. VAGO (16.53.63.39.64.13.50.52.76)
Ricardo Ferraço (PMDB) (39.50.109.76.111)	4. Clésio Andrade (PMDB) (16.14.39.50.76)
Luiz Henrique (PMDB) (20.39.50.76)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39.76)
Eunício Oliveira (PMDB) (26.39.76.105.103)	6. Benedito de Lira (PP) (39.76)
Francisco Dornelles (PP) (39.76)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39.107.76.106)
Sérgio Petecão (PSD) (76.73.40.41.43.70)	8. Kátia Abreu (PMDB) (104.76.73.57.40.41.43.58.69.68.31.30.29.37)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (97.96.102.88.95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22.71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71.100.99.72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71.85.11)
José Agripino (DEM) (17.42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (44.18.42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85.100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (81)	1. Gim (PTB) (45.65.80.81.5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62.84.83.81)	2. Eduardo Amorim (PSC) (45.79.81.10)
Magno Malta (PR) (81)	3. Blairo Maggi (PR) (66.67.81.34.19.35.21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47.48.81.101.90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSC, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.N° 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. n° 034/2011-GLPSDB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferreira é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013- BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013- GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013- GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Ofício nº 236/2013- GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim(Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim(OF. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias(OF. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita(OF. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
- Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- . Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.
- . Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) (30,82)
João Capiberibe (PSB) (80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) (28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (31,29,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (44,41,60)
Eunício Oliveira (PMDB) (17,41,74,60,84)	5. Pedro Simon (PMDB) (44,41,75)
Ana Amélia (PP) (44,41,60)	6. VAGO (20,44,41)
Benedito de Lira (PP) (44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (44,41,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PMDB) (44,41,81,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,66,64)
Gim (PTB) (66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
VAGO (66,86,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,57,73,34,35)
VAGO (66,85,58,83,24)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (49,50,56,66,83,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador João Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG.
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (OF. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** juloric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** juloric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL) (67,63)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (37,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) (80,77)	5. Delcídio do Amaral (PT) (76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. VAGO (38,47,48,37,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) (34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) (21,19,10,9,55,75)	6. VAGO (27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (54,50)
José Agripino (DEM) (24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) (45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) (46,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) (65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) (42,41,49,65,59,51)	2. VAGO (39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcidio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Régo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (OF. GSAGR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (OF. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.02.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (OF. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (OF. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (OF. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (OF. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomem@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) (14,5)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,22,21)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blaирo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blaирo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blaирo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomema@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Aníbal Diniz (PT) (9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO (4,7,3,1,15)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) (9,12,5)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽¹⁾

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) (67,75,58)	1. VAGO (6,8,32,25,81,75,58)
VAGO (27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (30,16,74,58,62,76)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
Lídice da Mata (PSB) (74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (35,17,52,43)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) (53,45,65,79)
Gim (PTB) (42,69,64,65,9)	2. VAGO (65,63,80,79)
Eduardo Lopes (PRB) (73,65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

***** Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculelo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude do Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Caboibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Caboibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolph Rodrigues e Aníbal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**, Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolph Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: seomedh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
3. Em 07.08.2013, vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- *. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolph Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (6,4)	3. Gleisi Hoffmann (PT) (3,60)
Aníbal Diniz (PT) (9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (57,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (30,10,56,59,55,58,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,47,46)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) (47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSD, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 217/2012-BLUFOR).
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunicio Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(OF. 55/2013-GLPSDB).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (OF. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. VAGO (4,2,13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012-BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: socomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) (6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira,(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. VAGO (9,5,1,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (20,19)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Lídice da Mata (PSB) (67)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. VAGO (2,25,3,10,75,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferreira (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) (22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) (53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) (71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) (7,4,72,61,51)
Wilder Morais (DEM) (36,28)	4. Jayme Campos (DEM) (37,28,76,68,70,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (45,35,60,57)	2. VAGO (60,66)
VAGO (34,60,73,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Régo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012-BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

- 1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

- Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).
- Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).
- Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).
- Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) ^(57,42)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
VAGO ^(30,52,51,55,58,50,61)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(56,54,60,50,53)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rolemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (7.8.4.3.5)	

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO (11,10)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(OF. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (OF. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(OF. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpiada e Paraolímpiada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(65,15)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) (23.22.10.7.80.57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (16.11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (47.38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (67.4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28.52.35.29.62)
VAGO (62.78)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (27.49.25.36.26.62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39.40.51.53.62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Sérgio Petecão (PSD) (21.19.12.13.62.76)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Ivo Cassol (PP) (17.62.76)
Kátia Abreu (PMDB) (62.75.61.31.59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (61.63.32.44.43.58.59)
Waldemir Moka (PMDB) (68.69.46.66.33.34.24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (60.2.71.73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3.14.9.60)
Jayme Campos (DEM) (79.74.72.77)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5.48.18.70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(37,45)	
Gim (PTB) (50.49.1.8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (54.6)
	2. Blairo Maggi (PR) (41.42.56.55.24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 01/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lueena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPSDB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo(Of. nº 12/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,10)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(15,13,5,6,43,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(39,16,3)	2. VAGO ^(41,29,42,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcidio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

***** Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aníbal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Aníbal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomctt@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(8,3)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Morais (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer

Telefone(s): 3303-3487 (ou 2024)

E-mail: csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR *(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **9^a Eleição Geral:** 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

- *. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
- 1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
- 2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.
- 3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

- 1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013
- 2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 11/02/2011**5^a Designação:** 11/03/2013**6^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoB

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBVanessa Grazzotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Aníbal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoB

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):(61)3303-5255 Fax:(61)3303-5260****E-mail:**scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1^a Designação:** 12/09/2012**2^a Designação:** 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 05/11/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303.5258 **Fax:**3303.5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC) (10)

PT

Paulo Paim (RS) (11)

PSDB

Lúcia Vânia (GO) (8)

PTB**PP**

Ana Amélia (RS) (6)

PDT

João Durval (BA) (7)

PSB

Lídice da Mata (BA) (12)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) (5)

PR**PSD**

Kátia Abreu (PMDB-TO) (3)

PCdoB

Inácio Arruda (CE) (1)

PV**PRB**

Eduardo Lopes (RJ) (2)

PSC

Eduardo Amorim (SE) (9)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) (4)

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**Ricardo Ferraco (ES) ⁽⁹⁾**PT****PSDB****PTB****PP****PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾**DEM****PR**Blairo Maggi (MT) ⁽³⁾**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾**PV****PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁶⁾**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁸⁾**SDD**

Atualização: 20/12/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. GLPR nº 013, datado de 18.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Aníbal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA) ^{7 e 9}	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵ 2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP) ^{7 e 12}
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomem (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
- 9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
- 10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
- 11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
- 12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
- 14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR**
COMPOSIÇÃO**Coordenador:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Morais (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	1
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC
 (Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}

Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}

Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 29, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 28}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32-** Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33-** Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35-** Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15} ¹⁴	1. ¹⁴ 2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Syrkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSD.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Alfredo Syrkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 8- Vago em virtude do o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino⁴
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> NILSON LEITÃO (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> MÁRIO COUTO (PSDB-PA) ³
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 13.02.2014)

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM
(Resolução nº 1, de 2014-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP
(Resolução nº 2, de 2014-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{8 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 5}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	

Senado Federal

Titulares	Suplentes⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8-Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10- Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11- Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12- Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscep@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB-CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador: Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Coordenador: Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
EDUARDO AZEREDO	
Vago ^{4, 11 e 12}	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁶	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CASSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
ALFREDO NASCIMENTO	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.
- 12- Vago em virtude do Deputado Luiz Carlos Hauly ter solicitado o seu afastamento, conforme OF. GAB. N° 018/2013 – PSDB.

**Edição de hoje: 230 páginas
(O.S. 10411/2014)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

